

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E TEOLOGIA
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

**A PASTORAL CARCERÁRIA DE PIRES DO RIO
E SEUS DESDOBRAMENTOS**

MANOEL DO BOMFIM RODRIGUES DE SOUZA

GOIÂNIA

2007

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E TEOLOGIA
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

**A PASTORAL CARCERÁRIA DE PIRES DO RIO
E SEUS DESDOBRAMENTOS**

MANOEL DO BOMFIM R. DE SOUZA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Ciências da Religião da Universidade Católica de Goiás (UCG) para obtenção de grau de Mestre.

Orientador: Dr. Joel Antonio Ferreira

GOIÂNIA

2007

DISSERTAÇÃO DO MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO DEFENDIDA
EM 30 DE MARÇO DE 2007
E APROVADA COM A NOTA 8,5 (OITO INTEIROS E CINCO DÉCIMOS)
PELA BANCA EXAMINADORA

1) Dr. Joel Antônio Ferreira / UCG (Presidente)

Joel A. Ferreira

2) Dr. Luigi Schiavo / UCG (Membro)

Luigi Schiavo

3) Dr. Pietro Sassatelli / UFG (Membro)

Pietro Sassatelli

Dedicatória:

O presente trabalho é dedicado a todos os brasileiros que, de uma forma ou de outra, sofrem com o processo de exclusão social, principalmente àqueles que são duplamente excluídos, os presos. Inicialmente pobres, negros, analfabetos, expulsos da cidade para os morros, sem qualquer acesso aos bens produzidos, aos serviços, à escola e à saúde, lhes são roubados até o direito de sonhar ou de imaginar outra vida, senão a do crime. Já num segundo momento, presos, vagam por corredores sujos, se instalam em cubículos inóspitos, vivem num submundo da dignidade e são rotulados socialmente.

A esses sobreviventes de uma guerra camuflada, dedico meu trabalho na esperança de que algum dia suas vozes sejam ouvidas e que possam sentir-se parte integrante da sociedade, com direitos e deveres a eles também inerentes, como cidadãos que são. E na expectativa de que a delinquência não só não seja a única alternativa possível na vida de muitos, mas que jamais seja opção na vida do ser humano.

AGRADECIMENTO

Inicialmente agradeço àqueles que pela sua vida de sofrimento e, mesmo assim, de força e esperança, me inspiraram o tema dessa dissertação, os encarcerados de Pires do Rio.

Aos integrantes da Pastoral Carcerária de Pires do Rio, intransigentes defensores e promotores de justiça social, aos parceiros desta pastoral e a todos os munícipes de Pires do Rio.

Aos meus pais, Antonio Paulino Rodrigues e Zélia Gonçalves Rodrigues (*In memoriam*), que me deram à vida, e com incansável luta diária realizaram o meu sustento e de meus irmãos, ensinando-nos os valores indissociáveis de nossas vidas.

Em nome da Irmã Rita Cecília, agradeço a todos os confrades, aos amigos e amigas que na caminhada terrena têm sido luzes na minha vida.

De forma especial à Arquidiocese de Goiânia, em nome de Dom Washington da Cruz, à Paróquia Santa Maria do João Brás, comunidade N^a S^a do Rosário do bairro Goiá, chão do meu múnus pastoral durante estes seis últimos anos.

Agradeço à Prof^a. Ms. Maria Salete Silva Pontieri Nascimento, em nome de quem, confesso grato a todos os professores do mestrado e aos colaboradores da Universidade Católica de Goiás.

Um especial agradecimento ao Dr. Joel Antonio Ferreira que, de forma abnegada e incansável, acompanhou a minha marcha pelo mestrado tendo sido meu orientador nessa dissertação: "Não poderia Teseu demonstrar sua *virtú* se não tivesse encontrado os atenienses dispersos" (MAQUIAVEL, 2004, p.24). Igualmente, não teria eu concluído a presente tese se não tivesse me deparado com a perseverança e a motivação desse extraordinário mestre.

EPIGRAFE

Crer no Espírito Santo é crer nessa força e na capacidade de lutar por um mundo diferente. Crer no Espírito é crer em si, por causa da força do Advogado que nos defende. Quando todos ficam calados, os discípulos levantam a voz até vencer o mundo – porque crêem ter a força necessária para isso. Não precisamos nos preocupar na hora do debate, pois o Espírito estará presente. A presença do Espírito dá um sentimento de força que nada pode abalar. É esse o testemunho que nos dão os mártires dos primeiros tempos e, recentemente, os mártires da América Latina.

(Comblin, 2004, p. 122)

RESUMO

SOUZA, Manoel do Bomfim Rodrigues de. *A Pastoral Carcerária de Pires do Rio, e seus Desdobramentos*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Católica de Goiás, 2007.

Esta dissertação visa levantar os dados e as atividades da Pastoral Carcerária de Pires do Rio, desde sua fundação em 27 de fevereiro de 1997, ressaltando os desdobramentos das reflexões e ações desta pastoral. Esta análise demonstra que a violência está inserida em todas as comunidades e sociedades, muitas vezes, legitimada e arraigada no próprio fenômeno religioso. Na atualidade, as causas determinantes da criminalidade estão inseridas nas questões estruturais e sociais, mas permanece um subterfúgio ideológico, isentando o Estado, o sistema e a própria sociedade. Percebe-se, a partir dos resultados das ditas “anomias” que pesam sobre cada um dos presos e egressos, a gênese desta problemática é, predominantemente, social. O fenômeno religioso dentro deste contexto de presídio se torna um elemento de resgate e transformação do próprio preso ou de um mero assistencialismo para corroborar com a ordem social e estrutura vigente. A atuação da Pastoral Carcerária em Pires do Rio se tornou um elemento questionador deste paradigma dominante provocando uma nova postura da sociedade em relação aos presos e aos egressos. Em sua atuação, a Pastoral Carcerária questiona o próprio sistema carcerário, que se encontra falido, apontando soluções e aglutinando ações transformadoras. Neste prisma, os presos respaldados pela Pastoral sentem-se, eles próprios, agentes de transformação desta realidade, resgatando sua auto-estima, o seu ser cidadão; sendo não mais os segregados, os “sobrantes” da sociedade. O que lhes permite interagir socialmente, tornando-os protagonistas de sua história.

Palavras-chaves: Pastoral Carcerária, Fenômeno Religioso, cárcere ou prisão, detento ou preso, justiça social, igualdade, cultura.

ABSTRACT

SOUZA, Manoel do Bomfim Rodrigues de. *The Prison Pastoral at Pires do Rio, and its outcomes*. M.A. Dissertation in Religious Studies - Universidade Católica de Goiás, 2007.

This dissertation analyses the activities carried out by the “Pastoral Carcerária” (Prison Pastoral) at Pires do Rio since its foundation in 27th February 1997, giving particular emphasis to the outcomes of the reflections and actions undertaken by the Pastoral. This analysis demonstrates that violence is placed in all communities and societies and that, often, it is even legitimated by and deep-rooted in the religious phenomenon. Currently, the determinant causes of criminality are inbuilt in structural and social problems, but despite that there remain ideological subterfuges exempting the State, the system and the society itself. Looking at the results or the mentioned “anomalies” that burden the convicts and the ex-convicts, it is possible to perceive that the genesis of this problematic is predominantly social. Inside this context, the religious phenomenon can become either an element of rescue and transformation of the convict him/herself, or a mere aid work aiming at corroborating the social order and current structures. The performance of Pires do Rio’s Prison Pastoral became an inquiring element in this dominant paradigm encouraging a new attitude of society towards convicts and evicts. Through its work, the Prison Pastoral questions the prison system which is bankrupted; points out to solutions and agglutinate transforming actions. In this perspective, the prisoners supported by the Pastoral feel themselves agents of transformation of this reality retrieving their self-esteem, their citizenship, being and feeling no longer the segregated, the leftover of society. And that allows them to socially interact, turning them into protagonists of their own history.

Key words: Prison Pastoral, Religious Phenomenon, prison or jail, prisoner or inmate, social justice, equality, culture.

SIGLAS

AA: Alcoólicos Anônimos

APAC: Associação de Proteção e Assistência ao Condenado

APAI: Associação de Proteção à Adolescência e Infância

ASCJ: Associação Sagrado Coração de Jesus

BR: Brasil

CEBs: Comunidades Eclesiais de Base

CEPROH: Centro de Promoção Humana

CF: Campanha da Fraternidade

CID: Código Internacional de Doenças

CNBB: Confederação Nacional dos Bispos do Brasil

Cr: Coríntios

CRISA: Consórcio Rodoviário Intermunicipal S.A.

ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente

FUNAP: Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso

GAAMG: Grupo de Apoio Mahatama Gandhi

GO: Goiás

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

DEIH: Departamento de Investigação de Homicídios

HIV: Vírus da Imunodeficiência

IPEA: Índice de Pesquisa Econômica Aplicada

LOAS: Lei Orgânica da Assistência Social

Lc: Evangelho de Lucas

o.f.m.: ordem dos frades menores

ONGs: Organizações não Governamentais

PC: Pastoral Carcerária

PETI: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

SEPLAN: Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás

Ts: Tessalonicense

FIGURAS

FIGURA 1: Mapa das microrregiões do Estado de Goiás;

FIGURA 2: Mapa da microrregião de Pires do Rio;

FIGURA 3: Estação ferroviária de Pires do Rio;

FIGURA 4: Obelisco da fundação de Pires do Rio;

FIGURA 5: O presídio Carandiru após a rebelião de 1997

FIGURA 6: Símbolo da pastoral carcerária

FIGURA 7: Símbolo da pastoral carcerária

FIGURA 8: Batizado na Igreja Católica

FIGURA 9: Iniciação no candomblé

FIGURA 10: Corteja funerário

FIGURA 11: Folia de Reis

FIGURA 12: Igreja Sagrado Coração de Jesus

FIGURA 13: Visão panorâmica do Colégio Sagrado Coração de Jesus

FIGURA 14: Foto da pastoral carcerária de Pires do Rio em frente à Delegacia de Polícia onde também funcionava o presídio local

FIGURA 15: Pastoral carcerária e os presos em dia de confraternização.

FIGURA 16: Missa em comemoração ao dia dos pais, ano de 1997.

FIGURA 17: Celebração da comemoração da reforma do pátio da cadeia local com a participação dos encarcerados

FIGURA 18: Pastoral carcerária em missa celebrada no 11º Batalhão de Polícia Militar

FIGURA 19: Lançamento da pedra fundamental do Centro de Promoção Humana – CEPROH - com a participação de Dom Geraldo Espírito Santo

FIGURA 20: Lançamento da pedra fundamental com a participação da Fundação Banco do Brasil, comunidade piresina e representantes de entidades religiosas

FIGURA 21: Início da construção do prédio do CEPROH

FIGURA 22: Início da construção do prédio do CEPROH

FIGURA 23: Comandante do 11º Batalhão de Polícia Militar, Juiz de Direito da Comarca de Pires do Rio, Presidente da ASCJ e o Vice- provincial da Vice-província Santíssimo Nome de Jesus do Brasil

FIGURA 24: Baile da Fraternidade

FIGURA 25: Leilão de gado, no parque agropecuário

FIGURA 26: Vista lateral do prédio do CEPROH

FIGURA 27: Vista frontal do prédio do CEPROH com os alunos atendidos

FIGURA 28: Vista do complexo do CEPROH

FIGURA 29: Cozinha do CEPROH

FIGURA 30: Refeitório do CEPROH

FIGURA 31: Oficina de computação do CEPROH

FIGURA 32: Oficina de trabalhos manuais

FIGURA 33: Oficina de trabalhos em gesso

FIGURA 34: Comemoração da Festa de São João no CEPROH

FIGURA 35: Participação no desfile de aniversário da cidade de Pires do Rio, ano 2003.

FIGURA 36: Crianças assistidas e entidades que apóiam o projeto

FIGURA 37: Visita da Comissão da ASCJ ao bispo de Ipameri.

GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Pesquisa do Ministério da Justiça sobre crimes cometidos por adolescentes;

GRÁFICO 2: Comparação de policiamento de Goiás com outros Estados;

GRÁFICO 3: Causas de mortalidade proporcional a idade – ano 2003

GRÁFICO 4: Conservação dos estabelecimentos prisionais do Estado de Goiás/2003;

GRÁFICO 5: Religiosidade dos presos em Anápolis, Rio Verde e Luziânia, ano 2003.

GRAFICO 6: Religiosidade dos presos da Penitenciária Cel. Odenir Guimarães em Aparecida de Goiânia, ano 2003.

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	2
AGRADECIMENTO	3
EPÍGRAFE	4
RESUMO	5
ABSTRACT	6
SIGLAS	7
FIGURAS	9
GRÁFICOS	13
INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 – VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE:	
UMA BREVE ABORDAGEM	22
1.1 Da pena	24
1.2 Da caracterização dos crimes no Brasil	29
1.2.1 Sentido etimológico do crime	30
1.2.2 Tipos de crime	31
1.3 Diversas óticas sobre o crime	33
1.3.1 Escola clássica	34
1.3.2 Escola positiva	35
1.3.3 Sociologia criminal	37

1.3.4	Teorias atuais	38
1.3.4.1	Teoria da rotulação	38
1.3.4.2	Teoria etnometodologia	40
1.3.4.3	Teoria radical ou marxista	41
1.4	Crime e violência no Brasil	43
1.4.1	A mídia e o crime	44
1.4.2	A questão social e o crime no Brasil	48
1.4.2.1	Crime e violência em Goiás	55
1.4.2.1.2	Criminalidade na cidade de Pires do Rio – Goiás	59
1.5	Sistema penitenciário brasileiro	62
CAPÍTULO 2 – A PASTORAL CARCERÁRIA NA ÓTICA DO FENÔMENO RELIGIOSO		68
2.1	Função social da religião	74
2.2	Elementos do fenômeno religioso	81
2.2.1	O sagrado	81
2.2.1.1	O espaço sagrado	83
2.2.1.2	<i>O tempo sagrado</i>	85
2.2.1.3	<i>Natureza sagrada</i>	86
2.2.2	Símbolos	86
2.2.2.1	Símbolos no cárcere	90
2.2.3	Mitos	95
2.2.3.1	<i>Funções do mito</i>	96
2.2.3.2	<i>Tipos de mitos</i>	96
2.2.4	Ritos	100
2.2.5	Dogmas	103

2.3	A Influência do Fenômeno Religioso nos Municípios de Pires do Rio	104
CAPÍTULO 3 – A PASTORAL CARCERARIA E SUA ATUAÇÃO EM PIRES DO RIO		108
3.1	Experiências que Antecederam a Campanha da Fraternidade de 1997	111
3.2	Campanha da Fraternidade de 1997	114
3.2.1	Objetivos	115
3.2.2	Contribuições	117
3.3	Pastoral Carcerária de Pires do Rio	118
3.3.1	Metodologia	124
3.3.1.1	Ver	124
3.3.1.2	Julgar	128
3.3.1.3	Agir	129
3.3.1.3.1	<i>Assistência social</i>	130
3.3.1.3.2	<i>Assistência aos egressos</i>	135
3.3.1.3.3	Assistência religiosa	137
3.3.1.3.4	Assistência judiciária e conquistas	139
3.3.1.4	Fatores limitadores das ações da Pastoral Carcerária	145
3.3.1.5	Associação Sagrado Coração de Jesus (ASCJ)	147
3.3.1.5.1	Proposta de atuação do Centro de Promoção Humana (CEPROH)	152
3.3.1.5.2	Dificuldades na execução do trabalho da ASCJ	158
CONCLUSÃO		163
REFERÊNCIAS		171
ANEXOS		177

INTRODUÇÃO

Pires do Rio é uma cidade do sudoeste goiano, na região Estrada de Ferro. Conta com 28.631 habitantes (IBGE), concentrados, em sua maioria, na zona urbana. Com localização privilegiada, próxima dos grandes centros, a 142 km de Goiânia e 168 km de Brasília e também próxima ao triângulo mineiro.

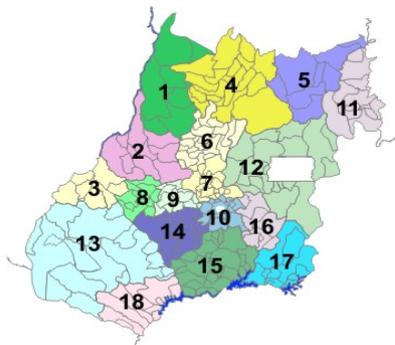


Figura 1: Mapa das microrregiões do Estado de Goiás, segundo IBGE, de acordo com a resolução - PR nº 11 de 05/06/90



Figura 2: Destaque para a microrregião de Pires do Rio segundo IBGE, de acordo com a resolução - PR nº 11 de 05/06/90

016 - Microrregião de Pires do Rio

Desde a sua fundação a cidade de Pires do Rio teve sempre fortes influências religiosas, como será constatado no item 2.3. Por isto, uma

característica predominante é o comportamento tradicional, tanto nos ritos e símbolos religiosos, como nas ações sociais e políticas. Suas tradições justificam o comportamento do cidadão piresino como receptivo, amoroso, condescendente, mas também, conservador em suas convicções.

A Pastoral Carcerária de Pires do Rio, objeto da análise dessa dissertação, foi instituída com o advento da Campanha da Fraternidade de 1997, cujo tema: “A Fraternidade e os Encarcerados” e o lema: “Cristo liberta de todas as prisões”.

Mais precisamente no dia 27 de fevereiro de 1997, os grupos de leigos, denominados como “evangelizadores de rua”, reuniram-se no Salão do Colégio Sagrado Coração de Jesus para discutirem o tema e o lema supracitados. Dessa reflexão pautada em algumas experiências dos integrantes desses grupos, surgiu a conjectura da criação de uma pastoral que viesse ao encontro da campanha da fraternidade e que permitisse, ao mesmo tempo, práticas transformadoras, dentro da perspectiva da metodologia do Ver, Julgar e Agir. Em consequência, foi criada a Pastoral Carcerária de Pires do Rio.

Essa análise está sustentada nos anos de 1997 a 2003, data em que a Pastoral Carcerária de Pires do Rio teve a sua maior abrangência de atuação e influência, gerando relatórios periódicos, que possibilitaram a reflexão. Após esse período, por razões diversas, como será abordada no desenvolver da dissertação, não se ateve a relatos ou atas, ficando prejudicado o trabalho de análise que passou, então, a contar com apenas alguns depoimentos.

A abordagem desse tema, objeto de reflexão tem o intuito de demonstrar a análise do fenômeno religioso presente nos encarcerados, no cárcere e na atuação da Pastoral Carcerária.

O cárcere que é um local rotulado como “impuro, mundano”, amaldiçoado pela sociedade e, em sentido micro, pela comunidade piresina, sobretudo antes da atuação da pastoral carcerária, se contrapõe a todas as afirmativas do que é tido como “sagrado”. Contudo, o misticismo que envolve o cárcere é próprio da visão religiosa, como local profano, o caos (ELIADE, 1992, p.42). Para a Pastoral Carcerária, desencadear uma ação dentro de um espaço físico e cultural conflituoso ou, mesmo, frente às concepções de seus membros é, no mínimo, um desafio instigante e merecedor de avaliações.

Esta dissertação pretende ainda levar um olhar de dentro para fora dos presídios, auxiliando na desmistificação das concepções hegemônicas do crime e do criminoso, através da análise teórica do tema, bem como, da análise da atuação da Pastoral Carcerária, de suas visitas, celebrações e dos resultados obtidos, conduzindo o leitor desta, a uma reflexão mais aprofundada e crítica desta realidade.

Através desta dissertação, é plausível demonstrar que os direitos dos presos previstos pelas legislações que regem o sistema penal brasileiro ficam apenas em nível de direitos teoricamente instituídos visto que, na prática, isso não acontece. Esses direitos no cárcere são abruptamente transgredidos, tornando-se não um local de recuperação, mas escolas de crimes e segregação de “abjetos”.

Esta almeja, ainda, levantar os fatores de entraves e os elementos facilitadores numa atuação da Pastoral Carcerária (cuja coordenação e cuja maior participação de membros surgiu dentro da Igreja Católica, sendo, entretanto, sua proposta e atuação ecumênicas), dentro de uma ação social prática e conflituosa. Contudo, não tem esta dissertação a pretensão de esgotar o tema, mas sim, içar

os erros e os acertos e de apontar caminhos possíveis diante da realidade observada.

Com o fito de efetivar esse contexto de pretensões, a dissertação desenvolver-se-á em três capítulos. O primeiro capítulo intitulado **Violência e Criminalidade: Uma Breve Abordagem** fará uma apreciação das diversas óticas sobre a criminalidade e sua origem, sobre a violência no Brasil e sua origem e, ainda, uma análise do sistema penitenciário. Essa visão geral possibilita a avaliação das correntes teóricas sobre violência e crime que mais se destacam e influenciam na concepção que a sociedade tem do tema abordado.

A visão de que o problema da criminalidade não está somente voltado para a questão econômica é fator condicionante, mas não se esgota em si. Outros fatores como a cultura, o processo educacional de má qualidade, a organização familiar fragilizada e questões psicológicas e morais também influenciam. Portanto, o problema está inserido na injustiça e na exclusão social (CNBB, 1997, p.7). Por isso, possibilita um amplo campo de atuação da Pastoral Carcerária.

Neste capítulo ainda se pretende a desmistificar a imagem do crime e da criminalidade, o que conduz a uma nova compreensão do encarcerado, percebendo-o como uma vítima duplamente excluída, necessitando, não de compaixão, mas de justiça social, de garantia de seus direitos.

O segundo capítulo intitulado **A Pastoral Carcerária na Ótica do Fenômeno Religioso** aborda, inicialmente, a questão do fenômeno religioso em si, dos elementos que o compõe e da influência deste fenômeno na cultura do povo brasileiro e em especial da cidade de Pires do Rio. Sendo a pastoral carcerária uma ação da Igreja Católica de Pires do Rio, estes elementos do

fenômeno religioso vão estar presentes na ação da mesma e, ao mesmo tempo, na cultura dos encarcerados e da sociedade em si, influenciando-os em seus comportamentos e ações.

O terceiro e último capítulo aborda **A Pastoral Carcerária de Pires do Rio**, sua história, os entraves e os fatores facilitadores para uma ação mais crítica e consciente, suas conquistas, retrocessos e perspectivas, as parcerias realizadas e seus desdobramentos.

Serão apresentadas, neste capítulo, as atuações da Pastoral Carcerária de Pires do Rio que, apesar das limitações temporais e circunstanciais, obteve êxito. São elas: a recuperação de detentos condenados por tráfico; a redução de índices de reincidências, através do acompanhamento de egressos e apoio às famílias; aulas de ensino regular e de catequese; batizados, crismas e primeira eucaristia; garantia dos direitos que anteriormente eram lesados, como o banho de sol diário; assistência à saúde; alimentação digna; acompanhamento dos processos judiciais, com impetração de recursos, solicitação de direitos como liberdade provisória; o incentivo e acompanhamento das penas alternativas.

Ainda neste capítulo também será abordada a criação da Associação Sagrado Coração de Jesus, que foi um desdobramento das reflexões realizadas pela referida pastoral culminando em ações concretas na prevenção contra as drogas, violência e criminalidade e, ao mesmo tempo, um trabalho de inclusão social, através da construção de um Centro de Promoção Humana (CEPROH), com o término da construção em 2002 e o início das atividades em março de 2003.

Este local de convivência (CEPROH) tem como objetivo, atender crianças e adolescentes em risco social e pessoal, em suas necessidades físicas, psíquica e social, com a autopromoção e a elevação da auto-estima, oferecendo oficinas de trabalho, aulas voltadas para a cultura e expressão corporal, complementação do ensino regular e laboratórios de computação.

Finalmente, na **Conclusão** e de posse dos resultados e das entrevistas com os membros da Pastoral Carcerária, da comunidade e dos egressos da prisão, comprovar-se-á que, apesar dos entraves, os resultados obtidos, os direitos efetivamente conquistados foram preponderantes para a redução dos índices de reincidências e recuperação dos presos, bem como, garantidos alguns direitos sociais que não eram respeitados.

Em se tratando de um tema pertinente na sociedade atual, a Pastoral Carcerária pode contribuir para uma mudança na visão da sociedade sobre o encarcerado e sugerir alternativas eficazes na pugna à criminalidade e à violência, nos seus diversos aspectos.

CAPÍTULO 1 – VIOLENCIA E CRIMINALIDADE: UMA BREVE ABORDAGEM

Desde as comunidades mais primitivas o ser humano estabelece normas a serem seguidas de acordo com cada comunidade, influenciando a própria existência do homem. Este, porém, constrói um mundo para si, ou seja, uma normatização ou o *nomos* socialmente estabelecido:

Essa ordem pressupõe, no entanto, o empreendimento social de ordenar a construção do mundo. Ser segregado da sociedade expõe o indivíduo a uma porção de perigos que ele é incapaz de enfrentar sozinho; num caso extremo ao perigo de extinção iminente. Ser separado da sociedade inflige também ao indivíduo intoleráveis tensões psicológicas, tensões que se fundam no fato radicalmente antropológico da socialidade. [...] a anomia é intolerável até o ponto em que o indivíduo pode lhe preferir a morte. (BERGER, 2004, p. 35).

Tais regras são legitimadas de acordo com a cultura e a organização de cada época, sendo que, historicamente, o fenômeno religioso foi o principal instrumento de legitimação (BERGER, 2004, p. 45), regulador da vida social.

Os comportamentos individuais tidos como divergentes do estabelecido socialmente são ameaças à estabilidade social. Essa visão de anomia e anomia fundamentou, por muito tempo, as teorias sobre a criminologia. Atualmente, entretanto, diversas outras correntes são basilares para outras posturas a serem analisadas no item Criminologia.

Conforme Nils Christie afirma, os atos tidos como criminosos variam de cultura para cultura, pois os mesmos não existem em si; são criados: “Primeiro,

existem os atos. Segue-se depois um longo processo de atribuir significado a esses atos sobre os quais a diferença cultural tem uma importância particular” (1998, p.13).

Cabe ressaltar que, mesmo com o intercâmbio e a globalização, o conceito de comportamento normal e delituoso tem variado segundo a cultura de cada país. Um exemplo claro é a bigamia que no mundo ocidental é tido como ato criminoso, enquanto no mundo muçumano é plenamente comum, tendo como anormal a monogamia: “o que é transgressão para certos grupos sociais pode ser regra para outros” (CARRARA apud G. VELHO, 1991, p. 82). Outro exemplo se refere às penas de morte que são proibidas em muitos países por serem consideradas crime, mas aceitas em outros países na presença de delitos graves.

Na Bíblia, o primeiro relato da violência é o ato de Caim assassinar o seu próprio irmão Abel (Gênesis 4, 8), pois Deus agradou-se mais das oferendas do último. Essa passagem demonstra as mazelas do interior do ser humano como o ciúme, a ira, a inveja e o fato da não compreensão de como superar esses sentimentos danosos à própria relação dos seres humanos. Demonstra ainda, a dicotomia entre o bem e o mal, o certo e o errado, o aceitável e o abominável, ou seja, o ético e o não ético. A importância, isto é, a presença ou a ausência do Sagrado e a sua influência nas ações dos indivíduos.

A violência está presente em todas as culturas, de alguma forma, encontrando-se, por vezes, legitimada e inserida no próprio fenômeno religioso: “a violência do sagrado (Girard, 1972), sua origem, dionisíaca ou purificada (Maffesoli, 1990), ou a ‘transparência do mal’ (Baudrillard, 1990)” (PEDRAZZINI, 2006, p.77). Mas este não é o caso da violência na cultura ocidental atual, salvo

raras exceções realizadas fortuitamente de forma ilegal, pois nesta, a violência é tida como ilegal. Contraditoriamente, são construídas situações de exclusão e miséria, não menos legitimadas e ignoradas socialmente.

Diante da violência não desejada e explícita, o homem criou a prisão, com o objetivo de afastar o “perigo” da sociedade. Ele instituiu a pena para que esta fosse um instrumento normativo da prisão. Esse tipo de segregação é destinado às classes ameaçadoras e visam manter “um mundo perfeito e sem surpresas, onde expiamos ou reprimimos nossos pecados, onde cada um conhece e aceita o seu papel” (PEDRAZZINI, 2006, p.107)

1.1 Da pena

Pena é a condição imposta aos casos convencionados como “crimes”, com vista a coibir estes atos. Sobre sua origem existem diversos estudos etnológicos e históricos. Sobre sua etnologia Neto sustenta:

Para alguns estudiosos, viria do latim *poena* significando castigo, expiação, suplicio, ou ainda do latim *punere* [por] e *pondus* [peso], no sentido de contrabalancear, pesar, em face do equilíbrio dos pratos que deve ter a balança da Justiça. Para outros, teria origem nas palavras gregas *ponos*, *poiné*, de *penomai*, significando trabalho, fadiga, sofrimento e *eus*, de expiar, fazer o bem, corrigir, ou no sânscrito (antiga língua clássica da Índia) *pynia*, com a idéia de pureza, virtude. Existem alguns doutrinadores que dizem que a pena deriva da palavra *ultio* empregada na Lei das XII Tábuas para representar o castigo como retribuição pelo mal praticado a quem desrespeita o mando da norma. (NETO, 2000, p.18).

A pena encontra também subsídios no mundo religioso, logo no início Bíblia, em seus primeiros capítulos Gênesis 3, quando a mulher e o homem transgridem a ordem querida por Deus, sofrem as conseqüências de seus atos e expulsos do paraíso. Somente em Paulo (Rm 5) é que houve um paralelo em Cristo Salvador e Adão, o pecador. A violência aparece também em Gênesis 4,

11-14, quando Deus expulsa Caim do solo fértil por haver ceifado a vida de seu irmão Abel.

Estas passagens estabelecem uma correlação entre as normas pré-estabelecidas e as conseqüências de suas transgressões no mundo religioso, que se pode nomear de pena e, por muitos anos, foi interpretada como uma forma de castigo.

Já com relação às investigações dos processos históricos no âmbito factual, têm-se os relatos das primeiras penas impostas e que dizem respeito à vingança privada, ou seja, ao revide à agressão sofrida, ficando a extensão e a forma de execução da pena a cargo da pessoa ofendida, permitindo que a pena pode ultrapassasse a pessoa do agressor concentrando-se na família e até mesmo na tribo. (NETO, 2000, p.23).

Com a evolução natural cuidou-se de amenizar a pena através da lei de Talião, adotada pelo Código de Hamurabi, 2083 a.C. que previa a vingança em consonância com a ofensa recebida, “dente por dente, olho por olho”. Porém, aconteciam, ainda, atos atrozés, pois segundo este código:

se alguém tirar um olho de outro, perderá o seu igualmente; se alguém quebrar um osso de outro, partir-se-lhe-à um também; se o mestre de obras não construir solidamente a casa e esta, caindo, mata o proprietário, o construtor será morto e, se for morto o filho do proprietário, será morto o filho do construtor. (NETO apud LYRA, 2000, p. 23).

O Código de Hamurabi também previa a compra de sua liberdade, sendo uma das formas de discriminação da época, pois somente beneficiava a nobreza detentora de recursos pecuniários que permitiam adquirir sua liberdade. Atualmente, a Lei 9.099/95, alterada pela Lei 11.313/2006, que trata do Juizado Especial Civil e Criminal (pequenas causas), trouxe essa novidade também para o

sistema penal brasileiro, com a possibilidade de que: "o crime praticado pelo infrator, após transacionado com membro do Ministério Público, seja reparado com pena pecuniária" (NETO, 2000, p. 24).

A lei de Talião tem um papel limitado no Antigo Testamento, pois aplica ao dano involuntário causado a mulher grávida (Ex 21, 23-25), aos ferimentos com seqüelas (Lv, 24, 20), ao falso testemunho (Dt 19, 21), sendo este último somente quando houver dolo (LACOSTE, 2004, p. 1380).

Após a evolução da civilização e de uma maior organização em sociedade, a pena passou a ser aplicada pelos sacerdotes, que em nome dos deuses praticavam iniquidades e monstrosidades e, posteriormente, pelos reis e representantes do Estado. (SANTOS, 2003, www.cirino.com.br/artigos-politicacriminal.html).

Segundo Löwy(1991, p.12), Marx compreendia que a religião era o ópio do povo, mas de forma dialética e contraditória, por vezes, legitimando a sociedade existente e, por vezes, contrapondo-se a ela. Tal posicionamento deve ser compreendido, com vistas na época em que histórica e geográfica em que Marx viveu.: a religião e o Estado se fundiam, sendo que a primeira era utilizada em função da legitimação e dominação do segundo, ou seja, utilizada para a dominação.

Ao escrever a Ideologia Alemã, em 1846, Marx caracteriza a religião como: "uma das numerosas formas de ideologia, de produção espiritual de um povo, da sua produção de idéias, de representações de uma consciência" (LÖWY, 1991, p 12). A crença de que o poder divino era dado aos sacerdotes e posteriormente, que os reis eram os escolhidos por Deus e em Seu nome, legitimou e empoderou

diversos líderes, para que por muitos anos ditassem as normas políticas, sociais e econômicas.

Weber (1991, p.141) também demonstra que a religião pode ser utilizada como forma de dominação, quando declina três tipos puros de dominação, sendo que, um destes, baseia-se na crença cotidiana na santidade das tradições vigentes e na tradição daqueles que em virtude dessas tradições representem autoridades. Dessa forma, e com a crença de que o poder divino era dado aos sacerdotes e, posteriormente, que os reis eram os escolhidos de Deus, muitos poderes foram legitimados, possibilitando que muitos se mantivessem no poder e ditassem normas sociais, estabelecendo penas aos infratores destas.

Mas nem sempre o fenômeno religioso foi utilizado para manter uma relação de dominação. De forma oposta, os denominados profetas sociais foram denunciadores das iniquidades, das transgressões, do poder despótico e da manipulação da religião no Antigo Israel em nome desse poder, tido como “doado por Deus”. Os “profetas maiores” como Isaías, Jeremias e Ezequiel, tanto quanto os “menores” como Amós, Miquéias, Habacuc e Sofonias e os denominados “profetas anteriores” dedicaram suas profecias voltadas para a justiça, paz e vida digna para todos e contra a opressão, a dominação e a exploração dos reis e sacerdotes:

Os profetas do Antigo Testamento (Isaías, Amós, Oséias) assumiram muitas vezes um papel ‘revolucionário’; da mesma forma Jesus, o último dos profetas; os ‘profetas’ do Novo Testamento – os Padres da Igreja; e tantos outros “reformadores”, em todas as religiões (LAGENEST, 1976, p.40).

No mundo ocidental, a justiça pública foi estruturada sob a influência de Cesare Beccaria em sua obra *Dei delitti e delle pene* (Dos delitos e das penas, 1764), na qual o autor fez uma crítica ao julgamento desigual da época, propondo

que o indivíduo fosse julgado por uma justiça pública, com provas claras e racionais, de forma uniforme, igualitária, independente da classe social a que pertencesse, tendo em vista apenas o ato cometido. (NETO, 2000, p. 35- 37).

Esta foi a grande conquista na área do Direito.

A punição pouco a pouco deixou de ser uma cena. E tudo o que pudesse implicar de espetáculo desde então terá um cunho negativo; e como as funções da cerimônia penal deixavam pouco a pouco de ser compreendidas, ficou a suspeita de que tal rito que dava um “fecho” ao crime mantinha com ele afinidades espúrias; igualando-o, ou mesmo ultrapassando-o em selvageria, acostumando os espectadores a uma ferocidade de que todos queriam vê-los afastados, mostrando-lhes a freqüência dos crimes, fazendo o carrasco se parecer com criminoso, os juízes aos assassinos, invertendo no último momento os papéis, fazendo do supliciado um objeto de piedade e de admiração. (FOUCAULT, 2000, p.12-13).

Desta forma, a própria condenação passa ser a marca que caracteriza a delinqüência, passa a ser o sinal negativo e unívoco e, cada vez mais, a execução da pena torna-se distante do suplício e da expiação por si própria. (FOUCAULT, 2000, p.13)

Apesar das normas penais e processuais penais preverem a igualdade entre as pessoas, independente de classes sociais, de crenças ou raças, ainda hoje, no Brasil, é possível observar grandes injustiças. Crimes como nos casos dos denominados colarinho branco, ‘*white collar crimes*’¹ causadores de fome e miséria, que matam crianças e idosos, permanecem impunes, enquanto que, autores de pequenos furtos para a própria subsistência, vão para o cárcere.

¹ São os crimes contra a ordem econômica, inicialmente tinha como alvo os diretores e administradores das instituições financeiras (Lei 7.492/86), porém com o advento da Constituição Federal de 1988, expandiu e consolidou a proteção ao consumidor, no inciso XXXII, do art.5º e dispõe sobre a ordem econômica e financeira nos arts. 170, 173. No rol desses atos, incluem-se a concorrência desleal, o cartel, o *trust*, o monopólio, o *dumping* e várias outras figuras

Quando alguém comete um assalto a mão armada e, em consequência, a vítima perde a vida, o impacto causado na sociedade é muito grande. Quando, por outro lado, são cometidos, todos os dias, graves crimes contra a ordem econômica, apesar da extensão do mal – na maioria das vezes, causando a morte lenta de centenas de pessoas – o impacto não corresponde à dimensão do dano. São exemplos, nesse aspecto, a poluição ambiental e o dinheiro que é desviado da assistência médico-hospitalar, do saneamento básico, ou mesmo das escolas. São inúmeras crianças que morrem de desnutrição pela falta de emprego para os seus pais; são milhões que permanecem analfabetos. Enquanto isso o PROER doa bilhões aos bancos com problema de liquidez para que eles se soergam e continuem a sangrar os cofres públicos. A esse custo social adicione-se, como enfatiza, **Nola Anyar de Castro** (2), *“um custo moral que é muito importante, porque os grandes empresários, que são os que cometem estes delitos, são geralmente líderes da comunidade, espelho e exemplo do povo, grandes defensores de um bom equipamento social para a prevenção da delinquência juvenil e geral, ou exercem outras atividades similares.”* (LEAO, 1998, <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=1043>).

A violência se diferencia do crime, pois a primeira é toda ação que vilipendia, agride, causa ruptura ao ser humano na sua integridade física, mental e espiritual. Diversas violências são aglutinadas ao cotidiano da sociedade, como a fome, a miséria, a falta de oportunidade ou exploração no trabalho e a exclusão social, porém institucionalizados. Portanto, é imprescindível visualizar a violência de forma ampliada, pois o reducionismo (compreender a violência apenas como o crime violento) faz com que a violência institucionalizada continue existindo bem como, “é um artifício ideológico encontrado pelo Poder para combater o crime violento sem combater outras formas de violência e justificar a existência do seu custoso aparelho repressivo” (BARROS, 1980, p.18).

1.2 Caracterização dos crimes no Brasil

Nas sociedades mais arcaicas, o grupo possui maior homogeneidade nas questões morais e culturais, existindo uma uniformidade de comportamentos. Como a religião é eminentemente social, as manifestações coletivas exprimem realidades coletivas; os ritos advêm da reunião dos grupos e

que se destinam a suscitar, a manter, ou refazer certos estados mentais desses grupos, portanto ricas em elementos sociais. (DURKHEIM, 1996, p.38).

Todo ser humano inserido numa sociedade, sente-se, por isso mesmo, dividido: de um lado, há a exigência de respeitar certas obrigações sociais (é pela submissão a essas obrigações que a sociedade permite que o indivíduo nela permaneça: em troca de proteção, impõe-lhe regras e leis); de outro lado, há a exigência de que ele se mantenha fiel a si mesmo, a seu "eu" mais profundo, plenamente consciente de ser único em seu destino (LAGENEST, 1976, p.50).

Nas sociedades modernas, apesar do peso instituído pelas religiões no âmbito moral e social, o alcance destas concepções morais não é suficiente para normatizar o comportamento grupal, sendo necessário a instituição de normas legais com poder de polícia para regimentar o comportamento social:

Fazendo uma analogia sobre a pena em âmbito social e o religioso, a primeira consiste em punir o crime fazendo o criminoso sofrer, enquanto que na religião é o sofrimento vivido como castigo pelo pecado (LACOSTE, 2004, p.1378).

No Brasil, o instrumento norteador da política criminal é o Código Penal que prevê: "Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal" (art 1º,CP). Deste enunciado é possível extrair dois importantes princípios da legislação penal brasileira: o princípio da legalidade no qual não há crime sem que haja uma lei que defina o ato como criminoso; e o princípio da anterioridade, em que, a lei que prevê o fato como criminoso deverá anteceder o próprio ato, não existindo possibilidade de retroação da lei penal para constituir um ato como criminoso.

1.2.1 Sentido etimológico de crime

Para melhor compreensão veremos alguns conceitos sobre crime:

Para a ciência do direito, o crime é um fato antijurídico, tipificado como tal na lei, que prescreve uma pena para quem violar o preceito da lei. Sob o ângulo ontológico, é a ação ou omissão imputável a uma pessoa, lesiva e perigosa a interesse penalmente protegido por lei (ENCICLOPÉDIA, 1999).

Já o autor jurídico, De Plácido e Silva(1990, p. 587), torna esse conceito mais amplo, relatando que deriva de um termo latim, significando toda a ação ou omissão cometida com dolo, cujo fato esteja previsto em lei e que beneficie a comunidade e a segurança social do estado: esse bem juridicamente protegido.

Em uma ótica social das normas jurídicas e leis, estas podem ser consideradas como normatização da ordem, que por analogia, tem função semelhante aos tabus, nas sociedades menos desenvolvidas, onde visam manter a ordem sobrevivência social e, se baseia em exigências interiores tem característica da religião das elites:

No plano do comportamento moral, as massas religiosas são submetidas a uma nova moral "legalista", "jurídica", freqüentemente mais próximas do tabu, que se deve respeitar, já que é imposto pela autoridade, do que do cuidado profundo em agir "bem". A aparição de uma moral baseada em exigências interiores será uma característica da religião das elites (LAGENEST, 1976, p. 48).

1.2.2 Tipos de crime

No Brasil, o Código Penal divide os crimes em: Dos crimes contra a Pessoa; Dos Crimes contra o Patrimônio; Dos Crimes Contra a Propriedade Imaterial; Dos Crimes contra a Organização do Trabalho; Contra o Sentimento Religioso e Contra o Respeito aos Mortos; Contra os Costumes; Contra a Família; Contra a Incolumidade Pública; Dos Crimes Contra a Paz Pública; Contra a Fé Publica e Contra a Administração Pública.

Na parte geral o Código Penal atentou para as questões gerais divisões mais usuais e, possibilita a compreensão do ato criminoso. Necessário também para quantificar a severidade das penas, ou seja, uma ligação entre o ato

cometido e a pena imposta. Na visão religiosa o fato aparece, como no caso de Dt 25, 3: “para evitar que teu irmão se torne desprezível a teus olhos”.

a) Quanto à determinação do crime: pode ser dividido em crime doloso, culposo e preterdoloso:

O primeiro se dá quando o agente quis ou assumiu o risco de produzir o resultado. Exemplo: um carro trafega em alta velocidade em frente a uma escola no horário escolar e atropela uma criança. Apesar de não ter como intuito matar aquela criança, tinha consciência e assumiu o risco em produzir tal resultado.

O segundo, o culposo, se dá quando o agente não pretendia o resultado, mas poderia prevê-lo, decorrente de negligência, imprudência ou imperícia. Um exemplo de negligência é a falta de manutenção no carro ou no freio de um carro e por causa do fato provoca um acidente. De imprudência é o caso de não se tomar um cuidado especial na ultrapassagem, provocando um acidente. Já na imperícia o autor do ato não é especializado para realizar tal ato e o faz, ou seja, uma pessoa comum solta rojão de fogos no final do ano, não sendo técnico ou não conhecendo da técnica, provoca um acidente na multidão.

O terceiro é o crime preterdoloso. Neste, o resultado torna-se diverso do pretendido pelo agente, ele ocorre quando alguém de posse de uma faca pretende apenas afastar ou ameaçar outrem, mas acaba por lesionar ocasionando a morte deste.

b) Quanto ao resultado

Quanto ao resultado o crime pode ser tentado ou consumado. Diz se consumado quando o crime está completo com todos os elementos contidos na sua definição e, tentado, quando o crime não se consuma por circunstâncias

alheias à vontade do agente. Existe, ainda, o arrependimento eficaz, quando o agente impede que se concretizem os resultados anteriormente pretendidos, respondendo o mesmo apenas pelos atos já praticados.

1.3 Diversas óticas sobre o crime

Desde os primeiros estudos sobre a sociedade, o ser humano e o seu comportamento social, os filósofos e sociólogos dedicaram parte de seus estudos à compreensão do comportamento da pessoa que comete o crime e às causas que conduziram a esta atitude diferenciada. Porém essas compreensões e esses estudos são conflitantes, gerando diversas correntes de pensamento.

A Criminologia é a ciência responsável pelo estudo dos crimes, criminosos e da criminalidade. Alguns autores a dividem em criminologia geral e clínica:

[...] a Criminologia consistiria no ensino e pesquisa de certas disciplinas fundamentais. Duas novas direcções se lhe entreabriram: a da criminologia geral e a da criminologia clínica. A criminologia geral ou criminologia sintética (por oposição às ciências criminológicas ou criminologia analítica) compara, coordena e classifica os resultados obtidos no quadro de cada uma das ciências criminológicas. Constitui um útil trabalho de síntese. A criminologia clínica vai mais longe. Consiste na aplicação de métodos e princípios das ciências criminológicas fundamentais à observação e tratamento do delinqüente, isto é, ao exame médico-psicológico e social, diagnóstico criminológico, prognóstico social, tratamento e reinserção social. (ALBERGARIA, 1988, p.17).

Baseado na criminologia clínica, as prisões tornavam-se grandes laboratórios para os criminologistas, convertendo-se em observatórios para o estudo da personalidade criminosa, da produção dos crimes, da antropometria e de estudos psiquiátricos (CANCELLI, 2005, p. 15). Dentro desta visão, o problema está focado no criminoso e não na criminalidade. Esta é justamente a visão que deu origem ao sistema carcerário brasileiro, que norteou a concepção do Complexo Carandiru. Neste, a limpeza e a higiene acabaram por fazer com que o presídio se transformasse em fábrica de trabalho, tornando-se, posteriormente,

um tipo de escola especializada na criminalidade por não atender às suas propostas:

As penas, além do preço e do julgamento negativo que a sociedade dava ao ato criminoso, existiam no interior da prisão pela exclusão do indivíduo do mundo e passavam, sob os auspícios da Escola Positiva, a construir uma moralidade e um sistema de identificação criminal que tornariam a prisão uma espécie de hospital-laboratório. (CANCELLI, 2005, p. 14).

No intuito de compreender melhor as causas dos crimes, da violência e da criminalidade, e não focalizar no criminoso, a análise realizada será da criminologia geral, visando, num segundo momento, abordar a atuação da Pastoral Carcerária. Para que ocorra a recuperação do preso, bem como sua reinserção social, faz-se necessário compreender as causas que deram origem ao comportamento tido como anti-social.

Jorge de Figueiredo Dias e Manuel da Costa Andrade (1997) agrupam a Criminologia em escola tradicional e nova ou crítica. Dentro da primeira, está inserida a teoria da Escola Clássica, Escola Positiva e Sociológica Criminal, sendo que a segunda, é composta pela Teoria da Rotulação, Etnometodologia e Criminologia Radical.

1.3.1 Escola clássica

A escola clássica, defendida por Carrara, Pessina, Cahauveu, Hauss, séc. XVIII/XIX, entendia que o ato criminoso era resultado do livre arbítrio e, portanto, uma escolha racional, uma opção do criminoso que avalia os riscos e benefícios da empreitada criminosa, não levando em consideração as condições individuais, sociais e psicológicas do autor. Portanto, nesta ótica a pena tem como único objetivo punir o criminoso e reprimir a criminalidade, visando a manutenção do

pacto social, definida apenas pelo princípio da retribuição. (LACOSTE, 2004, p. 1378).

Frente ao fracasso da escola clássica, onde as penas por si só não conseguiram reprimir a criminalidade, outras teorias surgem, baseadas agora na Escola Positiva.

Surgem então as primeiras teorias em 1875, da Antropologia Criminal, através de Lombroso que explica que certas pessoas nascem com predisposição ao delito e que esta é manifestada através de características da figura física do indivíduo. Esse seria o criminoso nato. Tal teoria seria explicada pelo Atavismo, ou seja, com características comportamentais relativas aos seus antepassados: “um salto aos seus ancestrais remotos. O atavismo é, pois, a herança mediata, um salto para trás que se opera no processo hereditário do indivíduo”(OLIVEIRA, 1989, p. 77).

1.3.2 Escola positiva

Esta escola entende o crime como uma entidade de fato, sujeita às leis naturais, sejam elas, biológicas, psicológicas ou sociais.

Da escola positiva surge a teoria de August Comte. Essa escola baseia-se principalmente, na visão de que o comportamento criminoso é uma “anomia” (BERGER, 2005, p.35). Ele é, portanto, diferenciado, seja por influências biológicas, psicológicas ou sociais, e deve ser considerado como tal.

Desta forma, se dá o início da publicação das estatísticas criminais na França. Esta escola passa a entender que a pena por si só não tem efeito, já que

o indivíduo é um doente, necessitando de tratamento. Ela dá, portanto, mais ênfase ao homem do que ao crime propriamente dito:

O princípio para essa diversidade era o de que a pena deveria adaptar-se ao conceito de individualidade, ou seja, o objeto da pena não era a lei, o crime, mas, mais uma vez, o criminoso e sua possibilidade de recuperação individual, adaptando-se à índole do criminoso sua ação criminosa.(CANCELLI, 2005, p. 23).

As prisões foram convertidas em grandes laboratórios para os criminologistas, visando o estudo da produção dos crimes, da antropometria e dos estudos psíquicos (CANCELLI, 2005, p. 15). Eram, portanto, lugares de residência, de trabalho e reflexão com o fim de recuperar e regenerar o indivíduo, moldando-o novamente ao convívio social, como estampados nos portões da entrada do Complexo do Carandiru: “Instituto de regeneração – aqui a bondade, a disciplina e o trabalho resgatam a falta cometida e reconduzem o homem à comunhão social” (CANCELLI apud CARANDIRU, 2005, p. 27).

Essa visão ainda existe na atualidade, principalmente para ocultar as questões sociais de miséria, exclusão social dos bens e dos direitos dos presos. Apesar da nova criminologia crítica, algumas teorias se baseiam ainda na escola clássica como um trabalho desenvolvido pelo National Institute of Mental Health (NIMH, 1970) sugerindo que os indivíduos portadores de genes mutantes, cromossomos XYY, ou seja, um cromossomo a mais no seu cariótipo (supermachos), são tipos propensos a crimes violentos, como o assassino do rio Genesse, Arthur Schawcross e Bobby Joe Long, que tinham o cariótipo terminado em XXY. Esta teoria recorda a teoria do atavismo defendida por Lombroso, porém é contestada por vários autores:

Com base nos trabalhos até agora apresentados, não é possível uma explicação de criminalidade em termos da presença de um cromossomo Y extra. Várias críticas podem ser feitas às teorias de base puramente biológicas: a mais importante é que elas não podem explicar a frequência alta, pelo menos em algumas culturas, de recuperação da delinquência. MATZA (1964) menciona, por exemplo, que nos Estados Unidos o índice de recuperação de delinquentes juvenis é aproximadamente 60%(LIPP, SERRAT, [ca.1997], p.18).

1.3.3 Sociologia criminal

Jason Albergaria (1988, p.18), ao abordar a escola sociológica, refere-se à escola de Durkheim e à escola de Tarde como escolas sociológicas propriamente ditas. Na ótica de Durkheim, o crime é um fenômeno normal porque existe em todas as sociedades. Tarde, ao contrário, vê a ação criminosa como uma profissão tendo como base uma infância irregular, em escolas especiais ou associações profissionais.

Já na visão de Ferri, o criminoso necessita de alguns aspectos físicos ambientais para desenvolver o seu potencial criminoso, elaborando assim, a Lei de Saturação Criminal:

Da mesma forma que num determinado líquido, a uma determinada temperatura, ocorrerá a diluição de certa quantidade de substância, sem uma molécula a mais ou a menos, assim também em determinadas condições sociais, serão produzidos determinados delitos, nem um a mais nem um a menos (OLIVEIRA, 1989, p.77).

Até então, o foco das escolas supracitadas estava voltado para o indivíduo: “tem servido à ordem social estabelecida, buscando explicação causal para o delito e suposta recuperação social para o delinquente, que representa um desajustamento ao sistema da lei e ordem prevalecente sem, contudo, questionar o próprio sistema” (ALBERGARIA apud FRAGOSO, 1988, p. 152).

Surge então a criminologia crítica que muda o foco das observações, não tendo somente o indivíduo como objeto de estudo, mas as causas sociais, as conseqüências, numa ótica abrangente.

1.3.4 Teorias atuais

A criminologia crítica pretende estudar não somente o comportamento da sociedade criminógena, mas verificar as reais causas dos crimes, suas conseqüências; questionar as instituições democráticas que desempenham o papel de inibidores do crime (leis, Ministério Público, Poder Judiciário, presídios) e os conceitos pré-estabelecidos sobre justiça e crime.

1.3.4.1 – Teoria da rotulação

Essa teoria surgida em 1960 percebe a criminalidade como reação social, visto que, o crime não existe, é uma criação do ser humano para a manutenção da ordem social. Destarte, o criminoso difere do homem normal apenas pela rotulação de “criminoso” que lhe é imputado pelas instâncias formais de controle, por isso a sociedade tem o criminoso que lhe convém.

Um estudo realizado sobre o tema “Delinqüência: Etiologia” traz uma grande contribuição desta teoria ao estigma existente com relação ao criminoso, contribuindo para outras exclusões sociais e, portanto, para novo desvio de comportamento.

Lemert (1951, 1972) introduziu um novo conceito, o de desviação secundária. Sua explicação é a seguinte: o desvio primário, tal como o crime, o alcoolismo, o vício de drogas, que se originam numa variedade de fatores sociais, psicológicos, culturais e fisiológicos, tem como consequência para os indivíduos com esse desvio sua deparação, com problemas morais, que giram em torno da estigmatização, punição e segregação. A resposta do desviante a esses problemas que se tornam cruciais em sua existência pode alterar sua estrutura e, então, ele se concebe como um desviante, o que consiste na desviação secundária. Assim, a rejeição pela comunidade da normalidade do desviante mantém sua desviância. (PASQUALLI, 1987, p. 155).

Essa abordagem é importante para a compreensão das dificuldades encontradas pelos egressos do presídio em conseguir trabalho, em interagir com a sociedade, em retomar sua vida social e pessoal, o que acaba por gerar reincidências: “quando um homem é preso, jogado num camburão e levado à carceragem, seja culpado ou não, a família dele – esposa, companheira, e filhos – fica marginalizada, malvista.”(PASTORE, 1991, p.35).

A Pastoral Carcerária presencia diariamente este estigma imbuído no sentimento comunitário em relação aos egressos, tornando-os rejeitados pela sociedade civil, pelas empresas e muitas vezes, por sua própria família: “O maior drama de um egresso é estar marcado”. Por estar marcado, ele não encontra emprego, os vizinhos marginalizam sua família e ele se vê tendo que enfrentar uma cidade estranha. (PASTORE, 1991, p.36).

Um caso inusitado e que comprova as afirmações anteriores é trazido pelo Jornal *O Popular* do dia 17 de janeiro de 2007. Na história, um ex-detento solicita o retorno à Casa do Albergado, tendo como argumento não conseguir propiciar as condições impostas para a concessão de regime aberto domiciliar com prestação de serviços. Tal pedido levou o promotor a concluir que só a falta de política de assistência social e, conseqüentemente, a falta de condições que o egresso encontra de prover seu sustento justifica uma pessoa optar pela prisão:

O promotor salienta que, sem família, casa ou emprego, o requerente não possui qualquer perspectiva de recuperação, caso permaneça no regime aberto domiciliar. Diante da situação e considerada a impossibilidade confessada pelo sentenciado em cumprir as condições impostas para o regime domiciliar, o promotor opinou pelo deferimento do pedido. (LADISLAU, <http://opopular.globo.com/antiores/17janeiro2007/colunas/direito.htm>, 2007,).

A Pastoral Carcerária percebendo este drama desenvolveu os objetivos específicos na Normatização da Pastoral Carcerária, incisos VIII, IX, XI, XII, XVII e XX, conforme, anexo II, visando trabalhar o conceito e desmistificar o estigma da comunidade em relação à questão do preso e de sua família, dando a estes novas oportunidades e minimizando os entraves encontrados na interação social e ainda através do envolvimento com o fenômeno religioso.

Buscando a interação com e o estabelecimento de uma nova visão mais humanizada sobre o cárcere e o encarcerado, a estratégia constituída pela pastoral para tal transformação foi articular com a sociedade organizada, clubes de serviços, maçonarias e igrejas, visitas aos presos, bem como, discussões sobre a problemática da criminalidade e da violência no Brasil, numa perspectiva de análise social.

1.3.4.2 – Teoria etnometodologia

Essa teoria surgiu nos anos 60 e tem como base a fenomenologia que estuda a relação social do ser humano, prega a precisão do exame da intersubjetividade do cotidiano para penetrar nas regras, atitudes, linguagem, significados e expectativas assumidos pelo homem no universo social. A etnometodologia da delinqüência confere, então, enorme relevo ao conhecimento sociológico do comportamento desviante, considerando, portanto, o crime como uma construção social na vivência do agente criminoso a ser interpretado pelas

instituições tidas como de controle (Legislador, Polícia, Ministério Público, Juízes e Órgãos de Execução Penal) para satisfazer as exigências suscitadas pela comunhão social.

A repercussão da delinquência juvenil é o exemplo típico de preocupação dessa tendência criminológica. H. GARFINKEL, Professor da Universidade da Califórnia, nos Estudos Unidos, é o pai do pensamento Etnometodológico. Situam-se também, na mesma linha dos postulados metodológicos da Etnometodologia Criminal, os seus seguidores N. DENZIN, J. DOUGLAS e A. CICOUREL.(OLIVEIRA,http://www.ufpa.br/posdireito/caderno3/texto2_c3.html).

1.3.4.3 – Teoria radical ou marxista

Esta teoria diverge das duas anteriores, considerando-as tradicional, pois para a mesma, o problema do crime se fundamenta na estruturação e na cultura da sociedade capitalista, que é alicerçada no acúmulo do lucro, produzindo uma sociedade de classes injusta e desigual, gerando pobreza, fome, doenças, exclusão e morte (LÖWY, 1991, p. 102).

Essa preocupação com a exclusão, com a opressão, que gera a violência do ser humano em relação a si próprio e nas estruturas sociais, já vem como um apelo e uma intervenção divina, isto é, do Sagrado agindo na realidade humana:

Iahaweh disse: 'Eu vi, eu vi a miséria do meu povo que está no Egito. Ouvei seu grito por causa dos seus opressores; pois eu conheço as suas angústias. Por isso desci a fim de libertá-lo da mão dos egípcios, e para fazê-lo subir desta terra para uma terra boa e vasta, terra que emana leite e mel[...] Vai, pois, e eu te enviarei a Faraó, para fazer sair do Egito o meu povo, os israelitas'.(Ex 3, 7-10).

Nesta mesma dinâmica, outras passagens do Antigo Testamento, evidenciam o conceito ético e os valores fundamentais que foram resgatados pelos profetas (Is 10, 1; 3, 14-15; 1, 23), (Am 4, 1; 10-12; 3, 10). Desta feita, constata que os profetas de Israel trabalham num conceito ético elevado, como fica claro: “Detesto as festas de vocês, longe de mim o ruído de seus cânticos,

nem quero escutar a música de suas liras. Eu quero, isto sim, é ver brotar o direito como água e correr a justiça como riacho que não seca"(AM 5, 21-24).

No projeto político-religioso de Jesus, a questão social é sobremaneira enfatizada na sua estratégia como ponto de referência e práxis:

O Espírito do Senhor está sobre mim, porque ele me consagrou pela unção para evangelizar aos pobres, enviou-me para proclamar a libertação aos presos e aos cegos a recuperação da vista, para restituir a liberdade aos oprimidos e para proclamar um ano de graça do Senhor (Lc 4, 18-19).

Especificamente quanto ao encarcerado: "Estive nu e me vestistes, doente e me visitastes, **preso e vieste ver-me**" (Mt 25, 36). Estas como muitas outras passagens bíblicas traz no seu bojo o anseio de uma sociedade em constante transformação e renovação na busca dos direitos iguais e oportunidades para todos e nos é manifesto como foi relatado. Podemos então destacar como verdadeiras fontes motivadoras para a chamada teologia da libertação, social, política dos dias atuais e embasar a práxis social da Igreja.

Nesta ótica, o sistema capitalista é o fator preponderante e estrutural para a geração da violência e da criminalidade. Sendo assim, esta teoria propõe para resolução da problemática, a transformação social.

A violência, neste enfoque, pode ser comparada a uma bipolaridade negativo/positivo, ou seja, de alguns (ativos) contrapostos a outros (passivos), sendo o Estado o instrumento de violência sob o comando da classe dominante. No "Manifesto do Partido Comunista", Marx e Engels falam sobre a "guerra civil", existente na sociedade, "até a hora em que essa guerra explode numa revolução aberta e derrubada violenta da burguesia estabelece a dominação do proletariado" (DIÓGENES apud MARX, ENGELS, 1998, p.78).

Mesmo considerando a individualidade de cada ser humano, sua genética, fatores comportamentais, psíquicos e sentimentais, a associação da delinqüência, vivenciada na atualidade somente pode ser explicada como fator social, de sua organização, dos acessos aos bens, serviços e poder.

O tema da criminalidade e da violência é complexo, envolvendo diversas variáveis, havendo necessidade da interação das diferentes teorias, com base principalmente na questão social:

A violência, de fato, aumenta e em ritmo razoável. As taxas de homicídio no Brasil, dobram a cada 10 anos. Em meados dos anos 60, tínhamos na cidade de São Paulo, cerca de seis homicídios por mil habitantes [...] as vítimas mais freqüentes são jovens do sexo masculino, negros e pobres. O homicídio não atinge, toda população indiscriminadamente. O estudo do porquê desse aumento não é simples, pois há muitas variáveis a analisar: renda, infra-estrutura, moradia, crescimento populacional, evasão, repetência escolar, entre outras. Temos trabalhado dados agregados e procurado corrigir distorções. Até agora, foi possível relacionar os homicídios entre jovens ao intenso congestionamento domiciliar (CARDIA, 2001, p.10).

1.4 Crime e violência no Brasil

No Brasil existe uma tendência em se relacionar o aumento da violência e do crime com o retorno à democracia. Essa posição induz à concepção de que em tempos ditatoriais haveria maior resolutividade das instituições repressivas e do próprio regime autoritário. Porém, no mundo todo houve uma tendência de aumento da criminalidade após os anos 60, especialmente do crime violento. O agravante no caso brasileiro são as taxas da criminalidade extremamente elevadas e ao mesmo tempo, uma generalizada impunidade, inaceitável no regime democrático (LIPP, SERRAT, p.11).

O Brasil não é um caso isolado no mundo, se consideramos a violência e o medo da criminalidade. Depois dos anos 60, as estatísticas de crimes compiladas em todo mundo apontam para um padrão de crescimento da criminalidade, especialmente do crime violento. Esta tendência foi detectada tanto na Europa como nos Estados Unidos. A situação no Brasil é agravada pelas taxas extremamente elevadas de homicídios, combinadas com uma generalizada impunidade, inaceitável sob um governo democrático (PINHEIRO, 2000, p.20).

Dessa forma, a impunidade real ou pressentida coloca em validade a norma ou a lei, ou seja, "A impunidade, ou desistência sistemática de punições, liga o crime e o exercício da ordem".(RIFIOTIS apud Dahrendore, 2001, p. 169)

A violência no Brasil é um fato inquestionável, aumenta seu ritmo com taxas de homicídios por 100 mil habitantes que dobram a cada dez anos, por isto “a preocupação da população com a violência não é uma paranóia” (CARDIA, 2001, p.9).

Julita Lemgruber(1997, p.9-11), em entrevista a revista Veja, afirma que, o recrudescimento das instituições não conduz a uma diminuição da criminalidade, pois os Estados Unidos com pena de morte e tudo, possui ainda um dos mais altos índices de criminalidade. Porém, em Nova York, onde houve uma limpeza na polícia e a valorização profissional, incluindo aumento salarial para estes, houve uma drástica queda na criminalidade.

Porém o modo com que a mídia sensacionalista aborda a questão da violência de forma alarmante e superficial, como se esta fosse algo externo e não intrínseco à sociedade, acaba por reforçar a manutenção social e o endurecimento das instituições repressoras, como veremos a seguir.

1.4.1 A mídia e o crime

No imaginário da sociedade, principalmente da classe dominante, a violência é algo externo, não ligada às questões sociais, mas é um comportamento desviante da ordem estabelecida, que necessita de instrumentos punitivos e repressivos para que seja homogeneizado o comportamento e novamente restabelecida a ordem social: “O comportamento violento é quase sempre pensado dentro de referenciais negativos, como expressão daquilo que deveria ser, que falta, que se projeta da ordem do ‘outro’” (DIÓGENES, 1998, p. 87).

Fica explícita a ótica da mídia que vê a violência como algo externo à sociedade quando a Revista Veja (2007, nº1, pgs. 46 a 88) traz um especial sobre o Crime, às páginas 76- 47 sobre impunidade; expõem sobre a indústria do tráfico de drogas as páginas 50 a 63; corrupção e demais crimes correlacionados com e atribuídos a policiais são vistos nas páginas 68 e 69. Nas páginas 70 a 75, retoma-se as questões relacionadas ao tráfico de drogas e uma pequena matéria discute, superficialmente, a questão da delinqüência juvenil. Por último trazem as páginas 80 e 81 uma matéria que, de modo enfático, finaliza a questão, relatando sobre psicopatas e destacando-se a teoria do Atavismo de Lombroso, já citado nesta dissertação, quando da abordagem da antropologia criminal, item 1.3.1.

Ao interpretar a reportagem supracitada fica claro para o leitor que o problema está na falta de estrutura repressiva, imperativo que endureça a legislação, manter preso o infrator ou o criminoso, para enfim manter a ordem estabelecida, porque o erro está no desvio de comportamento ou na genética do criminoso. É essa visão que a mídia em si, no Brasil, passa para a sociedade, de desvio de comportamento, de necessidade de intervenção imediata, sem questionar a questão socioeconômica do país, como se o problema estivesse fora da sociedade, esquecendo também da violência das grandes corrupções, do descaso com crianças e idosos.

Outro aspecto da influência da mídia no imaginário da sociedade reside no fato de que existe uma cultura de massa, que implica em consumo para que se adquira a cidadania. Posteriormente, contudo, esse consumo é negado de diversas formas::

O padrão veiculado pela mídia não impõe só um modelo estético e sinalizador de um “status” social almejado, mas também um modelo de cidadania – quem não o ostenta é imediatamente jogado para o campo dos desqualificados do convívio social, sob a suspeita de marginalidade ou de delinqüência, ou simplesmente pela demonstração da incapacidade de consumo. (ABRAMO, 1994, p. 73).

No século XXI, a mídia além das abordagens supérfluas, sem aprofundamento quanto às reais causas da violência, apresentam os fatos de forma sensacionalista. Este tipo de abordagem gera, em primeiro lugar, um pânico generalizado e, em conseqüência, acontecem alguns fatores que vão agravar ainda mais a situação de exclusão e violência:

a) Aparecem os grupos de extermínio ou de vingança privada, retrocedendo aos séculos anteriores com a vingança privada e o Código de Talião. Estes grupos armados, sem preparo psicológico para a compreensão do problema, somente acirram e promovem mais violência: “o mais grave é que desses grupos organizados, fazem parte conhecidos assassinos que agem, às vezes, ao lado de policiais” (WILSON, 1984, p.81)

b) Condomínios fechados são construídos diariamente como forma da garantia do sentimento de “proteção”, excluindo os pós-muros. Estes condomínios recordam a época medieval onde os castelos, rodeados de muros gigantescos com exércitos (guardas) e canhões, procuravam não ver a miséria e a pobreza em que vivia a plebe. Toda a exploração da nobreza gerava riscos para esta mesma nobreza que buscava defender-se.

Enfim, todos os conglomerados urbanos são agora construídos como espaços perigosos e que exigem barreiras de proteção do viver urbano como isolamento em universos à parte, segundo o modelo xenofóbico dos condomínios fechados que a nossa classe média branca herdou da classe média branca norte-americana. (CARVALHO, 2001, p.105)

c) O medo e a incerteza geram a indiferença pelo outro e a recusa de movimentos em prol dos direitos humanos:

Vale a pena lembrar, ainda, que os meios de comunicação de massa tiveram um papel importante na articulação da campanha contra os direitos humanos [...] Para as camadas populares, o principal veículo, foram programas de rádio que recontam crimes, sobretudo o de Afanásio Jazdji. Embora o tom varie substancialmente, e se abuse da linguagem jurídica, de um lado, e de referências a corpos mutilados, de outro, em todos os contextos exagera-se a sensação de insegurança e de ameaça, explora-se a inumanidade dos criminosos, e ataca-se a competência dos defensores dos direitos humanos, que são ainda, responsabilizados pelo aumento da criminalidade (BICUDO, 1984, p. 87).

Barros (1980, p.104) critica a informação do juiz corregedor de presídios quando este revela a existência da organização criminosa denominada Serpente Negra. O autor afirma que o juiz, para tal, contou com o apoio do jornal *O Estado de São Paulo* e da máfia carcerária com os objetivos de: manipular a opinião pública contra os direitos humanos e contra a humanização dos presídios - preconizados pelo então Secretário de Justiça e pelo Arcebispo de São Paulo - e ainda de acusar advogados independentes dos esquemas estabelecidos; responsabilizar a esquerda pelas conseqüências políticas do fato; restaurar privilégios de carcereiros envolvidos no esquema e, por fim, impossibilitar a organização dos presos que contestavam esse esquema de violência-corrupção-submissão no interior dos presídios.

Barros, faz uma analogia entre as denúncias realizadas pelo Sindicato da Magistratura Francesa no 8º Congresso, realizado em 1975, e a atual utilização político-ideológica da delinqüência no Brasil:

[...] O primeiro objetivo da campanha sobre a insegurança e a delinqüência[...]de estabelecer uma cortina de fumaça que desvie a atenção dos problemas objetivos que o governo não quer ou não pode resolver.[...]O segundo objetivo é de designar responsáveis aqueles que estão o mais afastados possível do governo e da classe social que ele representa[...]O terceiro é mais sutil. Focalizando a opinião pública sobre certas categorias de delinqüência, desvia-se sua atenção das outras formas de delinqüência.[...]A delinqüência do colarinho branco, por exemplo, ou os acidentes de trabalho.O último objetivo, o mais importante, é o de estimular o clima de medo e, portanto de tensão e de violência que justifique o crescente controle do Estado sobre os cidadãos e a existência ou o reforçamento do aparelho repressivo.(BARROS, 1980, p. 105).

O que é possível concluir destas análises quanto à violência é que a mesma é cultuada pela mídia, de forma a repassar uma ideologia que somente interessa ao poder dominante. Desta forma, exploram a violência da classe excluída e subterfugia a violência dos políticos e da classe dominante, gerando ainda mais relações conflitantes e que segregam:

[...]a expansão metonímica da segurança provoca a expansão dos mecanismos de segregação social, que convidam a um acirramento sistemático das relações violentas entre os contingentes separados pelas grades, concretas e virtuais(CARVALHO, 2001, P.106).

Portanto, outras reflexões são necessárias para a compreensão da dissertação, a seguir.

1.4.2 A questão social e o crime no Brasil

Para uma melhor compreensão da questão social no Brasil e de sua correlação com a criminalidade, é importante que seja retomada a questão histórica brasileira desde sua colonização desordenada às relações de produção e de trabalho, passando, ainda, pela exploração das riquezas brasileiras por Portugal. Esta organização do Brasil colônia sempre conduziu a uma exploração tanto externa quanto internamente, bem como à preferência do privado em relação ao público.

Desta forma a autora do livro *Violência e o Paradoxo da Democracia*, Angelina Peralva (2000, p.125) faz uma correlação entre estes fatores que teriam produzido marcas na precedência do espírito de aventura e de conquista sobre o trabalho (fundamento da solidariedade) e dificultado o ordenamento da vida social pelo Estado, ocasionando um individualismo abstrato na cultura brasileira e uma preferência nas relações privadas e familiares sobre a vida pública.

Já abolido a escravidão no Brasil, os negros, os migrantes europeus e os índios, construíram uma multiculturalidade como expressa Mario Andrade no livro *Macunaíma*. Homens e mulheres, destituídos de sua cultura, dos meios e do capital para a produção deram origem a uma massa de trabalhadores urbanos e rurais, excluídos das relações de produção, reflexos de uma discriminação racial e de profunda desigualdade social, meio a um regime autoritário, no qual o Estado tornou-se representante das elites.

O processo histórico brasileiro é repleto de exclusões, de falta de acesso aos bens de produção e de serviços ²Como aponta a Fundação Getúlio Vargas, o Brasil possui 49,6 milhões de pessoas vivendo na miséria, com renda inferior a R\$ 79,00, ou seja, 29,3% da população brasileira. E, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 10% da população mais rica do Brasil embolsam 28 vezes a renda obtida pelos 40% mais pobres (GIUSTINA apud ESTADO DE SÃO PAULO, 2001, p. 37). Desta forma, o Brasil demonstra uma péssima distribuição de renda, ficando inclusive atrás da Zâmbia, Peru e do Quênia, cuja proporção é de 17, 24 e 21 vezes respectivamente. "Ser indiferente ao próximo miserável é uma violência simbólica praticada por milhões de seres humanos" (PEDRAZZINI, 2006, p.74).

² "As relações centrais que definem nossa sociedade não são mais apenas a dominação e a exploração, como no modo de produção capitalista, pois são bem menos agora os que podem ser dominados ou explorados. As pessoas são simplesmente excluídas do trabalho, excluídas da produção. Evidentemente, não estamos dizendo que o trabalho acabou. O que acabou, ou diminuiu substancialmente, é o tipo de trabalho e de emprego, que era central até agora. Isso exatamente porque nesse novo mundo que está surgindo, grande parte das pessoas não chegam 'mais ao mercado de trabalho'. A sociedade, em geral, e o mundo do trabalho, em particular, estão se estruturando a partir de mecanismos que impossibilitam, por princípio, o acesso de grande parte das pessoas ao mundo do trabalho. É essa a novidade hoje. A isso se chama de *exclusão*, e é dentro desse contexto histórico fundamental que ela deve ser entendida" (GUARESCHI, 2001, p. 144).

Além da péssima distribuição de renda, da exclusão de todas as formas, dissemina uma cultura imediatista e consumista, com soluções pautadas apenas no aspecto repressivo, sem uma análise profunda, propiciando ainda mais a disseminação da violência:

A sociedade, em geral imediatista e consumista, propõe soluções extremas e enganosas como a pena de morte, a prisão perpétua, o rebaixamento da responsabilidade penal. Poucos percebem que o estado de coisas a que chegamos tais como medo, reações emocionais, soluções equivocadas e descontrole social com altos índices de criminalidade, é o resultado de anos de um processo histórico, que agora dá frutos (LANCELLOTTI, 2000, p.41).

Esta posição também é defendida por José Manoel de Aguiar Barros ao demonstrar que o processo histórico de acumulação de capital e a forma em que ele se dá atualmente, induzem a uma exclusão social, causa direta da criminalidade e da violência:

A partir de uma ordem econômica sedimentada no arrocho salarial, na concentração de renda, no vilipêndio dos recursos naturais e da força de trabalho, que mantém um contingente significativo da população em condições de miséria absoluta, outro resultado não se poderia esperar que não fosse o do aumento da criminalidade e da violência[...] Assim, sendo, o 'discurso' sobre a violência é unilateral, confuso e, na medida em que confunde, dissimula as verdadeiras causas geradoras da violência e os seus responsáveis. Violência, portanto, aparece como sendo os crimes praticados pelos trombadinhas e não aqueles praticados pelos capitalistas selvagens.[...] Os agentes dessa violência são os delinqüentes, os chamados anti-sociais, cujo esteriótipo é o do homem humilde, do mulato, do embriagado, do operário espoliado, enfim, da quase totalidade da população brasileira (BARROS, 1980, p. 9).

Lemgruber(1997, p.26), lembra que a *Rand Corporation*, entidade dos Estados Unidos, afamada por sua excelência e conservadorismo conclui que: "1 milhão de dólares gasto com presos e prisões impede sessenta crimes por ano – isso na melhor das hipóteses. A mesma quantia aplicada no ensino do 2º grau, por exemplo, evita 258 crimes por ano". Dessa forma, a autora concorda com a ligação entre exclusão e a criminalidade.

Para provar quantitativamente a correlação entre qualidade de vida e violência, Pinheiro (2000, p.22-23) cita as cidades de São Paulo, Salvador e Curitiba, onde as zonas com os mais baixos índices socioeconômicos, atingindo, inclusive, níveis epidêmicos, possuem altos índices de violência. Enquanto que, a zona sul (rica) do Rio de Janeiro possui baixa taxa de violência, a zona norte (pobre) possui a mais alta taxa de assassinatos. Conclui-se, portanto, citando Amartya, Sen “[...] a violência é um elemento de exclusão social”.

Essa correlação entre violência e expropriação dos bens e serviços e dos meios de produção não equivale a dizer que a pobreza seja causa da violência. Se assim o fosse, não haveria trabalhadores e pessoas honestas nas favelas, nos morros e periferias. Porém, o que se conclui é que a exclusão dos bens, tais como: acesso ao trabalho digno, infra-estrutura, educação, lazer e falta da presença de policiamento honesto, conduzem ao desemprego, à miséria, à fome e à falta de opção, ao caminho do tráfico, das drogas, da formação de quadrilha.

As atividades das gangues são pouco respeitadas das leis, exceto daquelas exaltadas pelo capitalismo selvagem de consumo (Pedrazzini, 1994; Pedrazzini & Sanchez, 1998 e 2000). A pesquisa revela que a violência urbana não é fruto exclusivo desses jovens pobres, vítimas de um destino miserável e violento, mas uma resposta à pobreza imposta como sentença de sua condição urbana. As respostas oportunas à violência – da urbanização, da globalização, dos seus representantes locais: políticos, industriais, jornalistas, policiais e ladrões – são aquelas que dificilmente chegam a nós, são as vozes alternativas do gueto, do *barrio*, da favela, da *town-ship*, da periferia. (PEDRAZZINI, 2006, p.132).

Mesmo porque, os indivíduos estigmatizados, para superarem as limitações e as dificuldades estabelecidas pelo estigma, procuram unir-se em grupos de semelhantes para sua auto-afirmação, aceitação social e sobrevivência. Dessa forma sentem-se coesos, fortes, estabelecem suas próprias leis já que não são integrantes da regra geral da sociedade, reduzem as desigualdades, sentem-se parte de um grupo. “Mas o sucesso da gangue não é

fruto do acaso, a violência do pobre nasce da miséria refutada e combatida coletivamente. Mesmo nos meios dominados pelo egoísmo pela luta pela sobrevivência, os vínculos sociais são mantidos” (PEDRAZZINI, 2006, p.27):

A luta pelo reconhecimento na esfera pública do grupo estigmatizado, assim como o motivo da sua própria existência vai ocorrer por uma pulsão de defesa – o temor da fragmentação, do atomismo, especialmente do segmento jovem, diante da invisibilidade dos “mundos subalternos”, espaços marginais nas sociedades complexas. Desse modo, as alternativas constroem-se na renúncia à autonomia do indivíduo, derivada dada ausência de referentes de sua individualidade, de suas marcas, de suas diferenças. A renúncia à autonomia do indivíduo projeta-se na constituição de uma identidade fixa, modelada pelo grupo em que “você não é o que quer mas o que a turma quer que você seja”. (DIÓGENES, 1998, p. 175).

O tráfico de drogas, a formação de quadrilhas, a luta pelo poder entre os donos de “bocas de fumo”³ e um policiamento ineficaz, com presença de corrupção e arbítrio, criam uma cultura diferenciada dentro de um espaço limitado (morro, favela), com leis próprias, como: a lei do silêncio, do poder do mais forte e com maior arsenal de armamentos, ditando normas e valores divergentes.

Um exemplo atual são os incidentes ocorridos em São Paulo e no Rio de Janeiro onde, frequentemente, os traficantes determinam feriado. Nessas ocasiões ocorrem mortes e os comerciantes locais fecham as portas de seus estabelecimentos temendo represálias. Elementos do crime organizado enfrentam a polícia, ateando fogo em ônibus e recorrendo a outras formas de desforra. As conseqüências desta violência são claramente sentidas pela sociedade civil.

Outros fatores que corroboram para o aumento da criminalidade e da violência no Brasil são: um sistema herdado de um regime autoritário falido, com instrumentos de repressão ineficientes, ineficazes, eivados de vícios de repressão (extorsão, corrupção, opressão); uma justiça lenta, morosa e com tradição de

³ Vulgarmente chamado por “boca de fumo”, o ponto onde são repassadas drogas, onde realiza o comércio ilegal de drogas.

proteção de elites em detrimento dos menos afortunados; recursos humanos desmotivados e com formação voltada para apenas para a repressão pela repressão.

A incapacidade do governo democrático de criar e reformar instituições e construir um Estado Capaz de proteger os direitos dos cidadãos causou certamente, impacto sobre a violência e a criminalidade descritas acima e precisa ser levada em conta, para se compreender o Brasil contemporâneo. (PINHEIRO, 2000, p. 23).

Estes fatores são propulsores de mais violência, de um maior armamento da população, de retorno à vingança privada e da adoção de medidas de segurança privada com verdadeiras organizações de milícias e construção de condomínios fechados (*gated communities*):

Para uma população que não deve passar de 1% do total do município. Alphaville conta com um segurança para cada grupo de 24 pessoas, enquanto na cidade de 200 mil habitantes há um guarda municipal responsável pela segurança de cada grupo de 421 pessoas. E como não poderia deixar de ser, o condomínio conta com um circuito fechado de TV destinado a monitorar os passos dos condôminos e dos visitantes 24 horas por dia. Essa desigualdade de acesso à “segurança” corre paralela ao terrível perfil de distribuição de renda entre a população que vive dentro e fora dos muros de Alphaville: milionários brancos de um lado, analfabetos e desempregados pretos e pardos, do outro.(CARVALHO, 2001, p. 115).

Essa cultura do medo propicia novamente uma segregação social, uma luta pelo espaço urbano onde o espaço público, como as praças, já não é mais freqüentado por todos, surgindo, assim, os locais “semipúblicos”, protegidos como: os *shoppings*, as academias. Todos amplamente “protegidos” por seguranças, onde não é permitida a presença da classe “indesejada”.

Como consequência dessa divisão de espaços, as classes não se encontram, deixando de existir a solidariedade, a interação entre as mesmas e, dessa forma, cada vez mais, acirrando a violência entre ambas: uma por tornar-se indiferente ao problema vivenciado pela outra e, esta última, acaba por ter a violência como a única forma de expressão com a qual pode se fazer ouvir.

O espaço público é real e simbolicamente proibido a certos grupos sociais que fazem dele um local de marginalização. O objetivo de tais restrições é a desintegração da solidariedade que poderia existir entre as classes sociais na cidade moderna. [...] O mundo se divide em dois grupos: aqueles com acesso garantido aos espaços “públicos”, cujo caráter seletivo é definido por eles mesmos, e aqueles que vagam em torno das novas muralhas de Jericó, esperando encontrar um meio para protegê-las. (PEDRAZZINI, 2006, p. 121).

Com esta cultura do medo ganham os grandes empresários que exploram estes espaços para: vendas de produtos agregados; para a exploração imobiliária e para a exploração de material de segurança. Perde a própria sociedade, pois constrói novas desigualdades sociais e internacionais.

Discute-se no país a redução da idade penal de 18 para 16 anos para que os maiores de 16 anos sejam imputados penalmente, porém o resultado da pesquisa do Ministério da Justiça atestou que os adolescentes são responsáveis por pouco menos de 10% dos crimes cometidos no país, sendo 78% destes contra o patrimônio, 50% sendo furtos e, 8,46% dos crimes contra a vida.

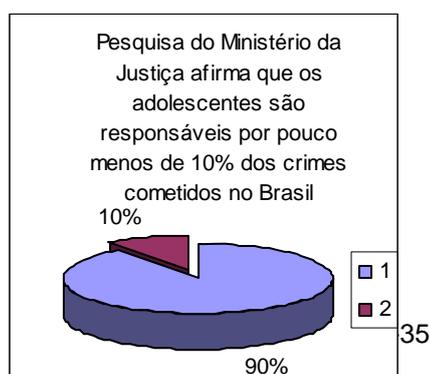


Gráfico 1

Ainda, segundo o autor supracitado (2001, p.35), no texto que foi subsídio à IV Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o último censo apontava a existência de 20 milhões de adolescentes, dentre os quais, 0,1% estavam envolvidos em atos infracionais, ou seja: 20mil adolescentes, sendo que, cerca de 6 mil estavam com a medida sócio-educativa

da internação decretada e 14 mil não eram considerados de alta periculosidade. Esses índices não justificam a redução da menoridade penal, são tão somente resultados de um discurso de subterfúgio das verdadeiras causas da violência no Brasil.

1.4.2.1 Crime e violência em Goiás

Em Goiás, assim como no restante do Brasil, os índices são altos e as suas causas e as ingerências que condicionam este alarmante aumento da criminalidade também são as mesmas. O Superintendente de Segurança Pública e Justiça, Edmundo Dias de Oliveira Filho, entende que esse aumento nos índices é resultante da “falência das políticas de segurança pública, associada à desigualdade social e econômica, à perda de valores éticos, à corrupção, à violação dos direitos humanos e desconfiança da população nas instituições criadas para protegê-las” (SILVA (a), 2003, p.17).

Segundo o jornal local, *O Popular* (SILVA (a), 2003, Cidade, p.3) os crimes impunes cresceram em mais de 260% em três anos, subindo de 8% em 2000 para 29% no ano de 2002:

No dia 7 de fevereiro, foi divulgado o dossiê “Grupos de Extermínio no Brasil”, elaborado pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, com base em dados levantados pelo Movimento Nacional de Direitos Humanos e pelas Secretarias Estaduais de Segurança Pública. Conforme o documento, nos últimos três anos pelo menos 2.500 pessoas foram assassinadas por grupos de extermínio em 12 estados do país. Os estados com maiores índices de execuções são: São Paulo, com 681 casos; Rio de Janeiro, com 580; Bahia, com 478; Acre, com 200; e Goiás, com 101. As vítimas eram, em sua maioria, do sexo masculino (90%), negros, pobres e jovens (20 anos em média). (CARVALHO, <http://www.social.org.or/relatorio2000/relatorio012.htm>)

O Secretário de Segurança Pública, José Paulo Loureiro, apresentou em coletiva, resultados de queda nos índices de homicídios de março/06 a junho/06

de 18,3%, de roubos de 11,53%, de furto de 25,84% e furto de veículo 20,59%. O único índice, segundo o secretário, que aumentou foi o roubo de veículo (assalto portando armas brancas ou de fogo) em 4,37%. (RODRIGUES, 2006). Em contrapartida, o Correio Brasiliense divulga estudo da Secretaria Nacional de Segurança Pública:

No estudo — que trata da violência em todo o país, com base em dados fornecidos em 2005 pelas polícias civis e secretarias estaduais de Segurança Pública —, os municípios do Entorno merecem destaque. Luziânia, Águas Lindas e Valparaíso, todos em Goiás, estão entre as cidades brasileiras com maior número de assassinatos, tentativas de homicídios e estupros. Com a média anual de 66 homicídios dolosos por 100 mil habitantes, Luziânia aparece em 10º lugar no ranking da criminalidade. Está à frente de Duque de Caxias (12ª posição, com 64 casos por 100 mil habitantes), Belfort Roxa (23º lugar, com 53 casos por 100 mil) e Nova Iguaçu (35º lugar, com taxa de 46,1 homicídios por 100 mil).(MONTENEGRO, ALVES, 2007).

O gráfico abaixo demonstra que o policiamento do Estado de Goiás se encontra inferior a vários outros Estados do país: enquanto o Distrito Federal tem um policial para cada 77 habitantes, o Rio de Janeiro um para cada 205 habitantes e Goiás contam com apenas um para cada 282 habitantes.

Comparativo entre o número de habitantes por efetivo policial e ocorrências relativas a homicídio dolosos segundo taxas por 100 mil habitantes em alguns Estados

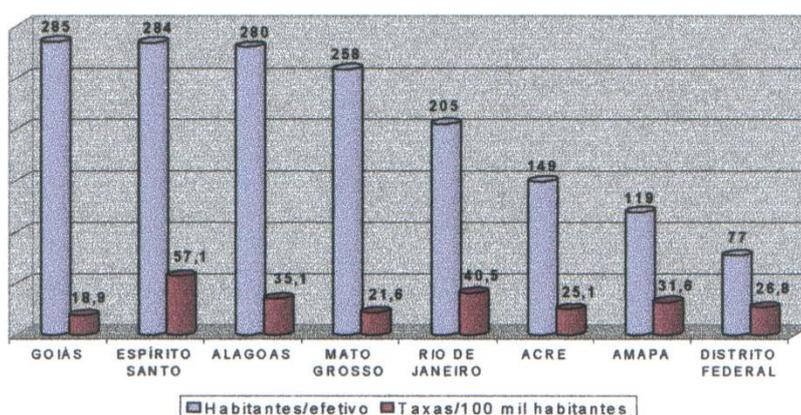


Gráfico2

Fonte: Secretaria de Segurança Pública – ano 2003

Porém, o problema não está somente na escassez de policiamento, mas também, na formação dos mesmos, na fiscalização da atuação destes, na impunidade de alguns atos cometidos pelos policiais.

Cita-se, como exemplo, a ação que a Polícia Federal deflagrou no dia 12 de novembro de 2002 em Goiás e em outros estados da Federação. Esta operação, denominada “Carga Pesada”, desbaratou uma quadrilha, prendendo 35 suspeitos acusados de participarem de roubo de carros e desmanches. Dos 27 suspeitos presos em Goiás, 8 eram policiais lotados na Delegacia Estadual de Furtos e Roubos de Veículos Automotores, acusados de repassar informações da atuação da polícia para as quadrilhas. Porém, após 150 dias, sem a conclusão do processo, justificado pela quantidade de réus e a quantidade de recursos impetrados (recursos processuais), a Justiça libertou 16 dos 19 acusados que estavam presos, já que havia expirado o prazo processual (TRANCHES, 2003, p.3).

Como em todo Brasil, existe uma mudança no padrão dos crimes, crescendo os de latrocínio e o tráfico de drogas, típico do crime organizado, envolvendo políticos, policiais e judiciários é o que constata o estudo da professora e coordenadora do mestrado em Sociologia da Universidade Federal de Goiás, Dalva Borges de Souza (SILVA (a), 2003, p.13).

Na verdade, a passagem de uma criminalidade de sangue para uma criminalidade de fraude faz de todo um mecanismo complexo, onde figuram o desenvolvimento da produção, o aumento das riquezas, uma valorização jurídica e moral maior das relações de propriedade, métodos de vigilância mais rigorosos, um policiamento mais estreito da população, técnicas mais bem ajustadas de descoberta, de captura, de informação: o deslocamento das práticas ilegais é correlato de uma extensão e de um afinamento das práticas punitivas (FOUCAULT, 2000, p. 66).

Uma reportagem de 6 de abril de 2003 aponta Goiás como rota importante para o tráfego terrestre de drogas, citando uma apreensão de 185 kg de cocaína (SOUZA apud O Popular, 2003, p.35).

Os dados de mortalidade em Goiás, tendo em vista o Código de Doenças (CID 10) e os óbitos por agressão, têm crescido vertiginosamente, passando de 850 em 1999 à 1.232 em 2.002. A faixa de maior risco de morte é a idade de 15 a 24 anos com 425 óbitos, seguido da faixa de 25 a 34 anos, com 367 mortes em 2002.

Conforme o gráfico abaixo, os índices de mortalidade por causas externas atingiram em 2004 o terceiro lugar em mortalidade em Goiás, só perdendo para as doenças do aparelho circulatório e para algumas doenças infecciosas e parasitárias. Desta forma a violência e o risco de morte por meios externos passam a ser considerado um caso de saúde pública:

Gráfico de Mortalidade pelas principais causas de morte, em todas as idades, no ano 2004:

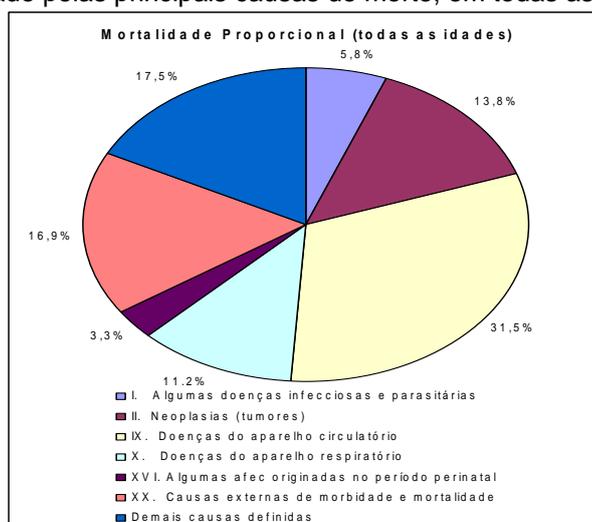


Gráfico 3

Fonte: Datasus: http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/cadernos/GO/GO_Goias_GeralUF.xls.

Uma reportagem do Diário da Manhã, dia 23 de janeiro de 2007 (JAYME, LUIZA), com o nome de “Violência Máxima”, traz como recorde de homicídios em um final de semana em Goiânia. A informação é da Delegacia Estadual de Investigações de Homicídios (DEIH), que constatou 12 mortes violentas na Capital desde a madrugada de sábado, 20, até a noite de 22 de janeiro, tendo como principais responsáveis, drogas e alcoolismo.

1.4.2.2 Criminalidade na cidade de Pires do Rio – Goiás

Pires do Rio é uma cidade do sudoeste Goiano, com área de 1.073,369km²,(SEPLAN,<http://www.seplan.go.gov.br/sepin/perfilweb/mostraNew.asp>). Fundada em 09 de novembro de 1922, com a inauguração da Estação Ferroviária, recém construída, visando o transporte de mercadorias vindas da capital de São Paulo e de outras capitais para o abastecimento da região sul/sudeste do Estado de Goiás. Por isso, a cidade foi considerada por muito tempo a capital da região, principalmente, entre os rios Corumbá e Meia Ponte (SOARES, 1967, p.7).



Figura 3: Estação Ferroviária de Pires do Rio



Figura 4: Obelisco da Fundação de Pires do Rio

Consta da história, uma grande influência na cultura da população piresina das religiosas Franciscanas de Allegany e frades franciscanos (ofm) oriundos da América do Norte. Esses influenciaram as atividades educacionais do município, construindo o Colégio Sagrado Coração de Jesus (primário a normal- ensino

médio na época), participando efetivamente na formação religiosa, doutrinal e educacional da comunidade (WYZE, 1989, p.192).

Atualmente, com uma população estimada pelo IBGE, em 01 de julho de 2005, de 28.796 habitantes, com área territorial de 1.073 Km², localizado na região sudeste do Estado. A economia do município é voltada para a agropecuária, destacando-se o plantio de soja e de algodão, tendo influência de imigrantes do sudeste e sul do país, bem como, das atividades originárias da região que é a criação do gado de corte e leiteiro com predominância da bacia leiteira. Pesa positivamente na atualidade da economia piresina a avicultura, tendo em vista o estabelecimento de um frigorífico de aves na região, Nutrizo Agroindustrial de Alimentos S.A. (SEPLAN, <http://www.seplan.go.gov.br/sepim/perfilweb/mostraNew.asp>). Esta atividade propiciou também a instalação de diversas granjas, bem como de infra-estrutura de montagem e manutenção destas.

Pires do Rio faz divisa com os municípios de: Urutaí, Caldas Novas, Orizona, Santa Cruz de Goiás, Palmelo, Cristianópolis e Vianópolis (lei 8.111 de 14/05/76). Encontra-se entre o Triângulo Mineiro e Goiânia, da qual se distancia 142 Km, tendo como via de acesso a GO-020. Dista, ainda, 168 km de Brasília, com acesso pelas BR040, GO -010 e GO 330, ambas pavimentadas, e 70 Kms de Caldas Novas. Esta posição geográfica privilegiada, acrescida de diversas estradas vicinais e parques policiamentos potencializam as condições para que o município seja um dos possíveis canais das rotas terrestres de tráfico de drogas, o que justifica o alto índice de tráfico e uso de drogas no município. Em

levantamento *in locuo* no cartório do crime de Pires do Rio extraiu-se os seguintes dados mais significativos, sobre a criminalidade na cidade de Pires do Rio:

ANO	CRIMES					
	Furto	Tráfico	Homicídios	Lesão Corporal	Estelionato	receptação
1999	10	03	05	04	03	01
2000	16	11	08	06	02	01
2001	04	10	07	04	03	00
2002	13	02	07	07	10	09
2003	19	07	09	04	03	08
2004	13	02	09	16	03	09
2005	17	08	03	09	08	04
2006	20	04	03	05	08	05

Fonte: Pesquisa realizada no Cartório do Crime de Pires do Rio

Os dados por si só não são tão significativos, pois são caracterizados em números absolutos, sendo que, algumas questões são muitas vezes incidentes como é o caso da alta ligação da criminalidade em Pires do Rio com as drogas, sejam elas, lícitas ou ilícitas. Pode-se exemplificar isto com o furto para aquisição de drogas; a lesão corporal em função do uso de drogas ou de brigas entre grupos de usuários, e assim por diante.

Mas através de seu trabalho, a Pastoral Carcerária de Pires do Rio pode fazer o diagnóstico da criminalidade e percebeu que quase 90% dos casos estão ligados direta ou indiretamente com as drogas; que 99% das reincidências estão direta ou indiretamente ligadas às drogas, sendo que, os outros 1% se referem ao não cumprimento de progressão de regime ou liberdade provisória.

Outro dado que se observa na tabela anterior é que crescem os crimes contra os bens materiais como furto, receptação e estelionato. Este aumento também pode ser constatado nos dados do Estado de Goiás.

Para resolver a questão da criminalidade foi criado o sistema penitenciário, porém o que se percebe é que as penas não têm cumprido sua função, por uma

série de fatores tais como, a falta de adequação física dos presídios, falta de preparo dos recursos humanos, inexistência de propostas claras e eficazes dos presídios, como será analisada a seguir.

1.5 Sistema penitenciário brasileiro

Há uma preocupação constante na história do povo de Israel e, posteriormente, na práxis de Jesus com a questão social e com a situação da violência, principalmente, quando cerceia, a liberdade em todas as suas formas, impedindo o ser humano de alcançar seus objetivos, conduzindo a situações de opressão.

O fenômeno religioso em situações de grandes conflitos ou de extremas aflições combina sempre com a evocação do Sagrado, do Religioso. E isso será analisado a seguir com a realidade dos cárceres no Brasil, o que justifica um número grande de grupos religiosos nos cárceres e uma aceitação dos presos a estes ensinamentos, principalmente àqueles que conduzem a esperança de vida nova.

O Sistema Penitenciário, a princípio, deveria ter a função primordial de prevenir novos crimes: “os reformadores pensam dar ao poder de punir um instrumento econômico, eficaz, generalizável por todo o corpo social, que possa codificar todos os comportamentos e conseqüentemente reduzir todo o domínio difuso das ilegalidades” (FOUCAULT, 2000, p. 79).

Também o cárcere deveria propiciar ao encarcerado um momento de repensar, de elevar a auto-estima e propiciar ao encarcerado condições fundamentais para o enfrentamento dos conflitos sociais, do encontro consigo

mesmo, pois: “o crime ou a culpa não extinguem a marca imortal no condenado, que o Criador lhe imprimiu no fundo do ser” (ALBERGARIA, 1988, p. 20).

Porém, o que ocorre nas penitenciárias brasileiras é uma superlotação, como no caso do presídio Carandiru: “A detenção tem mais gente do que muita cidade. São mais de 7 mil homens, o dobro ou o triplo do número previsto nos anos 50, quando foram construídos os primeiros pavilhões. Nas piores fases, o presídio chegou a conter 9 mil pessoas” (VARELLA, 2005, p.11).

A prisão, como espaço e empresa, é “um laboratório da sociedade ‘globalizada’ [...] onde testamos e exploramos os limites das técnicas de confinamento espacial dos dejetos da globalização” (Bauman, 1999, p.177). O encarceramento é finalmente a cadeia de desmontagem dos indivíduos, local onde o massacre é terminado e os restos espalhados. (PEDRAZZI, 2006, p. 109).

Como resultado da superlotação, bem como do descaso dos dirigentes e dos líderes políticos para com estas instituições, as condições de sobrevivência tornam-se péssimas, degradantes e, desumanas, culminando em rebeliões como a de Carandiru, na qual, em 02 de outubro de 1997, foram massacrados 111 presos.



Figura 5: Carandiru logo após a rebelião do dia 02 de outubro de 1997.

No seu livro *Estação Carandiru* (páginas 128-135) Drauzio Varella apresenta diversos relatos das circunstâncias carcerárias que discorrem sobre a criação de uma cultura interna nos presídios com leis e regras próprias, tendo um comando geral, porém de forma conflituosa, com diversas tensões internas entre

os detentos e entre estes e os funcionários das instituições. Também as mesmas constatações foram realizadas por Henri Charrière, em *Papillon*, quando descreveu os presídios da Guiana, nas Ilhas de São Lorenço e da Salvação:

Nesse pequeno universo de iras e rancores ninguém deve subestimar-se; nem superestimar-se tampouco. Sob o signo do medo, disfarçam-se antipatias, escondem-se desafeições. Formam-se bandos de “amigos” que se protegem e se vigiam com fiel desconfiança, sem desfalecimento. À vista indiferente dos guardas e da administração estabelecem códigos e normas. Criam-se regimes, elegem-se líderes, instituem-se mandatos. Quadro alucinante dos desvios humanos, das paixões incontroladas (e descontroladas), cinicamente confessadas, amostragem perturbadora das suscetibilidades neuróticas, do desregramento dos sentidos e das perversões sexuais, o livro de Henri Charrière nos conduz aos subterrâneos onde a Justiça, a grande Justiça de olhos vendados, esconde a incompetência. No olvido das próprias iniquidades, o Estado exila, após julgamento, desníveis imperdoáveis. E exata, publicamente, a desigualdade social. Obedeça a Lei! Dane-se o Direito.(QUEIRÓZ, 1981, p.229)

Este tipo de prisão que acontece no Brasil contemporâneo realiza somente a função punitiva do crime cometido, não exercendo a função de ressocialização e prevenção de novos crimes. Desta forma, reflete a afirmação e manutenção da ordem estabelecida, afastando temporariamente “o criminoso da sociedade”. A classe dirigente não tem preocupações com esse sistema de segregação, pois no Brasil “somente é condenado ao iníquo sistema carcerário o pobre, o jovem pobre, e o preto, na sua maioria analfabetos” (PASTORE, 1991, p.81).

O Manual da Campanha da Fraternidade de 1997 (p. 66) traz alguns dados fornecidos pelo Departamento de Saúde, em 15 de dezembro de 1995: dos 45.771 presos, 80% do sexo masculino e 90% do sexo feminino apresentavam o bacilo de Koch(da tuberculose); havia disponível apenas 320 leitos, quando seriam necessários 1.120, ou seja, um déficit de 800 leitos.

Conforme o manual da Campanha da Fraternidade de 1997 (p.67), as projeções quanto aos portadores de HIV obtidas em São Paulo a partir de 1993/1994 relatam: o número de casos de HIV soropositivos na população do

país é de cerca de 1 para cada 364 habitantes, enquanto na população carcerária é de 1 para cada 6 pessoas; e o número de aidéticos na população do país é de 1 para cada 5.344 habitantes, enquanto na população carcerária é de 1 para 52 presos.

Esse é o retrato do sistema prisional brasileiro, um amontoado de pessoas, segregadas da sociedade, despidas dos seus direitos enquanto cidadãos, de sua integridade física e moral, sem perspectiva de vida, deixando contaminar-se moral e fisicamente pelos males entremeados nos cárceres:

No curso do processo, sem embargos de sua humanização, é afetada a dignidade pessoal do imputado, que se sente diferente dos outros, e seu estado de frustração poderá leva-lo à reincidência. A subcultura científica demonstra que a prisão é criminógena(CLEMMER e KINBERG). Na saída da prisão, o preconceito, a rejeição social, o abandono da família e a perda da colocação conduzem à reincidência. O estudo sociológico da subcultura da penitenciária averigou o empobrecimento da personalidade do recluso, ou a elaboração de uma personalidade artificial capaz de suportar o universo hermético da prisão (GOFFMAN e PODGORECKI). Essa perda do horizonte temporal do egresso determina a sua desinserção da comunidade normal, destinando-o à subcultura da marginalidade social e delinquência.(ALBERGARIA, 1988, p.113).

Em Goiás foi realizado um levantamento em todos os presídios do Estado, com vistas a uma radiografia do sistema carcerário, visando mapear tal sistema, pois informalmente já havia sido constatado: superlotação e a precariedade deste sistema. E este estudo, que foi enviado ao Secretário de Segurança Pública e Justiça do Estado de Goiás e que subsidiou projeto para construção de novas penitenciárias e reformas de outras tantas, teve como resultado final os seguintes dados: o sistema prisional de Goiás conta com 125 cadeias públicas, 3 penitenciárias, 8 casas de albergados, 2 casas de medidas de segurança e ainda 4 estabelecimentos cuja finalidade não foi informada. Destes somente 3% foram considerados ótimos, 31% bons, em contrapartida, 22% apresentavam o estado ruim e, 34% precário.(BORGES, 2003, p. 3)

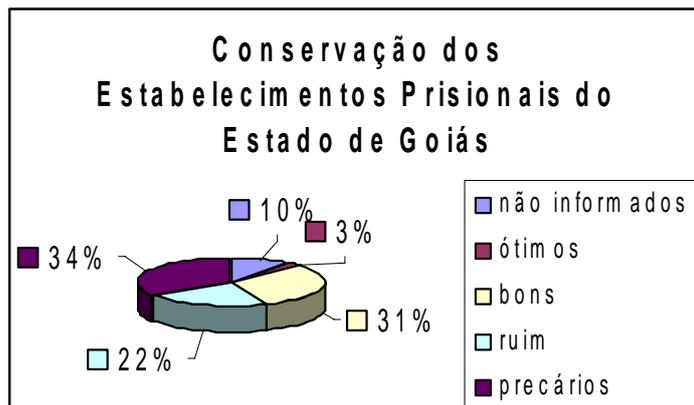


Gráfico 4

Fonte: BORGES, 2003, p.3

Desta pesquisa pode-se concluir que mais de 50% dos presídios avaliados no Estado de Goiás, na época, não se encontravam adequados à recuperação do preso, sendo ainda que 10% dos presídios não foram avaliados, O que poderia representar alteração expressiva nos dados. Desta forma, percebe-se que o problema da inadequação do cárcere também se refere ao Estado de Goiás como um todo.

A prisão é um instrumento demasiadamente caro e ineficaz para ser usado no controle social, quando, na verdade, existem outros meios mais eficazes e menos onerosos para a correção dos crimes cometidos sem violência. As penas alternativas, se aplicadas em substituição às restritivas de liberdade, colocariam de imediato 45.000 presos na rua, já que “trancafiados com presos violentos, os autores de crimes menores saem da cadeia piores e sem nenhuma chance de serem reintegrados à sociedade” (LEMGRUBER, 1997, p. 9).

As penas alternativas têm sido aplicadas com mais freqüência pelos juízes, e os índices de reincidências nestas tem se mostrado bem menor do que as restritivas de liberdade, segundo a Folha de São Paulo (CNBB, 1997, p.133). Portanto, a proposta para que as penas alternativas sejam aplicadas aos crimes que não são realizados com violência, contribuirá com a redução da criminalidade

e das reincidências, pois apenas leva o infrator a pensar no ato cometido sem segregá-lo, sem gerar restrições e preconceitos. A cadeia, as amarras falam bem menos ao ser humano do que a carga e o poder ideológico, como bem explicita:

Quando tiverdes conseguido formar assim a cadeia de idéias na cabeça de vossos cidadãos, podereis então vos gabar de conduzi-los e de ser seus senhores. Um déspota imbecil pode coagir escravos com correntes de ferro; mas um verdadeiro político os amarra bem mais fortemente com a corrente de suas próprias idéias; é no plano fixo da razão que ele ata a primeira ponta; laço tanto mais forte quanto ignoramos sua tessitura e pensamos que é obra nossa; o desprezo e o tempo roem os laços de ferro e de aço, mas são impotentes contra a união habitual das idéias, apenas conseguem estreita-las ainda mais; e sobre as fibras moles do cérebro funda-se a base inabalável dos mais sólidos impérios(FOUCAULT apud SERVAN, 2000, p 86).

Imbuídos pelo espírito de ética social intrínseco no Antigo Testamento e pelo princípio cristão a favor da clemência e misericórdia, pois a relação de Deus com os homens é definida pelo perdão e salvação, os membros da Pastoral Carcerária de Pires do Rio iniciaram um trabalho de humanização, luta pelos direitos dos presos, da dignidade e em busca do resgate da cidadania dos presos, que será objeto do relato a seguir.

CAPÍTULO 2 – A PASTORAL CARCERÁRIA NA ÓTICA DO FENÔMENO RELIGIOSO

O Fenômeno Religioso sempre esteve no escopo dos filósofos e dos sociólogos que tendo em vista a análise da influência daquele nas manifestações sociais “estavam à procura das causas sociais da grande mudança social que assistiam e dos possíveis remédios para as patologias sociais e para os efeitos destrutores do tecido social” (MARTELLI, 1995, p.31).

A religião está inserida nas mais diversas formas de comunidade, desde as mais primitivas até as mais complexas. Dados paleantropológicos demonstram que o *Homo erectus* produzia objetos de caráter simbólico que indicam ser de cunho cultural e mágico-religioso. Já, quanto ao *Homo sapiens* têm-se conhecimentos explícitos sobre o simbolismo religioso através das práticas funerárias; cultos aos ossos; animais; ritos de passagens e propiciatórios; indicadores de esperança e crença no sobrenatural (MARTELLI, 1995, p. 137).

todas as sociedades têm necessidade da Religião, porque três limites inerentes à existência humana são universais: a contingência, isto é, a incerteza das condições de vida; a impotência, isto é, os limites próprios para controlar e modificar o ambiente; a penúria, isto é, a privação relativa devia ao caráter finito dos recursos, cuja distribuição requer uma coordenação feita por uma autoridade superior e, portanto, relações de subordinação entre os homens (MARTELLI apud O’DEA, 1995, p.101).

Portanto, o fenômeno religioso se dá em todas as épocas, em todas as sociedades, visando normalizar e estabilizar a sociedade, seja nas suas relações interpessoais, para subsidiar as relações de distribuição dos recursos e as de

subordinação. Também afirma Wilges; “O fenômeno religioso é universal. Em todos os tempos, lugares e povos, tal fenômeno pode ser observado. Esta afirmação é atestada pela etnologia e pela história das religiões” (1995, p.09).

O ser humano, pelo seu caráter contingente finito, é por natureza um ser religioso, que acredita em um Deus. Mesmo quando este se declara ateu, descrente em uma divindade, a sua realidade mais íntima reclama persistente por um bem similar em lugar de Deus, elegendo para si ídolos como o Estado, a arte, uma mulher, o dinheiro, a ciência, a tecnologia, etc. (WILGES apud SCHELER, 1995, p.9).

A dependência do ser humano em relação a potências invisíveis consideradas sobrenaturais, que podem ser benéficas ou prejudiciais, e cujo sentido profundo o transcende, constituindo o chamado fenômeno religioso pode ser verificada de alguma forma. Esta verificação é o próprio objeto de estudo da sociologia. Embora nem sempre este estudo possa revelar a compreensão total do objeto, mas apenas um de seus vários aspectos. Sendo este aspecto real e objetivo (LAGENEST, 1976, p.16).

Estudos nas penitenciárias de Goiás demonstram que o fenômeno religioso tem grande influência sobre os encarcerados, pois a grande maioria destes afirma pertencer a uma das três denominações consideradas na pesquisa, nomeadamente: igreja católica, igrejas evangélicas e espíritas. O índice daqueles que se dizem ateus, ou pertencentes a outras religiões, é muito pequeno e não ultrapassa 13% dos detentos. Ressalta-se, contudo, que, muito possivelmente, este índice de 13% cairia ainda mais se outras denominações religiosas para além da católica, evangélica e espírita fossem levadas em consideração.

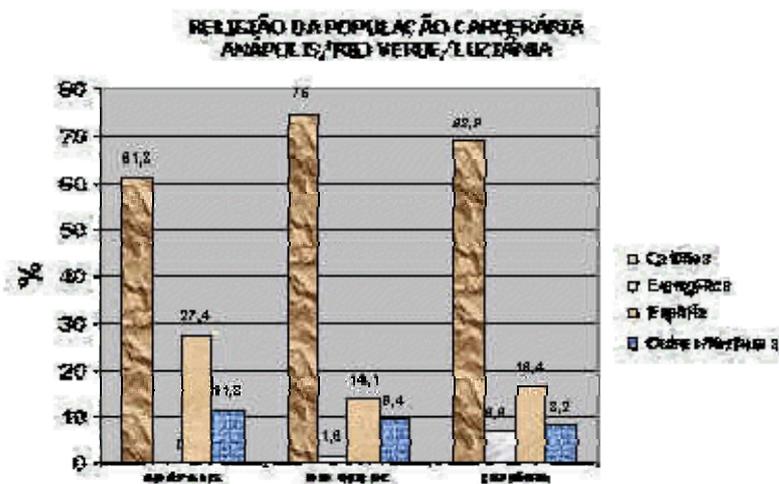


Gráfico 5

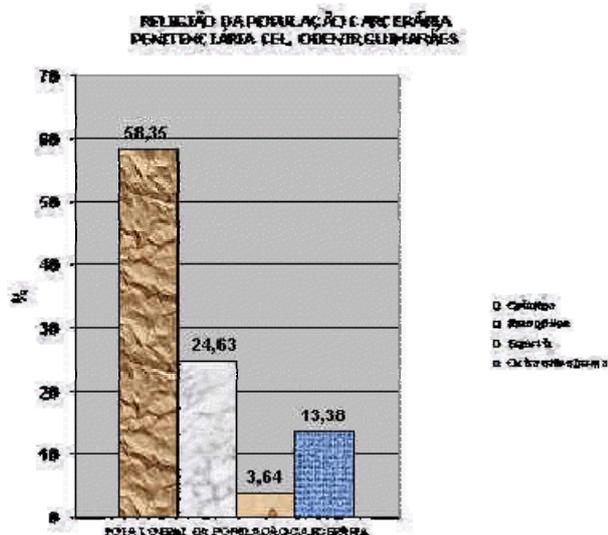


Gráfico 6

Fonte: www.agenciaprisional.go.gov.br, 12/07/2003.

Não foi feita pesquisa na cidade de Pires do Rio para esta dissertação, tendo em vista a influência da Pastoral Carcerária, o que poderia causar alguma tendência. Contudo, o que se quer com isso é provar que a presença do sagrado, dos mitos, dos ritos, dos símbolos e de todos os elementos do fenômeno religiosos permeia até mesmo os locais ditos mais “profanos”, mais imbuídos de “erros”.

O fenômeno religioso é mais do que uma simples aparência, mostra algo que o transcende, muitas vezes disfarçado, revelando-se gradativamente até

adquirir um valor de significado. É aí que se manifesta a realidade de um aspecto do fenômeno. (LAGENEST, 1976, p.16).

Weber ressalta que este fenômeno era dirigido principalmente para aqueles que necessitavam de salvação. A evolução da ética religiosa teve suas raízes mais positivas e primárias nas condições íntimas das camadas sociais menos valorizadas socialmente, pois se encontrava em condição de miséria, pobreza, exploração e sentiam necessidade peculiar de se apegarem à idéia de salvação. Em contrapartida, as camadas mais elevadas tinham poucos desejos de serem salvas ou de se apegarem a outra idéia que não fosse à sua própria condição de vida. Portanto, os menos privilegiados “transferem, então, esse valor para algo que está para além deles, para uma tarefa que lhes foi atribuída por Deus” (WEBER, 1993, p.320).

Neste contexto, dois protagonistas: mágicos e sacerdotes passaram a ter atribuições de cura da alma, de confissão dos pecados e de aconselhamentos para acabar com o sofrimento: “Assim o mágico transformou-se no mistagogo, com isto, surgiram dinastias hereditárias de mistagogos, ou organização pessoal treinada por um chefe de acordo com as regras” (WEBER, 1993, p.315).

Os sacerdotes, ao contrário dos magos que atuam individualmente, fazem parte de uma organização empresarial permanente, regular e organizada com vistas à influência dos deuses. Outro fator que diferencia os sacerdotes dos magos é que apesar da função dos primeiros em utilizar a mágica por meio de sua veneração, estes influenciam os deuses, enquanto que os magos “forçam os ‘demônios’ por meios mágicos”. (WEBER, 1991, p.294).

O sacerdote é o responsável pelo culto, cabendo a ele o cumprimento do rito. Qualquer pessoa pode desempenhar o papel de sacerdote por meio das seguintes vias de acesso: por eleição, coação, resposta a um apelo pessoal. (LAGENEST, 1976, p.62). Por exemplo, um pai no culto familiar repete o papel, os gestos, as palavras, os rituais, imitando e se igualando ao desempenho da paternidade exercida por seu progenitor: “tudo, pois, conspira para fazer do sacerdote um personagem estruturalmente conservador, preso ao respeito à tradição que impregna o grupo que o elegeu e ao qual se deve seu sacerdócio” (LAGENEST, 1976, p.62).

Um terceiro personagem que aparece no fenômeno religioso é o profeta. Normalmente, este centraliza a ética sobre os aspectos de salvação religiosa. Portador de um carisma individual, ele anuncia o reino e denuncia as iniquidades em nome de um mandado divino. Desta forma, assim como o mago, o profeta age desvinculado de uma organização empresarial, mas em virtude de seu dom pessoal, uma vez que, ligado, direta ou imediata, à divindade, recebe um mandato:

Transmitir aos homens, em seu nome, aquilo que ela lhe segreda – como pensar e proceder para assegurar o seu “reino”. Daí o quadro apocalíptico, as afirmações milenares, as visões fantasmagóricas que servem de cenário para toda pregação profética e formam uma previsão imagética do futuro (LAGENEST, 1976, p. 63).

O profeta distingue-se do mago porque anuncia revelações substanciais e sua missão não consiste em magia, mas em doutrina ou mandamento. O sacerdote também pode ter um dom de carisma pessoal, e atuar em função desta, porém “como membro de um empreendimento de salvação com caráter de relação associativa, permanece legitimado por seu cargo” (WEBER, 1991, P. 303).

Uma pessoa pode exercer a função de sacerdote e de profeta concomitantemente, porém esse exercício seria conflitante, pois o primeiro tem a função conservadora, enquanto o segundo é eminentemente não-conformista, revolucionário:

Uma pessoa que fosse chamada a exercer, simultaneamente, as duas funções não poderia deixar de se sentir dividida entre dois mundos conflitantes e seria levada a dar a vitória ora ao sacerdote, ora ao profeta que coexistem dentro de si. Jesus de Nazaré, grande e único sacerdote da Nova Aliança, morreu porque era um profeta – o último da Antiga Aliança. (LAGENEST, 1976, p.64).

Quanto à ação pastoral, esta, em sua prática cotidiana, revela traços prioritários de função sacerdotal ligada e legitimada pela organização Igreja. Porém, essa atuação não é puramente sacerdotal, ela é também profética quando denuncia os maus tratos, quando exige das entidades responsáveis um posicionamento quanto aos direitos dos presos, quando vislumbra outras condições mais dignas de vida. Já quanto aos aspectos mágicos: a pastoral utiliza a magia do sagrado quando busca a cura da alma, as orações para a cura dos doentes e para qualquer tipo de proteção:

Um mesmo grupo religioso pode atravessar fases sucessivas de sacerdotismo e de profetismo, de conservadorismo e de renovação, de ritualismo e de misticismo. Isso constitui a própria trama de sua história temporal, de suas aventuras e vicissitudes – e a isso nenhum grupo religioso escapa (LAGENEST, 1976, p. 65).

Diversos sociólogos dedicaram-se à análise da função social da religião como: ordenadora ou rompedora de idéias e concepções; como legitimadora ou destituidora de poder; como mantenedora ou rompedora do *status quo*. Eles dedicaram-se, portanto, ao estudo da função do fenômeno religioso no ordenamento social desde as comunidades primitivas até o presente momento, pois como observa Weber (1991, p. 386): "a ética religiosa interfere na esfera da ordem social em profundidade muito diversa". Tal apreciação será imprescindível

no exame da função social da Pastoral na Igreja Católica, em específico, a Pastoral Carcerária e as possíveis conseqüências sociais de sua atuação.

2.1 Função social da religião

Durkheim (1996, p. 28) considera a religião como eminentemente social e as suas representações como reproduções coletivas que visam suscitar, manter ou refazer os estados mentais do próprio grupo em função das necessidades deste grupo.

Porém, Marx e Engels fazem uma análise diferenciada, não se dedicando ao estudo da religião em si, mas voltando-se para a função desta, para sua inserção nas questões das relações de produção: “capital X trabalho”. Como resultante da observação na primeira fase de seu trabalho, Marx considera a religião como uma alienação do homem para suportar as divisões sociais e a miséria. A religião para Marx tanto é expressão ou fuga do mundo real, como protesto contra este mundo, contudo, este aspecto da obra de Marx – religião como protesto - tem sido menosprezado. Já na segunda fase, a religião é vista como ideologia e é explicada como normas morais e religiosas com fito na maneira pela qual os homens produzem os bens materiais (LESBAUPIN, 2003, p. 14 – 16).

Outros autores Marxistas, como Rosa Luxemburgo e Gramsci, fazem uma análise menos geral e mais específica da religião. Luxemburgo afirma que a social-democracia não tira ninguém de sua fé. Ao contrário de Marx, Luxemburgo não luta contra a religião, a menos que esta seja utilizada como estratégia contra a luta da classe operária. Desta forma, faz um histórico do cristianismo primitivo

até os tempos contemporâneos e “chama a atenção para a contradição entre a doutrina cristã, a prática dos cristãos primitivos e a prática da maioria dos padres de seu tempo que pregavam contra os militantes operários” (LESBAUPIN, 2003, p.20-21).

Para se compreender a função social da religião abordo alguns exemplos da religião católica. Gramsci preocupado com as condições de transformação social da Itália percebe que a Igreja Católica pode ser instrumento facilitador ou impeditivo desta transformação. O autor percebe que a Igreja Católica não é um bloco monolítico e que, neste universo, coexistem várias contradições, reflexo das contradições sociais, da relação de forças com as outras ideologias e aparelhos ideológicos em cada Estado e dos conflitos nacionais e internacionais da Igreja (LESBAUPIN, 2003, p.21-23). Esta passagem será importante, pois serão abordadas divergências de posturas entre os líderes religiosos e os leigos da própria comunidade piresina.

Também Otto Maduro (1980, p.174) demonstra este rompimento ou esta divisão no seio da Igreja Católica quando, num primeiro momento, relata que as funções conservadoras na América Latina são desempenhadas, especificamente, pela Igreja Católica. Mas, já num segundo momento, aponta para o fato de que em “certas condições, também uma religião pode funcionar como canal de mobilização das classes subalternas e contra a dominação” (MADURO, 1980, p. 179). Ou seja, toda igreja “abriga em seu seio conflitos tais que seu desenvolvimento pode, sob certas circunstâncias, favorecer processos religiosos com funções sociais não conservadoras e até revolucionária” (MADURO, 1980, p. 188).

Logo a seguir, e reafirmando o conflito existente dentro da própria Igreja Católica da América Latina, Otto Maduro descreve que os sacerdotes na América Latina foram legitimados espontaneamente por setores subalternos para “receber, sistematizar, exprimir e dar respostas às aspirações e necessidades das mesmas classes subalternas. Por isso, o sacerdote pode representar um papel-chave nas lutas e alianças desses setores subalternos.” (1980, p. 184).

Resumindo o capítulo sobre a função social das religiões, Otto Maduro relata casos de sacerdotes católicos, desde Camilo Torres, que tiveram posturas revolucionárias e infere claramente sobre a função social e os conflitos existentes na Igreja Católica, em particular, e nas religiões em geral: “Essa função é, antes, um *conjunto* heterogêneo e variável, de funções múltiplas e conflitantes e cujo desenvolvimento futuro é dificilmente previsível” (1980, p. 185).

Retomando Gramsci, o autor ainda faz uma importante distinção da Igreja-organização eclesiástica e da Igreja-comunidade dos fiéis, sendo que, esta última desenvolve princípios políticos morais determinados em oposição à Igreja eclesial, pois a primeira só se ocupa de interesses corporativos:

é preciso compreender que ela está disposta a lutar somente para defender suas liberdades corporativas particulares (a Igreja enquanto Igreja, organização eclesiástica), isto é, os privilégios que ela proclama estar ligados à sua própria essência divina[.] Por ‘despotismo’ a Igreja entende a intervenção da autoridade do Estado leigo para limitar ou suprimir seus privilégios, nada mais: ela reconhece qualquer autoridade de fato e, na medida em que não toca em seus privilégios, a legitima; se em seguida, a autoridade aumenta seus privilégios, a Igreja a exalta e a proclama providencial. (LESBAUPIN apud Gramsci, 2003, p. 23).

Max Weber (1993, p. 309) ao expressar-se sobre a ética econômica: “refere-se aos impulsos práticos de ação que se encontram nos contextos psicológicos e pragmáticos das religiões”. A determinação religiosa da conduta se refere apenas a uma ética econômica cuja influência é preponderante. Desta

forma, a religião não é o fator determinante para o capitalismo, porém é um elemento que contribui sobremaneira para a consolidação e aceitação dos ideais do capitalismo.

Trabalhar, disciplinar-se para conseguir os objetivos almejados, teria criado um estilo de vida, tendo por motivação a produção de riquezas, com excedentes para reservas. A fortuna dependeria, portanto, de uma postura ascética, individual, mas dentro do próprio mundo hodierno, ao contrário dos católicos que se retiravam do mundo, constituindo uma vida monástica. (MARIZ, 2003, p. 75-76).

Essa concepção é determinada por fatores econômicos e políticos de determinados espaços geográficos quando ajustadas às revelações inicialmente por influências religiosas, visa adequar às necessidades religiosas, como secundárias.

Dessa forma, o supracitado autor vê como uma das funções sociais a legitimação de poder. Para ele, cria-se através da religião uma teodicéia que legitima os interesses externos e internos da classe dominante dos proprietários. Deste modo, cria-se, por exemplo, a teodicéia da boa fortuna, aos afortunados (WEBER, 1993, 314-315).

Outra forma legitimadora do poder é a teodicéia do sofrimento que conduz a salvação e que tem sido base para as atitudes de punição e auto-flagelação, culminando na compreensão de que os sofrimentos terrenos (doença, pobreza, discriminação, opressão) conduzem à salvação. (WEBER, 1993, p. 314-315).

Weber (1993, 314-315) cita ainda, como fator que contribui para a teodicéia, a concepção da idéia de um salvador (caráter individual e universal), de

um redentor frente às dificuldades de uma comunidade, de um povo. Essa teodicéia é chamada de “messianismo” no caso do profeta ou redentor. Num momento posterior, quando o profeta ou o redentor já não conseguem mais atender às exigências da sociedade, passa-se à teodicéia racional. Neste momento, dá-se valor positivo ao sofrimento, gerando, com isto, diversos tipos de flagelação, abstenções. Tal concepção é encontrada nas formas mais puras, em diversas seitas, principalmente, as de origem orientais. Desta forma, a religião legitimou e legitima diversos tipos de poder de acordo com os tempos históricos, culturas e momentos sociais.

Para justificar as discrepâncias na acumulação das riquezas, o sofrimento individual imerecido e a vitória quase que sempre da classe dominante e não dos dominados, surge então três teorias: da “migração das almas”, “transmigração das almas” e esperança para seus sucessores. A primeira embasa o sofrimento imerecido, justificando-o no pecado que recai sobre a terceira ou quarta geração. Também aliada a esta teoria surge a “transmigração das almas”, que dá esperança de uma vida melhor num outro reino. Já a última se espelha na esperança para as próximas gerações de uma vida melhor no futuro. (WEBER, 1993, p.318).

Atualmente estas teorias não se encontram em estado puro, e sim, esparsas em diversas religiões, segmentos e ritos. Respondem satisfatoriamente às indagações sobre o destino e o mérito, como é o caso da doutrina indiana do carma; do dualismo zoroastriano (duplicidade do bem e do mal) e do decreto da predestinação dos “*deuses absconditus*”. A teoria do sofrimento e da morte influenciou diversos traços de religiões como o hinduísmo, o zoroastrismo, o

judaísmo e até certo ponto o cristianismo Paulino e posterior (WEBER, 1993, P.318).

Weber (1993, p.328) demonstra que os diversos estágios da evolução religiosa, desde a magia, sofrem a influência dos intelectuais, possibilitando a construção da racionalização na concepção de mundo, da vida teórica e prática e dotando o cosmos de um sentido. O racionalismo da hierocracia nasceu da preocupação com o culto e o mito, tendo em vista monopolizar e administrar os valores religiosos, discriminando qualquer tentativa de busca individual de salvação, de orgias e de ascetismo. Desta forma, a religião tornou-se função das burocracias políticas, assumindo um caráter ritualista, permitindo o aparecimento de uma regulamentação ética e racional da vida em todos os aspectos.

Em linha mais direcionada com Durkheim que define a religião como um conjunto de práticas e representações revestidas do caráter sagrado, Pierre Bourdieu a define como um sistema simbólico de comunicação e de pensamento (OLIVEIRA, 2003, p. 178). Bourdieu percebe que a função social da religião está ligada à função simbólica de conferir à ordem social um caráter transcendente e inquestionável, chamando-a de alquimia ideológica (OLIVEIRA, 2003, p.100).

Não obstante a importância deste estudo, o autor dedica-se à compreensão do trabalho religioso: “Há trabalho religioso quando seres humanos produzem e objetivam práticas ou discursos revestidos do sagrado, e assim atendem a uma necessidade de expressão de um grupo ou classe social” (OLIVEIRA, 2003, p.102).

O citado autor coloca em dois pólos diferenciados produtores e consumidores do trabalho na lógica capitalista, sendo que, esses pólos somente

se aproximam, ou seja, os produtores somente são consumidores do próprio trabalho nas sociedades simples ou nas “religiões populares”. Nas demais sociedades, estes pólos se diferenciam. Nestas sociedades bipolares, somente os agentes socialmente mandados e habilitados podem realizar o serviço religioso e, quanto maior essa distância entre os pólos, maior a autonomia do campo religioso.

Na perspectiva da função social da ação da Pastoral Carcerária percebe-se que esta pastoral oscila de uma função conservadora e mística a função profética e denunciadora. A primeira postura ocorre tanto quando esta favorece o poder institucional e hierárquico das igrejas, legitimando este poder, como demonstra Weber, quanto quando ideologicamente repassa a idéia da moral e da ordem pré-estabelecida e minimiza os conflitos materiais nos meios assistenciais, sem que haja reflexões com exigências de mudanças.

Concomitantemente, a Pastoral Carcerária também desempenha o papel profético e denunciador quando: denuncia os maus tratos, divulga uma concepção diferenciada da visão hegemônica de criminalidade, exige novas tomadas de posturas das autoridades responsáveis, auxilia na tomada de consciência dos presos e de seus familiares no que tange sua condição social. O maior e grande risco é que esta última postura não venha a ocorrer, ficando apenas na função social legitimadora tanto do *status quo* pré-estabelecido quanto do sistema capitalista atual.

Berger confirma a possibilidade de funções conflituosas e opostas num estudo sobre as funções exercidas pela religião na sociedade. Assim, de um lado ele identifica a função da religião como legitimadora da ordem estabelecida e da

integração das experiências marginais limites, ou seja, da teodicéia religiosa. E de outro lado ele consegue visualizar a função de desalienação. A coexistência dessas funções conflitantes foi identificada no parágrafo anterior, no caso da atuação da Pastoral Carcerária: “Embora muitas vezes a religião exerça uma influência de justificação da ordem humana, concedendo-lhe uma solidez fundada em razões meta-históricas, ela pode igualmente, e em nome da mesma transcendência, exercer papel diverso” (TEIXEIRA apud BERGER 2003, p.232).

A ação da Pastoral Carcerária é um trabalho religioso que faz parte do Fenômeno Religioso e que, como tal, é constituída pelos mesmos elementos componentes deste fenômeno.

2.2 Elementos do fenômeno religioso

2.2.1 O sagrado

Os fenomenologistas utilizam o termo sagrado para explicar o transcendente, o inacessível, que Rudolf Otto(1985, p. 14), chama de “numinoso”, rejeitando a idéia de sentimento religioso como simplesmente denomina Schleiermacher, pois vai além desse sentimento, ou seja: existem sentimentos que envolvem a relação entre o homem e o Numinoso. Um desses sentimentos exprime o *mysterium tremendum*, o temor de forma primária, o medo oculto ao mesmo tempo fascinante e atraente, emoção forte, mítica, manifestações do divino no mundo profano: “o sentimento que ele provoca pode se espalhar na alma como um calafrio” (OTTO, 1985, p.18).

Já o sentimento do numinoso em graus superiores se diferencia do simples terror, pois fica mais ameno, menos forte, porém conserva traços de sua origem e

afinidade, ou seja, gera um mistério fascinante: “Mesmo nos graus mais elevados, naqueles da pura fé em Deus, esse elemento não desaparece e não pode desaparecer, mas é atenuado e se enfraquece” (OTTO, 1985, p. 21), fazendo a alma vibrar e gerar emoções interiores, como quando o cristão recita “Santo, Santo, Santo!”, que leva ao êxtase ou a efervescência coletiva.

O fascínio provocado pelo numinoso manifestado nas solenidades, também desenvolve conceitos racionais, sob os aspectos do amor, da misericórdia, da piedade, do conforto e da alteridade (MARTELLI, 1995, p.141). A Pastoral Carcerária desenvolve principalmente esse aspecto: de levar o numinoso ao preso, às suas famílias, às famílias das vítimas, à comunidade local e aos trabalhadores dos presídios, visando despertar o perdão na família das vítimas, a unidade entre os presos e a comunidade, a aceitação do egresso da prisão pela comunidade, e a solidariedade para com os encarcerados, no sentido de garantir, ao menos, o mínimo necessário para remissão do erro e a busca de uma vida nova, bem como, a defesa dos direitos humanos nas prisões.

Em contraposição ao posicionamento de Otto, Eliade (1996, p. 23) faz-lhe uma crítica, ressaltando que o mesmo somente aborda as questões irracionais, negligenciando o lado racional do fenômeno religioso e abordando apenas aspectos do *mysterium tremendum*.

Para este autor, em oposição ao sagrado, está o profano que é tudo que não seja sacro, tudo o que é normal que é permitido. Dessa forma, algo profano pode tornar-se sagrado, ou seja, uma construção, uma pedra, uma árvore pode tornar-se sagrada se ela estiver investida do mistério do sagrado. Quando o sagrado toca em algo profano tem o poder de tornar esse último como sagrado.

Isto é o que Eliade (1992 p.25,) denomina de “hierofania”, manifestação do sagrado. Exemplificando: num batizado, a água que simboliza o Espírito Santo é sacra e, ao tocar no ser humano que até então era considerado impuro, torna-o imediatamente puro, destituído de qualquer episódio negativo.

O fenômeno religioso é complexo, caracterizando-se por ser, “ao mesmo tempo, individual e social, pessoal e comunitário; nele há continuidade e interação do indivíduo com a sociedade e da sociedade com o indivíduo, da pessoa para a comunidade e da comunidade para com a pessoa” (LAGENEST, 1976, p.36).

2.2.1.1 O espaço sagrado

Na ótica do homem religioso o espaço não é homogêneo; existe, portanto, uma ruptura entre o espaço sagrado e o profano, sendo que: o primeiro tem um valor existencial e conduz o homem ao centro do mundo, do cosmos. Eliade (1992, p. 41), explicita que esse rompimento da homogeneidade espacial se dá através da hierofania nos lugares considerados sacros, como os templos, igrejas, montanhas sagradas, sendo estes, uma comunicação entre o Céu e a Terra e que o homem religioso tende a viver ou a se manter num espaço sagrado, mais próximo do cosmos:

O sagrado é o real por excelência, ao mesmo tempo poder, eficiência, fonte de vida e de fecundidade. O desejo do homem religiosos de viver no sagrado equivale, de facto, ao seu desejo de se situar na realidade objectiva, de não se deixar paralisar pela relatividade sem fim das experiências puramente subjectivas, de viver num mundo real e eficiente – e não numa ilusão. Este comportamento verifica-se em todos os planos da sua existência, mas é sobretudo evidente no desejo do homem religioso de se mover unicamente num mundo santificado, quer dizer num espaço sagrado.(ELIADE, 1992, p. 42).

Todos os lugares não sagrados são considerados como profanos, sendo que nas sociedades tradicionais, considera-se como “cosmos” todo lugar habitado

e conhecido, pois é um lugar consagrado previamente, obra dos deuses. Enquanto que, o desconhecido, o desabitado é considerado como “caos”, a desordem.

A transformação de caos em cosmos se dá pela ação divina. (ELIADE, 1992, p.43). Por isso, o homem religioso tem a necessidade de estar no centro do mundo, no cosmos, num espaço sagrado, pois recorda toda a sua existência. Wilges (1995, p. 13) cita as aldeias indígenas que deixam um espaço vazio no centro e, as cidades do interior, que centralizam suas igrejas. Desta forma, o autor considera o fenômeno religioso como “uma forma de lidar com o desconhecido, enfrentando o medo, organizando um mundo mais seguro” (1995, p.13).

Uma observação imprescindível para a análise dessa dissertação é que o homem profano recusa a sacralidade do mundo, na busca da existência profana. Porém Eliade ressalta (1992, p. 37-38) que não importa o estágio de dessacralização do mundo, a vida profana não consegue abolir totalmente o comportamento religioso. Ou seja, mesmo para o homem não religioso existem valores interiores que lembram a não-homogeneidade específica da vivência religiosa de espaço, como os locais de experiências únicas que, para esse homem guardam as características de local sagrado dentro de seu universo, diferente da experiência cotidiana: “a paisagem natal ou sítios dos primeiros amores, ou certos lugares na primeira cidade estrangeira visitada na juventude” (ELIADE, 1992, p.38).

Inserindo a atuação da Pastoral Carcerária neste contexto, tido como “profano” todo o cárcere e os encarcerados, por toda sociedade, tendo em vista o grau de preconceito imbuído no imaginário social.

A atuação da pastoral vem reconhecer neste local a uma especial hierofania, isto é, a manifestação do sagrado. A celebração dominical, com seus ritos, cânticos, leituras da Bíblia se torna o momento privilegiado da manifestação do *Numinoso*, do transcendente, junto aquela situação de sofrimento, degradação e de exclusão, onde o emocional se aflora com maior intensidade no contato mais concreto com o *Tremendum*.

Outras ações da pastoral onde a hierofania se faz mais concreta são nos rituais dos sacramentos: batizados, crismas, casamentos religiosos, celebrações da palavra, cantos sacros, comemorações das datas de festas religiosas, no próprio cárcere, afinal o mundo não é integralmente profano ou sagrado, mas:

A experiência religiosa se localiza no interior e nos limites de dois mundos: o mundo profano e o mundo sagrado, vivenciados não como fechados um para o outro, mas em contínua interação – o mundo sagrado impregna o profano na medida em que ele se utiliza para se revelar (LAGENEST, 1976, p.17).

2.2.1.2 O tempo sagrado

Para o homem religioso o tempo também não é homogêneo, existindo um tempo sagrado, que proporcionam a este homem um retorno ao mítico original e instaurador do mundo, desta forma, apaga as agruras e renova as esperanças para o enfrentamento da vida diária (WILGES, 1994, p.13). As festas é o recurso que o homem religioso dispõe para passar de um tempo profano ao sagrado, sendo, portanto, um período de reinado do sagrado, em que as atividades habituais são suspensas e se experimenta um paroxismo de vida, oposto ao cotidiano. Em muitas comunidades, são permitidas ou tornam-se obrigatórias as orgias e anarquias como forma de ignorar os tabus e proibições habituais, criando uma renovação. (LAGENEST, 1976, p. 20).

O tempo profano é um tempo preparatório e necessário para o tempo sagrado e este último, é preparatório para o primeiro, portanto, ambos são importantes e necessários para o homem religioso.

Lagenest (1976, p. 20) faz uma analogia entre o tempo sagrado e as guerras e revoluções, sendo estas, necessárias para o rejuvenescimento ou o nascimento de uma nova sociedade, desta forma, o autor considera as crises sociais como também um tempo sagrado.

Constata-se que, para a manifestação do sagrado faz-se necessária uma série de elementos como os símbolos, mitos, linguagem falada, gestos, ritos. Dessa forma serão analisados esses elementos dentro do contexto pastoral a seguir.

2.2.1.3 Natureza sagrada

Embora a natureza seja a mesma, ela torna-se sagrada pelo seu contexto, pelo mistério que a envolve, pois esta é reveladora do inexprimível. Os mitos cosmogônicos têm origem na natureza. “É pela imitação simbólica dos deuses que o homem, ao mesmo tempo em que re-sacraliza toda a natureza, torna-se, a si mesmo, plenamente homem” (LAGENEST, 1976, p. 20).

2.2.2 Os símbolos

O ser humano é um ente eminentemente simbólico, o que o diferencia das outras espécies de animais, possibilitando-o desenvolver-se infinitamente mais. Como resultado não só de uma evolução biológica, mas também, social,

favorecendo a organização social mais complexa e dinâmica (ROCHER, 1971, p. 159).

Neste aspecto, Eliade (2002, p. 34 – 57) realiza uma análise da influência dos símbolos no comportamento humano, individual e social, tendo como parâmetro as culturas arcaicas e tradicionais. Os inimigos para o mundo arcaico eram as forças hostis e destruidoras, dessa forma, “os fossos, labirintos, muralhas, etc, - eram dispostos para impedir muito mais a invasão dos maus espíritos do que o ataque dos humanos” (ELIADE, 2002, p.35). Eliade justifica que, ainda na Idade Média, os muros das cidades eram consagrados através de ritos, simbolizando a defesa contra o Demônio, a doença e a morte.

O mesmo símbolo pode ter várias significações, divergindo de coletividade para coletividade. O mesmo símbolo, para as pessoas que tem vivência religiosa tem um significado e, para outra pessoa não religiosa, tem significado diferenciado. Outro fator observado é o mesmo símbolo para uma mesma comunidade, mas com formato ou tamanho diferenciado, tem significados divergentes. Na foto 6, do anexo I, o símbolo de Nossa Senhora conforme o local em que é tatuado e o tamanho, espessura, tem significados totalmente oposto, sendo um sagrado e o outro profano.

A transmissão de mensagens tem como função a comunicação entre dois ou mais sujeitos, bem como, estabelece relações de sensibilidade favorecendo o reconhecimento de pertencer a determinado grupo ou coletividade e, ao mesmo tempo, acirrando as ligações entre os membros pertencentes a este grupo ou coletividade, distinguindo e distanciando dos demais. Também tem como função manter vivo o passado de uma coletividade. (ROCHER, 1971, p. 160).

O mundo religioso é bastante rico em símbolos, desde as religiões primitivas como demonstra Durkheim, ao tratar das religiões primitivas das sociedades australianas, demonstrando claramente a existência dos totens nas comunidades, simbolizados por animais ou plantas, considerados sagrados:

Já que a força religiosa não é outra coisa senão a força coletiva e anônima do clã, e já que esta só é representável aos espíritos sob a forma do totem, o emblema totêmico é como que o corpo visível de deus. É dele, portanto, que parecem emanar as ações, benéficas ou temidas, que o culto tem por objeto provocar ou prevenir; em consequência, é especialmente a ele que se dirigem os ritos. Assim se explica que, na série das coisas sagradas, ele ocupe o primeiro lugar. (1996, p. 229).

Nas religiões atuais os símbolos são utilizados com muita freqüência, como a cruz que, recorda a paixão de Cristo, utilizada em diversas culturas cristãs; a água é utilizada em diversas culturas para indicar a paz, a purificação. Esses símbolos podem ser em forma de um animal, vegetal, seres inanimados, desenhos, gestos, palavras.

Os símbolos representam à idéia, a cultura, o universo de valores expressos objetivamente, a ação proposta. Os símbolos religiosos visam manter o homem em contato com o universo religioso, liga o homem a uma ordem sobrenatural, porém a função deste não se limita à esfera subjetiva. Alguns símbolos religiosos também exprimem as realidades sociais, inclusive reafirmando estruturas e construindo hierarquias: “Assim serve para distinguir os fiéis dos não-fieis, o clero dos fiéis, os lugares santos ou sagrados dos lugares profanos, os objetos puros dos impuros, etc” (ROCHER, 1971, p. 178).

Geertz (1989, ps.143 a 159) coloca na discussão antropológica atual os aspectos morais e valorativos de uma cultura, resumindo-os sob o termo “ethos” e os cognitivos em “visão de mundo”, sendo que na religião ambos se confortam e confirmam, complementando-se mutuamente, otimizando para tal, a utilização dos

símbolos. Os fins podem assemelhar-se, mas os meios podem diferir. O autor cita o caso da paz e da tranqüilidade preconizadas na Índia e na comunidade javanesa. Enquanto última busca a tranqüilidade interior inserida no contexto social, ou seja, uma paz dentro do mundo; a primeira tem o objetivo de obter uma paz interior, retirando-se das coisas mundanas como, por exemplo, na ioga, no retiro espiritual, na abnegação dos bens materiais. Portanto, o objetivo é o mesmo, mas os meios para obtê-los são divergentes e acenados com símbolos dessemelhantes.

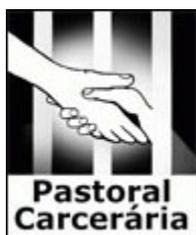
O ser humano sente imperativo se encontrar no espaço sagrado, em contato com o “Centro do Mundo”, como forma de voltar à origem de tudo, de forma real; lembrando a salvação do homem e a regeneração do cosmos.. Este encontro se dá através dos símbolos e dos ritos.

Esses símbolos podem não mais corresponder às necessidades da comunidade, tornando-se ineficazes, o que impulsiona a criação de novas representações geomânticas, arquiteturais ou iconográficas que, podem substituir com a mesma eficácia os antigos símbolos. Como por exemplo, a substituição dos rituais no templo indiano pela construção e a função de mandala⁴, já que os rituais de construção de um altar do fogo ou a ascensão dos terraços de um templo, já não mais correspondiam às necessidades de experiências religiosas e, portanto, já não conduziam ao “centro” cosmogônico. (ELIADE, 2002, p. 48).

⁴ “Na realidade, uma mandala representa toda uma série de círculos, concêntricos ou não, inscritos em um quadrado; nesse diagrama, desenhado sobre a terra com fios coloridos ou pó de arroz colorido, posicionam-se as diferentes divindades do panteão tântrico. A mandala representa dessa forma, uma *imago mundi* e, ao mesmo tempo, panteão simbólico” (ELIADE, 2002, p.49).

2.2.2.1. Símbolos no cárcere

A pastoral carcerária também é símbolo de uma religião dentro do cárcere, de humanização do tratamento do preso, das relações sociais mais humanizadas no cárcere, luta por maior justiça no cárcere, solidariedade. Os símbolos utilizados para sua ação pastoral são os mesmos utilizados pela denominação religiosa que esta pastoral representa.



Figuras 6 e 7: símbolos da Pastoral Carcerária.

Os símbolos acima são da Pastoral Carcerária, que significa a solidariedade, a ajuda mútua, Cristo no Cárcere. Eles demonstram o papel da Pastoral Carcerária nos cárceres.

Já, os símbolos utilizados no cárcere entre os detentos, normalmente são construídos no sistema de conhecimento de vida dos encarcerados, ligados ao mundo do crime, de suas esperanças, crenças e decepções, mas também, e em menor escala, a fé, a esperança. Um dos símbolos freqüentemente utilizados nos cárceres são as tatuagens. As tatuagens representam uma linguagem do corpo quase que no mesmo sentido do dialeto, evidenciando o caráter da coletividade em que o tatuado está inserido, reunindo em um só tempo o arcaico e o moderno, num processo de sincretismo cultural (DIÓGENES, 1998, p.196).

Os primeiros cristãos imprimiam na pele o nome de Cristo ou o sinal da cruz, assim também, os peregrinos que iam à Palestina faziam-se tatuar com o sinal da cruz ou o monograma nos braços e punhos. Lombroso, autor da teoria que explica o crime por algumas características físicas ou seja, o Atavismo,

supracitado, faz o relato de um colégio italiano, no momento de se separarem, fizeram-se gravar tatuagens que, sob formas diversas, lembravam os anos que acabavam de passar juntos (DURKHEIM, 1996, p.242). Desta forma, percebe-se que ainda que a tatuagem seja uma técnica rudimentar é um meio de comungar as mesmas idéias, consciências, de lembrar que, algumas pessoas comungam dos mesmos ideais e princípios, o que conduz ao mesmo significado do totem nas comunidades primitivas.

A tatuagem criminal se caracteriza pela rigidez com que se constitui como linguagem. Assim como a marcação de cunho etnográfico, este estilo de tatuagem tem como função primordial incluir ou excluir um determinado indivíduo de um grupo, por meio da marca que este traz tatuada no corpo. Longe da democracia da tatuagem artística, a representação de símbolos criminais segue uma ordem rígida modificada de acordo com convenções internas ao grupo que a utiliza, prevê atribuição hierárquica e revela um forte código guiado não pela lei escrita, mas pela honra, tal qual o dos canibais brasileiros. As marcações referentes ao mundo criminal têm semelhança com os processos de iniciação encontrados nas tribos primitivas brasileiras ou em povos “bárbaros” da Antiguidade. Paralela à ordenação da Lei, a tatuagem, enquanto linguagem constituída e articulada, rege o código de conduta próprio ao universo carcerário – o código moral e ao mesmo tempo paralelo as ordenações previstas pela Lei do Estado. (OLIVEIRA, <http://www.fflch.usp.br/dl/semiotica/ES1R.%20T.%20OLIVEIRA.pdf>)

O que se percebe é que estes símbolos têm uma conotação com o mundo profano, mas ao mesmo tempo, observa-se em várias tatuagens a ligação com o sobrenatural, com o sagrado, com a fé. Por vezes, o mesmo símbolo, como o de N^a S^a Aparecida, foto ⁶ pode ter duas conotações, uma ligada à fé, a esperança e a outra, ligada ao profano, ao crime cometido e à pena dentro da prisão, que é o atentado violento ao pudor ao apenado por estupro. (OLIVEIRA, <http://www.fflch.usp.br/dl/semiotica/ES1R.%20T.%20OLIVEIRA.pdf>).

⁵ Conferir as figuras de tatuagens no anexo I.

Outro símbolo diferenciado no cárcere é a linguagem própria derivada do próprio português, porém com significâncias diferentes, dificultando, desta maneira, o entendimento de pessoas alheias àquela comunidade. Essa linguagem é bastante flexível e seu vocabulário é renovado sempre que os presos se sentem ameaçados com a decodificação de alguns de seus vocábulos pelos carcereiros, pelos policiais, vigias ou delegados. Isto se dá por que: “todo falante tem dentro de si a capacidade de inovar, criar novos códigos comunicativos. Diz que os presos, pelo perfil que apresentam, são livres na capacidade de inovar porque não fizeram a experiência da escola formal” (COSTA apud CARDOSO, 2002, p.10).

O quadro que se segue, demonstra claramente as diferenças nos significados das atribuições das palavras, assim como o seu significado dentro das penitenciárias. “Segundo a especialista, as casas penais constituem uma comunidade lingüística que normatizou um falar para poder se comunicar, atribuindo sentidos às palavras e expressões que só eles (os presos) conhecem”. (COSTA, 2002, p.10)

GÍRIAS E EXPRESSÕES USADAS PELOS DETENTOS E QUE CONSTAM DA CARTILHA DO AGENTE PRISIONAL	
A boa: Maconha de boa qualidade.	A mentirosa: Zero hora.
Abraçar a bronca: Assumir a culpa de outros.	Abrir: Fugir, fazer o sujeito falar sob tortura.
Achanã: Cigarro, careta.	Adeva: Advogado.
Agendar: Transar (sexo).	Ageum: Conversa.
Alibã: Polícia.	Aliviar: Sair fora.
Âncora: Gancho de ferro.	Andróide: Pessoa guiada, robô.
Anojar: Incomodar, elemento pegajoso.	Antena: O preso está espreitando.
Anzol: Seringa hipodérmica.	Apertar: Atirar com arma contra alguém.
Arpão: Seringa hipodérmica	Arrepiar: Impor, medo, terror, surrar.
Arrego: Favorecimento mediante propina, ceder a um cardo.	Artigo 121 ou 123: Não apresentar as características malandras do prazo.
Assou: Foi identificado, flagrado.	Atracar: Abordar, invadir.
Atraque: Abordagem policial.	Azuelar: Azular, roubar o companheiro.
Bagulheiro: Prezo que arrecada mercadorias no presídio para enviar aos familiares.	Bagulho: Mercadorias, objetos, pertences.
Baía: Casa.	Bailou: Entrou preso.
Baixar: Matar ou mandar matar outro preso.	Baixar o preso: Matar o preso.

Banho: Comprar e não pagar, roubar, etc.	Barão: Mil reais.
Baseado: Cigarro de maconha.	Batalhar: Prostituir, trabalhar duro.
Baxarel: Furtar ou roubar.	Bicuda: Faca.
Birosca: Pequena casa comercial.	Biru: Cigarro, achanã, careta.
Bitá: Comida.	Bixo D'Água: Serra.
Bisouro: Fusca, automóvel.	Bobo: Relógio.
Boca: Ponto de venda, local de armazenagem de drogas.	Boca Larga: Revólver, pistola, arma de fogo.
Boca limpeza: Local seguro para acampar.	Boca sujeira: Local muito arriscado, com freqüente presença policial.
Bodiando: Dormindo.	Bola cheia: Pessoa maior, que está com tudo, é o cara.
Bolo: Confusão, encrenca, problema.	Bolou: Elaborar um plano.
Brilho: Cocaína.	Bronca: Crime cometido, problema de ordem legal ou disciplinar.
Bruxa: Paranga de maconha.	Bruxo: É o bruxo que serve de modelo de comportamento.
Bunda mole: Frouxo, trouxa, moleirão.	Cabeça de lata: É o robô, cabeça guiada.
Cachorreando: Atitude de impacto, visando intimidar o outro pela alta voz.	Cagüetar: Denunciar.
Caí: Ordem de morte, limpeza, faxina.	Caído: Estar por baixo, má fase.
Campana: Estar vigiando, filmar, estar no bico.	Cana: Detenção.
Cana dura: Pena a ser cumprida na penitenciária.	Cano: Arma de fogo, revólver, pistola.
Cara limpa: Não estar drogado.	Carango: Automóvel, carreta, carro.
Careta: Cigarro, achanã.	Carreirinha: Filete de cocaína para cheirar.
Catatau: Carta, mensagem, fazer uma petição.	Chamar para a pedra: Colocar no castigo.
Chapado: Sob efeito de droga.	Charutinho: Quantidade significativa de dinheiro.
Chinelão: Marginal de baixo conceito.	Chupar bala: Estar distraído.
Cinco estrela: Refeitório dos funcionários.	Coelho: R\$10
Colt: Arma estrangeira.	Concha: Tapa na orelha.
Coroa: Pessoa mais velha	Corujando: Observando.
Crivo: Cigarro.	Cuiudo: designativo de preso.
Caruru: Pessoa pobre e burra.	Dá roupa: Estar acobertando um malandro.
Dançou: Entrou preso, bailou.	Dar: Indicar o paradeiro, caguetar.
Dar uma guela: Conselho, disciplina.	Delegacia: Conselho disciplinar.
Desbaratinar: Passar batido, se fazendo.	Draga: Arma de fogo, pistola, revólver.
Duque: R\$200	É um sono: Pessoa que cria dificuldades, atrapalha os demais.
Emburacar: Recolher os presos para o alojamento.	Empilhado: Vários crimes, muita bronca.
Enrolada: Fumo, palheiro.	Entortar: Fumar, drogar.
Entrar: Ser preso, ir em cana.	Está em surto: Preso que apresenta distúrbios mentais.
Fazer uma caminhada: Ir em busca de uma solução para o problema.	Fazer uma limpeza ou faxina: Ordem de morte ou transferência de preso.
Ficar no bico: Ficar observando, filmar: vigiar, estar no bico.	

OUTRAS EXPRESSÕES

Avião: Aquele que transporta os objetos, drogas e produtos de roubo.

Alterar a boca: Criar confusão, distúrbios, desordem.

USADAS NA PRISÃO:

Apadrinhar: Proteger, amparar, dar regalias.

Barca: Carro de Polícia.

Beata: Pequena quantidade de maconha.	Bruxa: Faca ou estoque usados nos homicídios.
Catatumba: Cama de cimento onde o preso dorme.	Correr: Acontecer.
Castelo: Alimentos ou objetos trazidos pelos visitantes dos internos.	De rocha: Tudo certo.
Encastelar: Esconder, guardar ou amalocar.	Fichinha: atentado violento ao pudor, manter relações sexuais.
Jibóia: Órgão sexual masculino.	Laranja: Aquele que se envolve ou é envolvido gratuitamente em um problema.
Muafa: Redes, roupas e lençóis dos presos.	Mina: Garota, mulher, companheira.
Mutuca: Estoque pequeno, arma branca.	Mamãezada: Tratar ou agir com delicadeza, fineza.
Pinote: Fugir, ir embora.	Passa as tuas: Não quer saber do problema, não quer tomar conhecimento.
Presunto: Defunto, corpo sem vida, morto.	Pagando-de-olho: Fixando o olhar, mirando, olhando seriamente.
Robô: Aquele que assume um crime dentro da prisão sem ter cometido.	Radar: Aquele que fica escutando conversa dos outros.
Ratiagem: Roubar os pertences de outros internos.	Teleguiado: Aquele que vai nas conversas dos outros, guia-se pelos outros.
Tranca: Recolhimento, castigo, punição.	Tereza: Lençóis e redes amarrados em forma de corda usados para fuga nas prisões.
Satélite: Ou responder a satélite, arcar com responsabilidade, ser chamado a.	Sujou: Foi descoberto, foi revelado.
Se deu bem: Resultado positivo, deu tudo certo, foi bem sucedido.	Sarro: Comida, alimento.
Vila: Ala onde os presos estão alojados.	Fazer a cabeça: Fumar maconha, consumir tóxico.
Fazer a feira: Arrecadar dinheiro ou pertences.	Chico: Pancada, surra.
Pescar: Furtar os pertences usando uma vara com gancho.	Desdobro: Levar na conversa.
Ganhar: Observar, observar usando espelho.	Potoca: Conversa mentirosa.
Aplicar: Enganar.	Amalocado: Escondido, guardado, entocado.
Boca mole: Falador, aquele que fala demais, aquele que fala desnecessariamente.	Dar uma força: Dar apoio, apoiar na realização de determinada atividade.
Tchaw & law: Acabou, terminou, fim, encerrou.	De cima: Estar armado, estar com estoque
Dar o guelo: Imobilizar.	Charlando: Desfilando com jóia ou roupa nova.
Pila: Autoridade ímproba, pilantra.	Botar em mim: Preparar cilada ou flagrante.
Botar no seguro: Separar outro preso que está marcado para morrer.	Está de loja: Aguardando algum benefício para sair (falta de agilidade do advogado).
Pegar o sapo: Ameaça de fazer alguma coisa.	De racha: Tudo confirmado.
Pedir seguro: Solicitar garantia de vida.	

COSTA, Josué. Linguagem própria dos presos é objeto de estudo. *O Liberal*, Belém, Caderno Atualidades, Polícia, 13 jan 2002, p. 10.

Como foi evidenciado, os símbolos de uma determinada comunidade também revelam os seus mitos, pois é pelos símbolos que se revelam os ideais, os sonhos, as aspirações, os medos e as tensões existentes, bem como, unem a coletividade.

2.2.3 Mitos

Os mitos são, muitas vezes, confundidos com as fábulas ou com histórias falsas. Porém estas últimas são fantasiosas e profanas, não tendo vínculo com o sobrenatural.

A narração do mito se refere aos fatos anteriores ao surgimento do homem que e visa dar sentido ao mundo: “O mito aparece e funciona como mediação simbólica entre o sagrado e o profano, condição necessária à ordem do mundo e a relação dos seres” (ENCICLOPÉDIA,1999, vol 10, p.86).

Wilges(1995, p.14) refere-se ao mito como a forma do homem transmitir a experiência do sagrado: “não usa a linguagem da filosofia, da ciência, mas o mito. Essa é uma das mais belas formas de linguagem humana tentadas pelo homem para dar significado aos problemas da condição humana e orientar o homem na caminhada da vida”.

Os mitos são duradouros, mas não perenes e dependem de rituais periódicos para serem reiterados e reatualizados no universo do grupo, para uma completa aceitação e coesão do mesmo.

Para sua sobrevivência, os mitos dependem da crença e da aceitação do grupo, acolhê-lo faria perder sua força (LAGENEST, 1976, p.24). Quando são questionados ou rejeitados, se convertem em fábula ou ficção.

Dessa forma, os mitos sobrevivem das reiteradas práticas de ritos, fazendo com que estes se tornem inexaurível nas lembranças da comunidade, desenvolvendo uma importante função no meio, como será analisado a seguir.

2.2.3.1 Funções do mito

O mito está intrinsecamente ligado à vida e a realidade do homem, e como tal está relacionado com a linguagem e com a vida social e individual, assim como com a tradição de uma comunidade. Suas manifestações se dão, portanto na dança, na arte, na música e em todas as manifestações sociais ou individuais.

O mito relata as gestas dos Entes Sobrenaturais e falam do poder sagrado. Neste sentido, torna modelo exemplar das atividades humanas significativas (ELIADE, 1972, p.12). Porém, não dá uma garantia de bondade ou moral, pois tem o papel de revelar os modelos e fornecer um sentido ao mundo e à existência humana, o que propicia um sistema de valores, de prioridades, e organiza a conduta humana (ELIADE, 1972, p.128), mas em si, não garante o comportamento moral ou ético.

O mito tem ainda a função de manter a coesão do grupo religioso, pois sua recusa provoca a ruptura do grupo. Desta forma, o mito “representa uma reação contra a força desagregante do raciocínio crítico” (LAGENEST, 1976, p.25).

2.2.3.2 Tipos de mitos

Sob a sua forma principal, o mito é cosmogônico ou escatológico. “O mito cosmogônico é ‘verdadeiro’ porque a existência do Mundo está aí para acolhê-lo; o mito da origem da morte é igualmente ‘verdadeiro’ porque é provado pela mortalidade do homem” (ELIADE, 1972, p.12).

Mitos cosmogônicos: são mitos ligados a criação do mundo, normalmente mencionam o oceano, o caos ou a terra. Um exemplo deste mito é o livro do Gênesis. Neste a criação vem apenas da palavra de Deus. Um outro exemplo,

dentre os muitos existentes, é o mito do ovo primordial, difundido no Pacífico, na Europa e no sul da Ásia, dentre tantos outros mitos cosmogônicos.

Mitos sobre o tempo e a eternidade: o movimento dos astros, sua regularidade e precisão, sempre atraíram a curiosidade dos povos. As culturas hinduísta e budista elaboraram um complexo sistema de mundo que aparecem e desaparecem ciclicamente, explicando a formação e absorção periódica do universo como fases de atividade e repouso de energia. Em oposição, as religiões históricas: judaísmo, cristianismo, islamismo, afirmam a intervenção de Deus na história, num acontecimento único e inédito.

Mitos de transformação e transição: muitos mitos narram mudanças cósmicas que possibilitaram a vida humana na terra. As transformações sejam da vida individual ou social são objetos de interesse mitológico, como o nascimento, a puberdade, a vida adulta, casamento e morte, interpretados como atualizações de processos cósmicos ou de realidades míticas.

Deuses e heróis: a mitologia diverge em relação aos deuses podendo haver um único Deus ou diversos deuses, hierarquicamente organizados. Estas variações se dão em relação ao tempo, circunstâncias históricas, como o domínio de um povo sobre o outro ou com relação a uma atividade econômica (agrícola) ou de guerras. É comum o relato de deuses supremos, significando a perfeição, supremacia, onipotência. Deuses que criam o mundo e que, posteriormente, deixam o governo a cargo de outros deuses. Na mitologia grega, por exemplo, Zeus é o pai dos homens e dos deuses, representando a figura do patriarca familiar.

Mitos Modernos: o mito sofre influências históricas e culturais e, ao mesmo tempo, influencia a cultura e a história da comunidade. Ele pode adaptar-se às novas condições sociais e às novas culturas, mas não pode ser extirpado da comunidade.(ELIADE, 1972, p.152). Portanto, o homem moderno, apesar de ter decifrado os mitos das comunidades arcaicas, criou novos mitos, mas estes guardam os aspectos míticos ligados aos mitos arcaicos.

Eliade(1972, p. 157-158) demonstra que a mitologia moderna busca, assim como o faz a mitologia das comunidades arcaicas, o retorno às origens representadas: 1) pela Reforma que retorna à Bíblia e que procura viver a experiência primitiva; 2) pela Revolução Francesa que tomou como paradigma os romanos e os espartanos, sendo que seus líderes consideravam-se restauradores das antigas virtudes exaltadas por Tito Lívio e Plutarco; 3) pelo mito racista do “ariano”. Principalmente a Alemanha traduz-se no mito “ariano” como um modelo exemplar de recuperação da pureza das raças, da força física, da nobreza, da moral heróica, da perfeição como raça.

Também Marx através da figura do proletariado, reacendeu o papel redentor do Justo, um dos grandes mitos escatológicos do mundo asiático-mediterrâneo, visando modificar o *status* ontológico do mundo.

Marx enriqueceu esse mito venerável de toda uma ideologia messiânica judaico-cristã: de um lado, o papel profético e a função soteriológica que atribui ao proletariado; de outro a luta pelo Bem e o Mal, que pode ser facilmente comparada ao conflito apocalíptico entre Cristo e o Anticristo, seguido da vitória definitiva do primeiro (ELIADE apud MYTES, 1972, p.158).

A mídia, o grande veículo de comunicação atual, tem produzido também seus mitos, que no caso de qualquer transformação no comportamento ou a sua morte, conduzem a verdadeiras crises entre os leitores. Um caso típico é o

Superman, com sua dupla personalidade: a de um jornalista apagado e modesto e a de um ser humano dotado de poderes prodigiosos. “O mito Superman satisfaz às nostalgias secretas do homem moderno que, sabendo-se decaído e limitado, sonha revelar-se um dia um ‘personagem excepcional’, um ‘herói’” (ELIADE, 1972, p. 159).

O romance policial também demonstra a luta do mito entre o bem e o mal, o culto ao automóvel, como um objeto sagrado, adorado por seus adeptos, incluindo ritos que lembram os ritos religiosos, com locais que lembram os locais sagrados de culto: “o culto do carro sagrado tem os seus adeptos e iniciados. Nenhum gnóstico aguardava com maior ansiedade a revelação de um oráculo, do que um adorador do automóvel aguarda os primeiros rumores sobre os novos modelos” (ELIADE apud GREELEY, 1972, p. 160).

Esses mitos criados através das personalidades vivenciadas pelos atores, conduzem a um comportamento moral e ético, impondo também certos padrões de vida práticos espelhados no mito, como o estilo no vestuário, o padrão de beleza, o culto ao corpo, o consumismo, dentre outras condutas, que podem conduzir a uma frustração ou a sensação do fracasso e da impotência, caso o ser humano não consiga atingir o estabelecido socialmente pela *mass media*.

O mito e o rito que, o institui e que o promove, estão intimamente ligados: “é impossível compreender um rito separado do mito que exprime, a seu modo; assim como é impossível apreender o sentido profundo de um mito sem conhecer o rito que o exprime” (LAGENEST, 1976, p.24).

2.2.4 Ritos

Os mitos e dogmas não podem criar vida por si só, nem mesmo manter-se vivo sem que haja um culto para acolhê-los, coletivos e vivos, na memória da comunidade, através de determinados ritos. São nos ritos que os homens religiosos se “expressam e concretizam as duas atitudes fundamentais do crente diante do sagrado; deixar-se arrastar para além do seu mundo habitual (atitude mística), ou pôr esse ‘além’ a serviço desse mundo (atitude utilitária).” (LAGENEST, 1976, p.28).

Os ritos são compostos por palavras, gestos e, as vezes, por música. Estes elementos são, no entanto, independentes uns dos outros, sendo que os gestos se sobressaem por terem expressão própria, já que são carregados de símbolos. Estes devem ser compreendidos e interpretados dentro do contexto sócio-cultural e histórico, pois só assim serão verdadeiramente interpretados. (LAGENEST, 1976, p.33). Esses ritos desempenham uma importante função social, mesmo que este não seja o objetivo explícito do rito, estabelecendo uma união com os objetos sagrados, reforçando a solidariedade e fortalecendo seus valores, assim como, torna real aquilo que é representado:

Pela expressão ritual comum de suas atitudes, os homens não apenas as manifestam, mas também reforçam as atitudes. O ritual conduz as atitudes a um estado elevado de auto consciência que as fortalece e, por sua vez, através delas, fortalece a comunidade moral (O'DEA apud Parsons, 1969, p. 61).

Os ritos religiosos podem ser divididos para fins de melhor compreensão, em: ritos preliminares ou de iniciação, ritos de passagem, de união e os ritos representativos e comemorativos.

Os ritos preliminares ou de iniciação são aqueles que antecedem aproximação do sagrado purificando através do fogo, água ou sangue, a pessoa

ou o objeto de toda mácula existente. São, portanto, preparatórios para outros ritos. Também este rito pode dar-se pela transferência da falta de um objeto inanimado, animal ou outra pessoa, que serão quebrados, expulsos ou mortos, para que todo mal que exista neles sejam destruídos, ou pela palavra que passa a ser “vomitada”, dita, expulsa. Dessa forma, elimina-se todo mal que possa existir. (LAGENEST, 1976, p.30).

Cita-se como exemplo o batizado, a crisma, a iniciação no candomblé, dentre outros. Esses ritos são realizados com freqüência no cárcere porque a maioria dos detentos não teve acesso a essas celebrações anteriormente.



Figura 8:
Batizado na
Igreja
Católica, um
dos ritos de
iniciação.



Figura 9:
Iniciação no
Candomblé,
um dos ritos
considerados
de iniciação.

Os ritos de passagem são ritos que, ligados ao crescimento, casamento e morte (sendo que este é a última das passagens), visam promover o ingresso do indivíduo em outro tipo de vida. No Brasil é celebrado um dia especial para os mortos, que é dia de Finados. Em algumas comunidades são muito freqüentes os ritos relacionados à puberdade.



Figura 10: Debret, prancha 30 — superior *Divers convois funèbres*. O artista francês reúne os vários tipos de cortejo funerário que presenciou na cidade, desde o mais simples, onde dois negros transportam o cadáver em uma rede, até os mais aparatosos, com grande concorrência de assistentes. (RODRIGUES, 1999, p. 53).

Os ritos de união são aqueles que visam o fortalecimento da união da comunidade, permitindo que o fiel incorpore os poderes ou a santidade daquele que recebe de modo ao mesmo tempo realista e simbólico. Eles são compostos por dois elementos: “um sacrifício seguido de uma comunhão (manducação da pessoa, animal ou elementos oferecidos e assim, destruídos)” (LAGENEST, 1976, p.32).

Já os ritos representativos têm como função reviver, revitalizar e regenerar o cosmos e são celebrados em coletividade. Dessa forma, esses ritos são realizados nas festividades religiosas onde a comunidade volta a reviver a origem do mito inserido no contexto cultural, mantendo-o vivo na comunidade: “a volta coletiva à origem tem o poder de renovar e regenerar todo o cosmos” (LAGENEST, 1976, p.32).



Figura 11: Folia de Reis: “Esta festa comemora o nascimento de Cristo. Seu enredo lembra a viagem que os três reis magos – Baltazar, Belchior e Gaspar – fizeram a Belém para encontrar o Menino Jesus. Os palhaços, vestidos a caráter e cobertos por máscaras, representam os soldados do rei Herodes, em Jerusalém. Os foliões abrem alas com uma bandeira, que – dizem!- é abençoada e protege das más influências.” (www.terrabrasileira.net/folclore/colhe/nordeste/ritosnod.html – 5k)

Torna-se imprescindível a compreensão destes elementos do fenômeno religioso para a atuação da pastoral carcerária, visto que, o povo latino americano é eminentemente religioso, e sua cultura se manifesta nas práticas religiosas. A aceitação e os frutos do trabalho desenvolvido no cárcere dependerão do conhecimento prévio da cultura em que estes estão inseridos e, do respeito e valorização de todo contexto cultural e religioso.

Também estes ritos são utilizados pela Pastoral Carcerária quando realiza missas, celebrações da Palavra, casamentos, batizados, crismas, cultos ecumênicos, ou até mesmo, quando comemora festividades religiosas da comunidade, como o Natal, Pentecostes e Páscoa.

2.2.5 Dogmas

Um dos elementos do fenômeno religioso coletivo se constitui no dogma que pertence ao mundo dos conceitos, ao contrário do mito que, pertence ao das figuras. Através da evolução intelectual coletiva, o dogma tende a substituir o mito, sendo, então, a etapa final deste fenômeno (LAGENEST, 1976, p.25). Por isto, não raras as vezes, o dogma é confundido com o mito que o originou.

Nesse sentido Weber explica que existe transformação do saber sagrado em dogmas:

Quando os magos corporativamente organizados se tornam pouco a pouco sacerdotes, essa função importante da educação de leigos não cessa de existir e, por toda parte, a pretensão do sacerdócio é mantê-la firme em suas mãos. Ao mesmo tempo, o saber sagrado, como tal, vai desaparecendo, e o ensinamento sacerdotal transforma-se numa tradição fixada literalmente, interpretada pelos sacerdotes mediante dogmas. (WEBER, 1991, p. 315).

O pensamento ocidental da atualidade sofreu influência do pensamento grego clássico, no qual a palavra dogma significava um conjunto de decisões tomadas por autoridades legitimadas, bem como, podia designar a síntese de uma doutrina ou de um filósofo.

Atualmente, dogma se tornou toda afirmação doutrinal ligada a determinadas verdades e que impõe uma conduta prática, sem que possa admitir questionamentos, é uma verdade absoluta. Porém a formulação do dogma não ocorre de forma alheatória, descontextualizada, mas “conserva a marca da cultura e das preocupações momentâneas e dominantes da coletividade à qual é

imposta, na qualidade de resposta a determinada necessidade do conhecimento religioso” (LAGENEST, 1976, p. 26).

Esses elementos integrantes do fenômeno religioso são imprescindíveis na compreensão da ação da Pastoral Carcerária de Pires do Rio, como será exposto no capítulo a seguir.

2.3 A Influência do fenômeno religioso nos municípios de Pires do Rio

Como em todo Brasil, o fenômeno religioso em Pires do Rio coincide com a própria história da cidade e por ele é influenciado em todas as ações, o que justifica a atual religiosidade do povo piresino.

Logo após o início da construção das primeiras casas, um grupo de homens da comunidade iniciou a construção de uma capela onde pudessem reunir os habitantes da cidade e os fazendeiros circunvizinhos. E assim, levantaram as paredes sem que estas estivessem respaldadas, o que à mercê das abundantes chuvas da época, produziu rachaduras e ruínas, sendo demolida pelo Dr. Benedito Amorim, e o material remanescente foi destinado à construção do cemitério local. (SOARES, 1967, p. 25).

Novamente a população se organizou na construção de outra capela, à oportunidade foram realizadas grandes festas religiosas, com barraquinhas a porta da capela com leilões, verba arrecadada no comércio local e nos eventos, tendo a participação da população da localidade e de toda vizinhança. Essa articulação possibilitou a compra dos sinos (Gabriel e Rafael)⁶, vindos da cidade de Hamburgo, na Alemanha e, ainda hoje, parte da igreja. Também foi possível a

⁶ Nome dado aos sinos pelo padre Henrique Izquierdo.

aquisição de uma imagem de Santa Terezinha do Menino Jesus e do Sagrado Coração de Jesus, o que, obviamente influenciou, posteriormente, na escolha do nome da Matriz que acabou por levar o nome de Sagrado Coração de Jesus.



Figura 12: Igreja Sagrado Coração de Jesus

Em 1932, foi designado o primeiro sacerdote para dirigir a Paróquia Sagrado Coração de Jesus, desta forma, esta data marcou a ereção da Paróquia de Pires do Rio.

O Arcebispo preocupado com a instalação do Instituto Granbery, sob a orientação e direção dos metodistas confiou a Paróquia de Pires do Rio em 1946 aos frades franciscanos vindos dos Estados Unidos da América, construindo a atual matriz Sagrado Coração de Jesus.

Vislumbrando fundar escolas que assemelhassem às de sua terra natal, os frades escreveram para a superiora das Irmãs Franciscanas de Allegany, que também em 1946, vieram residir em Pires do Rio. Assim em 1949, foi criada a escola paroquial Sagrado Coração de Jesus (ginásio) a cargo dos padres e, posteriormente, em 1950, o colégio Sagrado Coração de Jesus (primário e normal), a cargo das irmãs franciscanas de Allegany. Com a formação das normalistas, diversas solicitações foram realizadas para o ingresso à ordem das Irmãs (WYSE, 1989, p.192). Tal fato pode ser compreendido para a verificação

qualitativa da influencia do referido colégio na formação religiosa, cultural e ética dos piresinos.



Figura 13: Visão panorâmica do Colégio Sagrado Coração de Jesus

Com a chegada da Irmã Modesta, as ações também se estenderam à saúde, pois a mesma sendo enfermeira com experiência em hospitais nos Estados Unidos, atuou inclusive como parteira, tendo em vista a escassez de profissionais na área.

Alguns anos após vieram as Irmãs de São Francisco dos Pobres assumindo a direção da Maternidade Carmela Dutra, abrigo, por vários anos, de mulheres pobres vinda de diversas regiões para dar à luz, contando com o apoio desde o enxoval até o parto e, muitas destas, sem condições econômicas ou psicológicas de criar seu filho, acabavam por deixá-los no local para serem adotados pelas famílias piresinas.

Posteriormente, criou-se no local também a Creche Nossa senhora dos Anjos, já que as mães de Pires do Rio, com menor poder aquisitivo, necessitavam de um local para deixar seus filhos já que, por razões econômicas, eram obrigadas a deixar o lar para auxiliar na manutenção da casa. Mais tarde criou-se também a Associação de Proteção à Infância que, englobava diversos projetos com crianças e adolescente já não participantes da fase maternal, visando complementar as ações da Creche. Essas duas últimas estão atuantes até janeiro

de 2007 , somente deixando de ter sua finalidade e, portanto extinta, a Maternidade com a construção de um Hospital Municipal.

A influência religiosa católica norte-americana das ordens e congregações religiosas, sem dúvida alguma, contribuiu para a construção da cidade, bem como com a religião, educação, saúde, ética, construindo um povo generoso e solícito, porém dentro de uma ótica tradicional, conservadora e rígida.:

Por uma espécie de necessidade interior, todo grupo religioso, tende espontaneamente, a conservar o equilíbrio necessário à sua sobrevivência; assim, ele se opõe, inevitavelmente, às forças externas e aos dinamismos internos que ameaçam modificar tanto suas formas habituais de piedade como as concepções morais que determinam seu comportamento. Para desencadear essa reação de defesa, basta que seja ameaçada a estabilidade de sua organização – que é tanto mais frágil quanto mais rígida for (LAGENEST, 1976, p. 48).

A participação do leigo e os ministérios praticamente não existiam. O sacerdote era ainda o centro de todas as ações, atuações e óticas voltadas preponderantemente para a sacramentalização e espiritualização sem uma abordagem enfática da realidade.

O catolicismo foi por muito tempo o credo predominante da comunidade piresina. Porém, como aconteceu em todo Brasil, houve uma equiparação, isto é, um avanço e o aumento de Igrejas evangélicas e de seus seguidores.

Na perspectiva de buscar resgatar o fenômeno religioso dentro do cárcere, tendo como prisma, compreender o encarcerado como o povo de Deus que vivencia uma situação de exploração e opressão, a Pastoral Carcerária de Pires do Rio, inicia suas atividades, como será abordado no capítulo seguinte, porém enfrenta estas concepções rígidas e tradicionais advindas da cultura religiosa sobre a qual a cidade sofreu a influência.

CAPÍTULO 3 – A PASTORAL CARCERARIA E SUA ATUAÇÃO EM PIRES DO RIO

Não é recente buscar novos rumos para a ação da Igreja em consonância com o período histórico, tendo em vista realmente consolidar a evangelização. Jesus Cristo extrapolando os preceitos estabelecidos e, com o escopo de abranger os mais excluídos, percorria as cidades, pregava nas casas (Lc 4, 38; 5,29; 7 36) e estas lhe serviam de apoio ao seu trabalho (Lc 10, 38-4). Não se ateve apenas à pregação nas sinagogas; os contextos de suas admoestações eram diferenciados, aproximando mais da vida do cotidiano do povo, através das parábolas (GUTIÉRREZ, 2003, p.30/31).

Paulo de Tarso se reporta às pequenas comunidades, principalmente ao seio familiar para estabelecer uma Igreja diferenciada, que mais tarde os teólogos denominaram de “igrejas domésticas”⁷, na qual encontrava apoio e sustentabilidade para ser o enviado (1 Cor 1, 17) a pregar o Evangelho, isto é, o Cristo (1 Ts 3, 2; 1 Cor 9, 12): “Paulo fez da pequena igreja doméstica um instrumento básico para manter viva a Palavra de Deus e para acolhê-la mundo

⁷ “Para se ajudar nas horas difíceis, os missionários reuniam-se nas casas (4, 23-31). Partilhavam a vida, trocavam notícias, escutavam a Palavra do Senhor, oravam, celebravam a Eucaristia, recebiam a força do Divino Espírito Santo, criavam mais coragem para enfrentar as perseguições. Não paravam de anunciar a cada dia, nas casas, a Boa Notícia de Jesus (5, 42)”. (MOSCONI, 2001, p.114).

afora. Por onde andava, fundava pequenas comunidades”. (MOSCONI, 2001, p.115).

Os discípulos de Paulo, Timóteo e Tito, recebem a denominação de pastores “por causa do objeto principal dos conselhos ministrados aos destinatários, que visam o comportamento da comunidade” (MONLOUBOU, 1996, p. 8).

Dessa forma pode-se concluir que a Pastoral significa servir, de forma a cuidar da comunidade, com zelo e autoridade Divina, através da qual, a Igreja possibilita, de forma organizada, tornar possível sua missão, como a Igreja reconhece oficialmente:

Portanto, sob a luz de Cristo, Imagem de Deus invisível e Primogênito de todas as criaturas, o Concílio pretende falar a todos, para esclarecer o mistério do homem e cooperar na descoberta da solução dos principais problemas do nosso tempo (KLOPPENBURG, 1991, p.8).

Gutiérrez (2003, p. 55), afirma que “a opção pelos pobres e excluídos é hoje um elemento medular da identidade cristã e eclesial” desta forma, exige da Igreja e do cristão compromisso com o excluído, com o pobre ou o destituído de acesso a qualquer bem seja material ou intelectual.

Para uma compreensão integral do tema, interessante se faz lançar mão da observação de Gustavo Gutiérrez (2003, p. 30-31) quanto ao conceito atual dos diversos tipos de exclusão da atualidade: “A noção de exclusão social apresenta várias dimensões. No nível econômico, os novos modos de produção, decorrentes em larga medida da revolução do conhecimento, fazem que as matérias-primas se desvalorizem, com os conseqüentes resultados nos países pobres, e que o acesso ao mercado de trabalho dependa da qualificação técnica do trabalhador, excluindo assim, de fato, a grande maioria dos pobres de hoje. A

exclusão no plano político (não-participação nas decisões que se tomam nesse âmbito) e no cultural (discriminação por razões raciais de gênero) reforça a exclusão econômica e nela se apóia”.

No Brasil, na década de 1970 surgiram diversas pastorais específicas dentre elas o Conselho Indígena Missionário, a Comissão Pastoral da Terra e o crescimento das CEBs⁸. Uma nova perspectiva se abriu para a atuação do leigo e o incentivo das pastorais com a realização da Conferência Latino-americano de Puebla.

Na linha de atuação social da Igreja Católica algumas pastorais destacam com propostas transformadoras, imbuídas dos ideais libertadores, com bases no próprio marxismo.

Os movimentos católicos leigos, como a Juventude Universitária Católica (JUC), a Juventude Operária Católica, a Ação Católica, os movimentos de educação de base (Brasil), ou de promoção agrária (Nicarágua), as Federações dos Camponeses Cristãos (El Salvador) e, sobretudo, as comunidades de base, foram, a partir do início dos anos 60, o lugar social de um engajamento ativo de cristãos nas lutas populares, de uma reinterpretação do Evangelho à luz dessa prática e, em certos casos, de uma atração irresistível (o termo empregado por muitos observadores é ‘fascinação’) pelo marxismo. (LÖWY, 1991, p.35).

Dentre estas, se encontram as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) a Pastoral Operária, Pastoral da Terra, Pastoral Carcerária e demais movimentos sociais, que tem o mesmo objetivo de promoção do homem e da justiça, a pastoral popular e outras.

⁸ As Comunidades Eclesiais de Base surgiram geralmente com a ajuda do clero e das freiras progressistas. O Brasil foi sem dúvida, o país que constituiu mais comunidades de base, chegando a ter no final dos anos 1970 cerca de 100 mil comunidades cristãs de base, com a participação de dois ou três milhões de pessoas.. A participação da Igreja foi preponderante nas lutas revolucionárias na América Latina.: no Brasil, a formação do Partido dos Trabalhadores, na Nicarágua, a vitória do sandinismo e, a consolidação da FMLN em El Salvador(LÖWY 1991, ps.47-56).

A Pastoral Popular prestou importantíssimo papel na época do fechamento político, pois foi instrumento de articulação e luta das forças populares, sendo que a Igreja constituiu um espaço de discussão, prática democrática e até abrigo de diversas lutas. “Pode se dizer duplo movimento: do povo em direção a Igreja e de setores da Igreja em direção ao povo”(GALLETA, apud LESBAUPIN, 1986, p.8).

Porém cabe destacar que, a maioria das pastorais ainda está aquém de uma visão e ação transformadoras. Em sua maioria, visam apenas minimizar o sofrimento do ser humano e dos conflitos, e desta forma, ingenuamente, terminam por reforçar o sistema dominante e as idéias hegemônicas predominantes na nossa sociedade.

Desde 1997, com a Campanha da Fraternidade apoiada na Carta Apostólica *Tertio Millennio Adveniet*, de João Paulo II, na qual aborda “*Jesus Cristo, único Salvador do mundo, ontem, hoje e sempre*”, aborda o tema “Fraternidade e os Encarcerados” e o lema: “Cristo liberta de todas as prisões”. Esta articulação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil consolida o Manual da Campanha da Fraternidade que traz uma abordagem crítica sobre os crimes e a violência no Brasil, numa ótica libertadora, que enfoca também a situação atual dos cárceres no Brasil.

3.1 Experiências que antecederam a Campanha da Fraternidade de 1997:

1) O primeiro relato de atuação como agente da Pastoral Carcerária no Brasil remonta ao ano de 1956, através da atuação da Ir. Isabel (PASTORAL CARCERÁRIA, www.pastoralcarceraria.org.br). Em Florianópolis o Pe. Ney relata

que desde 1974 já desenvolvia atividades nas instituições penais daquele município (PEREIRA, www.pastoralcarceraria.org.br).

2) A Pastoral Carcerária do Distrito Federal já atuava anteriormente, mas só em 1996 foi efetivada, ou seja, formalmente criada. Também no ano de 1997, foi criada a pastoral carcerária de Belo Horizonte. A Arquidiocese de Mariana apresenta um trabalho em sua jurisdição com 700 presos.

3) A Fundação Patronato Lima Drummond, localizada em Porto Alegre e fundada em 1947 por presos e assistentes sociais, tinha, até 1988, acompanhado 8025 presos/egressos, dos quais, apenas 06 voltaram a reincidir. Atualmente encontra-se sob a administração e coordenação do Estado do Rio Grande do Sul (CNBB, 1997, p.140).

4) Fundação de Recuperação universal “Comunidade terapêutica Oásis”, também sediada em Porto Alegre, tem como objetivo a recuperação de dependentes químicos. Ela fez convênio com a Pastoral Carcerária para receber egressos ou presos em regime semi-aberto (CNBB, 1997, p.140).

5) Casa do Albergado Pe. Pio Buck, destina-se a receber presos com poucos meses restantes da pena e, para condenados à restrição de liberdade nos fins de semana, visando orientação e acompanhamento dos egressos do cárcere (CNBB, 1997, p.140).

6) Programa Pró-Egresso, projeto ligado a Universidade de Londrina, com o nome *Themis*, iniciado em 1976 e que apresenta um percentual de apenas 2% de reincidências, durante os últimos 10 anos (CNBB, 1997, p.140).

7) Experiência de Vila Velha, o juiz João Baptista Herkehoff utilizava penas alternativas, encaminhando para prisão somente os que apresentavam perigo. O

cumprimento das penas e o apenado era acompanhado pelo próprio juiz, e apresentou um resultado positivo, com apenas 6,1% de reincidências ao longo de 10 anos (CNBB, 1997, p.140).

8) Ministério Pastoral da Igreja Metodista realizou um trabalho ecumênico pioneiro, com reincidências de apenas 5%.(CNBB, 1997, p.140).

9) Pastoral Carcerária de São Paulo e Sociedade de Apoio e Acompanhamento, uma experiência da Arquidiocese de São Paulo. As atividades são voltadas para a defesa da integridade física dos presos, denúncia de maus tratos, corrupção e elaboração de sugestões e alternativas para uma política criminal (CNBB, 1997, p.140).

10) Associação de Proteção e Assistência ao Condenado (APAC), fundada em 1972, em São José dos Campos, considerada como órgão auxiliar da Justiça. Realiza o acompanhamento dos presos em regime fechado, semi-aberto e aberto, bem como, do egresso, utilizando uma metodologia de valorização humana, propicia baixos índices de reincidência. Como desdobramentos, foram implantados núcleos em mais de 100 comarcas no Brasil e em outros países como no Equador, Argentina, Escócia, Coréia do Sul e Rússia (CNBB, 1997, p.140).

11) Pastoral Penal do Rio de Janeiro, com atividades voltadas para evangelização de presos, egressos e familiares, e assessoria jurídica e projetos de assistência social aos mesmos. Desenvolve ainda, apoio aos adolescentes infratores através do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente João XXIII (CNBB, 1997, p.140).

12) Grupo de Apoio Mahatama Gandhi (GAAMG), sediado em Fortaleza, ligado ao Instituto de Apoio ao Apenado Dom Aloísio Lorscheider, teve o início das atividades de apoio ao encarcerado no ano de 1993. (CNBB, 1997, p.140).

13) Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso (FUNAP), criado desde 1987 tem como objetivo a reinserção social do egresso da prisão. Criado em Brasília a FUNAP emprega 96 presos em 18 órgãos conveniados (públicos e particulares). Os presos realizam uma jornada de 40 horas semanais, recebendo um salário mínimo por mês. Além disto, a cada dia trabalhado, eles têm um dia de suas penas abatido. Eles se beneficiam ainda das atividades de assistência social realizadas com suas famílias. (FUJIWARA, ALESSIO, FARAH (orgs.), http://inovando.fgvso.br/conteúdo/documentos/20experiencias1998/7%20_%20funap.polf., 1999).

3.2 Campanha da Fraternidade de 1997

Idealizada em 1961, por três padres responsáveis pela Cáritas do Brasil⁹, com o objetivo de arrecadar fundos para atividades assistenciais e promocionais, tornou-se autônoma, concretizando-se na quaresma de 1962, em Natal (RN). Devido ao seu desempenho, no ano subsequente, houve adesão de mais de 16 Dioceses, sendo lançada em nível nacional, no dia 26 de dezembro de 1963, à luz do Vaticano II.

A divulgação de um tema em nível nacional por um determinado grupo de bispos promoveu a convergência das atenções sobre o referido tema,

⁹ Entidade filantrópica, que tem o objetivo de auxiliar financeiramente as paróquias nas atividades sociais, no Brasil, fundada em 1957.

possibilitando o debate sobre suas causas, conseqüências e alternativas possíveis. Isto acabou por transformar a Campanha da Fraternidade em:

[...] atividade ampla de evangelização desenvolvida num tempo (quaresma), para ajudar os cristãos e as pessoas de boa vontade a viverem a fraternidade em compromissos concretos, no processo de transformação da sociedade, a partir de um problema específico que exige a participação de todos na busca de alternativas de solução (CNBB, 1997, p. 17).

Os temas da Campanha da Fraternidade se dividiram em 3 fases:

1ª Fase: Busca da Renovação da Igreja (tempo em que os temas voltaram-se para questões internas da Igreja): Renovação da Igreja (1964-1965) e Renovação do Cristão (1966- 1972);

2ª Fase: A Igreja voltada para a questão social do povo, denunciando o pecado (violência, opressão) e promovendo a justiça social (1973-1984);

3ª Fase: A Igreja volta-se para questões existenciais e sociais do povo brasileiro em específico, dentro desta fase em 1997, a Campanha da Fraternidade aborda a questão do cárcere e do encarcerado, dando origem à discussão e ao debate em todo Brasil, numa preparação para a comemoração do Jubileu do ano 2000:

Embora, às vezes, a condição carcerária corra o risco de despersonalizar o indivíduo, privando-o de muitas possibilidades de se exprimir publicamente, o recluso deve lembrar-se de que, diante de Deus, não é assim: o Jubileu é o tempo da pessoa, em que cada um é ele mesmo diante de deus, à imagem e à semelhança dele (PAULO II, 1997, p.8).

3.2.1 Objetivos

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, tendo como referência as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora elaborou o Manual da Campanha da

Fraternidade de 1997, denominado *Cristo Liberta de Todas as Prisões*, contendo os objetivos que se seguem:

Despertar a sensibilidade e a solidariedade dos cristãos e de todos os homens e mulheres de boa vontade para as vítimas e para com os encarcerado, ajudando-os a perceberem a realidade carcerária do Brasil e a se comprometerem na realização das mudanças necessárias;

Acompanhar as vítimas e ajudá-las a enfrentar os seus problemas e a perdoar;

Ajudar os presos e as presas a se tornarem sujeitos ativos no seu processo de conversão e de reinserção na sociedade;

Colaborar com as autoridades legislativas, judiciárias, policiais, penitenciárias na sua tarefa de fazer as reformas e as leis necessárias;

Participar ativamente no processo de mudança da sociedade toda para superar os preconceitos, aprimorar a educação, e fiscalizar a aplicação das leis;

Colocar os MCS e os formadores de opinião no desempenho de suas tarefas;

Criar estruturas de atendimento e ajuda aos presos e aos seus familiares;

Incentivar a busca de formas alternativas à pena de prisão e de implementar a sua realização;

Ajudar os educadores e educadoras a realizar a educação para a fraternidade, a reconciliação e a responsabilidade pelo bem de todos;

Estabelecer parcerias com as Igrejas e organizações na sociedade civil que trabalham nestes campos (1997, p.22-23).

Já nos objetivos, percebe-se que a posição da CNBB não é apenas de minimizadora dos conflitos existentes visando propiciar a manutenção do *status quo*, pois logo no primeiro objetivo, levanta-se a possibilidade de mobilização social e transformações necessárias. Também no capítulo Ver, do Manual da CF 97(pgs. 56-97), apresenta várias denúncias sobre: a exclusão social que conduz à criminalidade; as condições de sobrevivência dos presos nos cárceres, assim duplamente excluídos; os erros e falhas do judiciário; os excessos cometidos por policiais.

De certa forma, a ação para melhorar as condições de vida do preso e de suas famílias, diminui os conflitos gerados entre as classes sociais. Porém, esta ação pode não ser meramente assistencial, pois quando promove a denúncia dos

erros cometidos; quando reflete com a comunidade sobre as verdadeiras causas da violência, da mudança de comportamento nos crimes (crimes contra a vida para crimes contra o patrimônio), sobre a quem interessa a manutenção da violência e, principalmente, sobre o compromisso do leigo cristão em relação à realidade vivenciada, estabelece um nível de consciência maior entre os membros da sociedade. No mínimo, a denúncia desmistifica a visão até então encasulada na ideologia hegemônica e, desperta para novos horizontes libertadores da alienação.

Construir uma sociedade justa passa hoje em dia, necessariamente, pela participação consciente e ativa na luta de classes que se realiza diante dos nossos olhos. Como conciliar isso com a exigência cristã de amor universal? A resposta de Gutiérrez é de um alto rigor político e generosidade moral: não odiamos os opressores, desejamos libertá-los também, libertando-os da sua própria alienação, da sua ambição, do seu egoísmo, em uma palavra, da sua condição desumana. Mas para isso, é preciso optar resolutamente pelos oprimidos e combater real e eficazmente a classe dos opressores (LÖWY apud GUTIÉRREZ, 1991, p. 98).

3.2.2 Contribuições

Pautados nas reflexões anteriores, diversas pastorais carcerárias foram consolidadas e outras constituídas a partir da Campanha da Fraternidade, já que o tema foi objeto de debate e discussão em todo território nacional, dentro da sociedade e da Igreja Católica. Inclui como resultante desta Campanha, a criação do Serviço de Pastoral Carcerária (SEPAC), constituído no ano de 1996, mas já influenciado pela Campanha da Fraternidade, com o objetivo de apoiar as entidades que prestam assistência aos presos, seus familiares e egressos.

Como é possível observar, o trabalho da Pastoral Carcerária não fica adstrito à assistência ao encarcerado, aos seus direitos e deveres, mas também alcança suas famílias, as vítimas e a sociedade civil como um todo, visando criar

nova ótica sobre o crime, a criminalidade e preparando o egresso do cárcere para sua re-inserção na sociedade, pois a segregação estabelecida rompeu com diversos direitos e, até mesmo, com a cidadania do preso.

Em Goiás o tema foi amplamente discutido, levando à organização de diversas pastorais carcerárias. As atividades da Pastoral Carcerária em Goiás aconteceram de forma empírica, sem que houvesse registros e normas traçadas. Essa falta de registro dificultou a obtenção de dados já elaborados, tornando imperativo um levantamento *in loco*. A única pastoral carcerária de Goiás onde foi possível detectar dados já processados é a Pastoral Carcerária de Pires do Rio.

3.3 Pastoral Carcerária de Pires do Rio

Motivados pela Campanha da Fraternidade de 1997, os grupos de Evangelização de Rua de Pires do Rio¹⁰ e, diante da análise com a situação de exclusão vivenciada pelos presos e seus familiares, dentro e fora do presídio local, decidiram organizar e constituir a Pastoral Carcerária de Pires do Rio, dia

23 de fevereiro.



Figura 14: Foto da Pastoral Carcerária em frente a Delegacia de Polícia de Pires do Rio, onde funciona também o presídio local.

¹⁰ Sua atuação é similar àquela das Comunidades Eclesiais de Base e, como em Paulo, às Igrejas Domésticas: “ Para se ajudar nas horas difíceis, os missionários, reuniam-se nas casas (4, 23-31). Partilhavam a vida, trocavam notícias, escutavam a Palavra do Senhor, celebravam a Eucaristia, recebiam a força do Divino Espírito Santo, criavam mais coragem para enfrentar as perseguições. Não paravam de anunciar a cada dia nas casas, a Boa Notícia de Jesus (5, 42)” (MOSCONI, 2001, p.114).

Embasados na metodologia de ver, julgar e agir, proposta pela Campanha da Fraternidade, a pastoral carcerária iniciou seu trabalho no dia 07 de março de 1997, com visitas *in loco*. Já desde o início, procurou verificar as condições de vida dos presos e se serviu do aniversário de um deles, visando uma aproximação com os encarcerados.

Não tendo como meta a transformação imediata, mas com o fito de minimizar a situação desumana de sobrevivência dos presos, iniciaram as atividades com visitas semanais, onde havia a leitura bíblica, discussão com os presos para que estes colocassem suas necessidades, suas angústias, as quais seriam discutidas pela Pastoral Carcerária e, por fim, propostas de atuação em cima da situação apresentada. Os trabalhos incluíam ainda: missas mensais, levando a Palavra e a esperança de dias melhores e livres; divisão de equipes que providenciariam condições materiais, voltadas para a educação formal, de acompanhamento médico-odontológico e assessoria jurídica.

As Pastorais da Igreja, em sua maioria, se inserem como ação da Igreja de forma mágica e sacerdotal ou de forma profética. De acordo com o conceito de Weber (MARTELLI, 1995, p. 164), a inserção de forma mágica visa a cura da alma e a minimização dos sofrimentos humanos enquanto que, a inserção de forma profética denúncia das mazelas da sociedade atual, apontando novas esperanças como no caso da pastoral carcerária que: denuncia as péssimas condições de vida dos encarcerados; exige que as situações de espancamento sejam averiguadas; faz com que se cumpram os direitos dos presos e de suas famílias.

A Pastoral Carcerária tornou-se como um manto sagrado, como um escudo de proteção, mesmo que já tivessem trazido de suas vivência e histórias pregressas o imaginário do Sagrado, por influência de seus familiares ou episódios da formação na infância. Porém, a presença da pastoral como algo concreto, oferece mais segurança, mais proximidade com o Sagrado. Estas constatações estavam presentes nas emoções transparecidas quando a Pastoral falava do Sagrado, do Amor de Deus e, quando dos abusos, das agressões, os presos buscavam a Pastoral como suporte, apoio e voz para realizar as denúncias.

No momento de denúncia e crítica, a Igreja atua também como subversão aos ordenamentos sociais existentes. Desta forma, Weber percebe a Religião com dois efeitos opostos, um como reforço e justificação dos ordenamentos sociais existentes, e outro em oposição, como crítica e subversão dos primeiros (MARTELLI, 1995, p.164).

A ação da Pastoral Carcerária pelos determinantes sócio-religiosos, político e cultural pode não ser entendida como uma pastoral que consiga a libertação ou a transformação social, mas busca mudanças dentro de seus limites operacionais, tais como: garantia dos direitos de banho de sol, assistência jurídica, assistência médico-odontológica, visitas íntimas, garantia de melhores condições dentro do cárcere, preservação moral e física do preso, garantia de instalação de inquérito em casos de violação dos direitos ou abuso de autoridade, dentre outros (anexo VIII - 8).

Spotasi (2004) ao se referir aos serviços públicos de qualidade (assistência social), mesmo numa economia capitalista, não os compreende como forma de amainar conflitos, mas como lutas pelos direitos e por conquistas importantes:

Para alguns mais ortodoxos tudo o que for proposto tenderá a fantasias e resultado zero, enquanto a economia não for socialista. Para outros, as mudanças na sociedade são relações de conflito e esses conflitos mudam posições de forças sociais e permitem mudar situações e protagonismos. Assim sem abandonar a direção socialista, e sem falsos objetivos, entendem que é preciso buscar mudar já. (SPOTASI, 2004, p.9)

A Pastoral Carcerária de Pires do Rio tem sido um elemento que, embora não contribua decisivamente para uma plena transformação do caos social e não consiga responder aos problemas por que passam os presos em todo território brasileiro, busca ser um componente minimizador do sofrimento do preso e de sua família.

Também procura atuar nos seus limites operacionais (na comunidade de Pires do Rio, fazendo estender para as regiões circunvizinhas) como elemento interrogador: seja no que diz respeito às medidas de segurança em questão; à ineficiência dos serviços prestados; ou à falta de humanização no tratamento com o preso.

Principalmente nos primeiros anos de sua atuação, teve como proposta: influenciar na transformação da visão hegemônica que vê a “criminalidade” e o “criminoso” como fatores de “anomia” (BERGER, 2004, p.35), propondo, conseqüentemente uma visão mais crítica da sociedade capitalista que percebe a “criminalidade” e o “criminoso” como sendo resultados da forma de organização social. Essa proposta de transformação fica implícita na Introdução da “Normatização da Pastoral Carcerária de Pires do Rio” e nos objetivos específicos desta (anexo II).

Para Gramsci a questão da hegemonia está ligada à política do consenso, ou seja, a submissão de idéias, através de uma rede articulada de instituições culturais, aparelhos privados de hegemonia, nos quais inclui a Escola, a Igreja e os meios de comunicação de modo geral. Esses aparatos têm por finalidade inculcar na classe subordinada a exploração passiva, “por meio de um complexo de ideologias formadas historicamente. Quando isto ocorre, a subalternidade social também significa subalternidade política e cultural”. (SIMIONATO apud GRAMSCI, 1993, p.115-116).

Portanto, atuar no campo das concepções pré-estabelecidas, questionando as “verdades” culturalmente estabelecidas ao longo dos anos é no mínimo conflituoso. Tanto a nível micro (dentro da pastoral), como a nível macro (social), tal atuação gera divergências, principalmente quando esse questionamento parte de uma das instituições componentes dos “aparelhos privados de hegemonia”, neste caso, a Igreja que muitas vezes foi influenciada pelo pensamento positivista.

Essa proposta de mudança de ótica sobre a criminalidade, foi um dos nós críticos da Pastoral Carcerária de Pires do Rio, pois promovia a divisão entre o próprio grupo, visto que, algumas concepções estavam tão arraigadas em alguns membros que não conseguiam vislumbrar além do mero assistencialismo, ou “bondade” cristã, influenciados pela ótica dos religiosos que viveram e edificaram a história de Pires do Rio.

[...] não há coisa mais difícil de se fazer, mais duvidosa de se alcançar, ou mais perigosa de se manejar do que ser o introdutor de uma nova ordem, porque quem o é tem por inimigos todos aqueles que se beneficiam com a antiga ordem, e como tímidos defensores todos aqueles a quem as novas instituições beneficiariam. Essa timidez nasce em parte do medo aos adversários, que tem a lei a seu lado, e em parte da incredulidade dos homens, que só crêem na verdade das coisas novas depois de comprovadas por uma firme experiência. (MAQUIAVEL, 2004, p.25)

Em contrapartida outros membros da Pastoral Carcerária de Pires do Rio já tinham conhecimento mais crítico da realidade, da conjuntura social capitalista. Essa apreciação muitas vezes entrou em confronto com a visão hegemônica e ingênua também predominante no grupo, e muitos se afastaram por ainda não conseguirem conviver com a divergência. Porém para os que permaneceram apesar da diversidade, foi possível um crescimento do grupo como um todo, num diálogo dialético de construção mútua.

Outra conclusão possível é que: para mudar essa concepção, seria imprescindível a mobilização social através do envolvimento de grupos constituídos, de articulações e do envolvimento dos meios de comunicação. Ações efetivamente promovidas pela pastoral que, todavia estava consciente de que os resultados em longo prazo.

Alguns fatores foram facilitadores para o desenvolver da Pastoral no período de 1997 a 2002, como a existência de três padres para desenvolver as atividades paroquiais, o que propiciava uma maior disponibilidade de um destes para o acompanhamento das atividades pastorais. Outro facilitador inserido na Igreja foi a disponibilidade dos meios de comunicação à serviço desta, como os avisos das paróquias, jornais, programas de rádios, que foram amplamente usados na sensibilização da comunidade, bem como na sua articulação.

Outro fator positivo foi a presença de um juiz de Direito na Comarca de Pires do Rio que compreendia a magistratura não somente como despachos ou sentenças processuais, mas se dispunha a realizar atividades extra gabinete, participando ativamente das discussões com a comunidade. O mesmo ausentou-se diversas vezes para apoiar atividades da Pastoral, em busca de soluções e até de recursos econômicos para viabilizar os projetos, o que proporcionava nas instituições uma maior confiabilidade e segurança, vide figura 23.

Outro parceiro no trabalho foi o comandante do 11º Batalhão de Polícia Militar, que estava sempre presente nas discussões, mesmo quando havia denúncias de violência contra os presos, este jamais se furtou a ouvir a comunidade, as famílias dos presos e, de tomar as decisões cabíveis, vide figura 23.

3.3.1 Metodologia

3.3.1.1 Ver

A construção do conhecimento das condições do preso em Pires do Rio, não aconteceu imediatamente, foram necessários momentos de observação da realidade e, discussões semanais em grupo, no qual se estabelecia semanalmente, um “link” entre a realidade observada e diversas leituras e debates.

Os livros que subsidiaram as discussões foram o Manual da Campanha da Fraternidade de 1997, diversos artigos sobre o crime, aprofundamento da Lei de Execução Penal e, ainda, aulas teóricas com advogada e com a assistente social

sobre a questão prisional no Brasil. Esses elementos juntos propiciaram o crescimento do grupo de leigos que compunham a Pastoral Carcerária de Pires do Rio.

Concomitantemente às reflexões e a partir destas, foram elaboradas propostas de ação no presídio local, tudo isto, a partir da realidade observada durante as visitas locais, um exemplo com as programações para o ano de 1998 pode ser conferido no anexo III.

Como em todo Brasil (CNBB, 1997, p.60; NETO, 2000, p.43), foram constatadas no cárcere de Pires do Rio, condições inadequadas de sobrevivência e excesso de população carcerária em relação à capacidade do presídio. Estrutura física precária, com mofos, propiciando os agravos relacionados às vias respiratórias; nenhuma assistência religiosa; falta de condições materiais e psicológicas para reabilitação dos presos; falta de colchões e presos dormindo no chão; ociosidade e falta de trabalho; falta de banho de sol; falta de água potável para o consumo humano; nenhum contato social, sem direito à visitas familiares ou íntimas; inexistência de assistência médico-odontológica.

Desta forma, o cárcere no Brasil é utilizado como um meio meramente repressivo, não sendo respeitados os direitos instituídos pela Lei de Execução Penal (LEP), pelas regras mínimas de tratamento dos presos ou qualquer legislação específica como Regimentos Internos e outros:

Sobre o preso pesam a mentalidade e o método escravagista. O preso tem direitos no papel, não de fato. Em número considerável, são detidos e jogados em celas superlotadas, infectas e imundas, sem luz e pouquíssima água, dos distritos policiais, cadeias e detenções ou depósitos de presos. E lá, ficam esquecidos ou abandonados, meses, dezenas de meses ou anos até. (PASTORE, 1991, p.81)

Até mesmo a Agência Prisional de Goiás, após duas reformas, considera a estrutura do prédio: “péssima, necessita revisão/restauração das instalações elétricas e hidro sanitárias, substituir vitraux do corredor por grades, pintar, infiltração em paredes e com relação aos móveis ruins, mesas, cadeiras e armários” (<http://aganp/cadeiaspublicas.com.br//>, junho de 2003). Tendo em vista a realidade observada sobre as condições de precariedade do cárcere em Pires do Rio torna-se necessário um trabalho para que dignifique as condições de vida dos presos.

Outra grave questão observada foi à coexistência de adolescentes na mesma cela com criminosos adultos condenados por homicídios e estupro, o que não é permitido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente que prevê que em caso de internação, art. 123: “A internação deverá ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, em local distinto daquele destinado ao abrigo, obedecida rigorosa separação por critérios de idade, complexidade física e gravidade da infração”.

A falta de apoio ao egresso também foi constatada, ficando o mesmo a deriva quando sai da prisão e provocando, conseqüentemente, reincidências de quase 90% dos presos sendo que, destes, 99% estão, de alguma forma, envolvidos com o uso ou com o tráfico de drogas.

Também foi constatado que 90% dos detentos tem uma formação que oscila entre o analfabetismo e o 1º grau incompleto, o que demonstra uma exclusão quase que total do saber teórico e do acesso ao conhecimento formal. Esse fato dificulta ainda mais o retorno para vida social, pois sem conhecimentos técnicos, enfrentam o preconceito de serem egressos da prisão, sendo então

duplamente excluídos, conforme a Teoria da Rotulação, abordada anteriormente no item 1.3.4.1..

A apropriação do conhecimento e do saber pelas classes dirigentes não é desprovida de propósito, mas é um fator de dominação e exploração, conduzindo a aceitação das regras culturais e econômicas estabelecidas. Gramsci percebe que o conflito social não fica apenas na questão da apropriação privada dos meios de produção, mas se estende também para a apropriação elitista do saber. Portanto, sua extinção é imprescindível a uma completa libertação: “A elevação cultural das massas assume importância decisiva nesse processo, para que estas possam libertar-se da pressão ideológica das velhas classes dirigentes e elevar-se a condição destas últimas”. (SIMIONATO apud GRAMSCI, 1993, p. 123).

Outro ponto observado é que: praticamente 100% dos presos pertenciam à classe extremamente pobre, destituídos de qualquer acesso aos serviços e, que, em nenhum dos casos assistidos, tinha uma profissão fixa ou alguma formação profissional. Houve um caso ou outro, em que brevemente passou pelo presídio, que na época era uma delegacia de polícia, algum preso de situação econômica mais favorável. Mas, os detentos que realmente cumpriam pena no local eram de extrema pobreza, o que conduziu a atuações assistenciais de caráter emergencial.

Desta forma, para embasar as ações já em mente, surgiu a necessidade de analisar e fornecer subsídios para os argumentos e aprofundar a realidade crítica.

3.3.1.2 Julgar

Semanalmente a Pastoral Carcerária reunia-se visando analisar as observações realizadas nas visitas, planejar as atuações a serem desencadeadas.

A Bíblia Sagrada, o Manual da Campanha da Fraternidade, a Lei de Execução Penal e as Regras Mínimas para o Tratamento do Preso, o Código Penal e Processo Penal, o Estatuto da Criança e do Adolescente e leis esparsas, foram subsídios para análise da realidade, das ações propostas e empreendidas. Tais temas foram orientados por advogadas, assistentes sociais e demais membros da Pastoral Carcerária.

Segundo Pastore, o preso é duplamente excluído. Ele é excluído uma primeira vez quando, antes de cometer o crime, lhe é negado a cidadania e a dignidade de ser cidadão, por não lhe ser oferecido alimentação, salário digno, estudo, saúde, transporte e família, numa sociedade classista e racista. Esse mesmo preso é excluído uma segunda vez quando, posteriormente ao crime, lhe é negada qualquer condição para re-socialização e reeducação (PASTORE, 1991, p.81). Embasados no ideal de inserção, de mais justiça e dignidade no cárcere de Pires do Rio, elaborou-se a Normatização da Pastoral Carcerária, anexo II, visando oferecer um norte às atividades cujo objetivo geral:

Despertar na comunidade, o interesse de sentir-se co-responsável pela assistência psico-social, religiosa ao preso, às suas famílias, às vítimas, e junto àqueles que trabalham nas prisões, objetivando, de modo especial, resgatar o direito de cidadania do encarcerado, proporcionando-lhes condições a sua plena integração na sociedade(PASTORAL CARCERÁRIA, 1997, p.1)

Como forma de acoplar aos objetivos, as normatizações das ações, através da proposta “Dinâmica para uma Boa Atuação do Agente Pastoral”, ressaltamos algumas diretrizes como: não discriminação, tratamento igualitário, restauração do

Conselho Municipal da Comunidade, previsto na LEP; parcerias com instituições governamentais ou não; compreensão do preso à luz Divina.

Desta forma, a Pastoral Carcerária de Pires do Rio, na sua compreensão, não atua distante da sociedade, mas faz parceria com instituições públicas e particulares, organismos sociais e com toda sociedade, organizada ou não. Através da mobilização, oferece aos presos, vítimas e famílias: recursos materiais; educacionais; psico-sociais; médico-odontológicos; meios de superação das condições de exclusão em que se encontram no momento e preparação para o egresso da prisão. Porém, as normas, a questão ética e os ideais da Pastoral Carcerária de Pires do Rio são os estabelecidos na Normatização da Pastoral Carcerária, não permitindo que a parceria seja um trampolim das empresas, sejam elas, públicas ou privadas:

Para evitar que parcerias possam ser prejudiciais é necessário conhecer em profundidade os interesses do parceiro e levar em consideração as questões éticas na definição dos compromissos e responsabilidades das partes envolvidas. A empresa deve envolver-se com as causas sociais com intuito transformador e empenhada com ações de melhoria para a comunidade em que estiver inserida (BAMBERG apud NOLETO, http://www.rits.org.br/gestao_teste/ge_testes/ge_tmes_janeiro2007.cfm#, 2007).

3.3.1.3 Agir

Frente às mais diversas necessidades constatadas, foi necessário priorizar as ações, visto que inexistia o potencial da Pastoral Carcerária de Pires do Rio em atuar em tantas deficiências. Semanalmente, nas reuniões destinadas à reflexão, os membros da Pastoral Carcerária também estabeleciam as ações a serem cumpridas no decorrer da semana, dividindo atribuições, e ao mesmo tempo, realizando uma avaliação das atividades desencadeadas na semana antecessora.



Figura 15: A pastoral carcerária e os presos em dia de confraternização.



Figura 16: Missa em comemoração ao dia dos pais, no presídio, ano 1997.

A atuação da pastoral visa ser a voz do preso, pois o mesmo está em situação de exclusão total de suas possibilidades de denunciar, de reivindicar, de se organizar, sendo que de todos os excluídos o preso é o que se encontra em pior situação. Pois:

A mulher marginalizada pode ao menos xingar; o preso não pode. O menor de rua pode ao menos fugir; o preso não. O índio pode ao menos protestar; o preso não pode. O negro pode reunir-se e tentar sua promoção; os presos que o fizeram foram destruídos pelos presídios do Estado. O deficiente tem liberdade de ir e vir, votar e ser votado; o preso não pode. Todos esses, que formam as minorias, têm identidade e documentos; o preso não possui nada. É um número, e às vezes nem isto. E quando sair do presídio, não terá nenhum documento (PASTORE, 1991, p. 83).

Os dados quantificados apresentados a seguir referem-se somente ao período de 1997 a 2003. A partir desta data, os dados deixaram de ser computados em razão de conflitos de postura dentro própria igreja e de uma reestruturação de membros e de coordenadores da Pastoral Carcerária.

3.3.1.3.1 Assistência social (assistência à saúde, formação educacional, doação de recursos materiais)

Como já citado durante as visitas, detectou-se a necessidade de suprir as omissões dos órgãos estatais em caráter emergencial e, ao mesmo tempo, cobrar

ações dos mesmos. Dessa forma a Pastoral Carcerária arrecadou recursos materiais e sensibilizou a comunidade para os problemas vivenciados.

Como fruto dessas ações, realizadas pela pastoral, foi possível arrecadar: remédios, filtros, marmitas, cobertores, roupas, sapatos, travesseiros, colchões, colchas e lençóis, materiais de limpeza pessoal e óculos, sensibilizando, inclusive, os proprietários de panificadoras a oferecerem aos detentos lanche diário, brindando-os com doces e salgados nas datas festivas (aniversariantes do mês, Páscoa, Natal e outras datas). Esta ação se deu de forma emergencial, visando suprir emergencialmente uma situação crítica como forma de criar “condições para liberdade. Como força de potencializar a liberdade do outro e não acolhê-la ou de acolhê-la ao mais forte”.(BOFF, 2000, p.107).

Promoveram-se também diversas articulações com os órgãos competentes, juiz de direito, delegado, promotor, comandante da polícia militar, prefeitos e vereadores, através de visitas pessoais da Pastoral Carcerária, visando resgatar os direitos dos presos e motivando ações em conjunto, em busca de soluções.

A articulação com os clubes de serviços e maçonarias possibilitou a ampliação para além das margens das ações assistenciais, promovendo também maior reflexão sobre a situação do cárcere e do trabalho proposto.

Como foi constatado, havia uma demanda muito grande de assistência médico-odontológica na prisão, onde os encarcerados não tinham qualquer acesso a este tipo de assistência, a não ser em casos de emergência, quando os mesmos eram deslocados para o hospital municipal. Tal constatação desencadeou um trabalho que garantiu, neste período, atendimento médico em

100% dos casos em que os presos precisaram de tratamento. Também os exames clínicos e patológicos cobriram 100% da demanda.

Nos anos de 1997 a 2001 foram encaminhados 10 pacientes para tratamento especializado, fora da Comarca de Pires do Rio, sem nenhum ônus, numa ação conjunta da Pastoral Carcerária, da Secretaria Municipal de Saúde, de viatura e policiais da Delegacia de Polícia e da Polícia Militar do Estado de Goiás. Esses encaminhamentos se referem aos atendimentos de especialidades como neurologia, dermatologia, oftalmologia, cirurgias e exames de alta complexidade que não tinham resolutividade na cidade de Pires do Rio.

Cabe frisar que esses procedimentos de deslocamento do preso para atendimento fora do presídio são de uma complexidade relativamente grande, pois depende de autorização judicial, do delegado, de meios de locomoção e de policiais disponíveis para acompanhar o preso. Ressalta-se que durante esses atendimentos fora do cárcere não houve relato de qualquer incidente envolvendo os presos e os policiais.

Outra conquista foi a garantia de usufruir o direito ao banho de sol diário, pois os mesmos permaneciam todo o cumprimento da pena sem sair da própria cela, que é um pequeno cubículo, favorecendo o aparecimento de diversas doenças dermatológicas, de alergias respiratórias, doenças relacionadas ao pâncreas, dentre outras.

Porém para que fosse possível essa ação se fez necessário diversas visitas à Prefeitura Municipal solicitando reformas nas instalações do presídio, visando adaptar o pátio para que não houvesse facilitação ou riscos de fugas. Foram necessárias também visitas ao 11º Batalhão de Polícia Militar visando

sensibilizar o comandante para liberação dos policiais militares no acompanhamento dos presos nos horários do banho de sol, das missas, celebrações e confraternizações, pois eram praticamente inexistentes os recursos humanos disponíveis no presídio para realizar esses procedimentos.

Após a reforma do pátio, as condições físicas foram apropriadas para alçar vôos maiores, que também dependiam de um local apropriado para serem realizados. Assim, foi novamente colocado em pauta a discussão sobre oferta de formação no ensino regular para os presos. Com vistas a oferecer melhores condições da reintegração dos presos e facilitar ao egresso, condições para ingressar no mercado de trabalho, a Pastoral Carcerária conseguiu junto à Secretaria de Educação do Estado, através da Delegacia de Educação 15 carteiras novas e posteriormente mais cinco, num total de 20 carteiras, cadernos, canetas, lápis, borracha e quadro negro, o que possibilitou que fossem oferecidas aulas do Ensino Fundamental e Médio dentro do próprio presídio, conforme os anexos IV e V.

Para tal, eram ministradas quatro horas de aulas, conforme cronogramas de aulas pré-estabelecidos. A Pastoral contou com a contribuição de diversas professoras que ministravam aulas em colégios da rede regular de ensino, ministrando as mesmas aulas em presídios voluntariamente. Desta forma, garantiu-se o que está estabelecido na lei 7.210 de 11 de julho de 1984, no art. 18: "O ensino de 1º grau será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da Unidade Federativa", ampliando ainda mais ao ensino nível médio.

Diversos detentos tiveram acesso às aulas, porém alguns não conseguiram concluir o ensino fundamental, outros, em função da exigüidade do tempo de

detenção, não concluíram o curso, não tendo sido, no entanto, precisar se houve ou não a conclusão deste, a posteriori. O anexo VIII, entrevista 2: “consegui dentro do presídio concluir o primeiro grau e eliminar matérias do segundo grau.” Destaca-se que atualmente, esse ex-detento é funcionário de uma faculdade particular do município de Pires do Rio.

As dificuldades eram diversas, principalmente, com relação às articulações necessárias, junto ao judiciário e ao 11º Batalhão de Polícia Militar, mas o fato é que o trabalho surtiu frutos importantes. Desse grupo, foram aprovados 03 detentos no Ensino Fundamental e 01 no Ensino Médio, através de provas do Supletivo, aplicada no próprio cárcere.

A preocupação da pastoral carcerária se estendia aos familiares que também se encontravam, em sua maioria, em condições subumanas. É que, como aos presos, segregados da sociedade, não era permitido trabalhar dentro do cárcere; os familiares acabavam tendo que sobreviver do pouco que produziam e, da misericórdia e solidariedade de vizinhos. Essas reflexões conduziram a um trabalho assistencial junto à família dos presos, conforme fica claro no plano de metas para o ano de 1988, anexo III.

Com o fito de minimizar as discriminações com relação ao preso e ao egresso e o impacto desta situação em suas famílias, eram realizadas visitas semanais às famílias, por duas ou três equipes, buscando viabilizar que todas as famílias fossem visitadas ao menos uma vez mensalmente. Foi propiciado atendimento médico-odontológico e psicológico, encaminhamento para os programas sociais de alimentação, doação de cestas, colocação de membros da

família no mercado formal de trabalho e retorno à escola formal, já que é grande a evasão escolar nestas famílias.

Nas ações pastorais, foi detectado que os encarcerados se mantinham-se ociosos não tendo como manter à suas expensas, nem colaborar positivamente no orçamento familiar. Desta forma, a Pastoral procurou, mesmo que fosse uma alternativa imediata e sem futuro propulsor, disseminar os trabalhos manuais onde era cedida toda matéria-prima, orientações técnicas na confecção das manufaturas e escoamento da produção, com o retorno econômico integral para o preso.

No ano de 2002, através de projeto da Pastoral Carcerária de Pires do Rio foi doada pela Vice-província do Santíssimo Nome de Jesus do Brasil, uma verba que permitiu uma nova reforma na área aberta do presídio, visando facilitar mais ainda o banho de sol, o trabalho manual com os presos e momentos de lazer.



Figura 17: Celebração de comemoração da reforma do pátio local, com participação das famílias dos encarcerados.

3.3.1.3.2 Assistência aos egressos

A preocupação com os egressos iniciava dentro do cárcere com a integração social, com as celebrações onde toda família participava, com a preocupação com seus estudos, com a inserção no mercado de trabalho formal

ou não, com a elevação da auto-estima, ou seja, com a preparação para que este, após a fase de segregação enfrente com firmeza os novos desafios.

Ao constatar que uma das famílias residia em baixo de uma lona, no bairro St^a Cecília, onde lá permanecia a esposa, o egresso e três filhos menores de 05 anos, a Pastoral Carcerária articulou diversos órgãos. O Consórcio Rodoviário Intermunicipal S.A. (CRISA) colaborou na mão-de-obra, a Prefeitura Municipal com cimentos, doação de particulares de tijolos, telhas, madeiras, vaso sanitário e diversos dias de mutirões, possibilitando a construção de uma residência com 04 cômodos.

Consciente de que a assistência pura e simplesmente não resolveria o problema, foi conseguido ao egresso supracitado um trabalho, o qual foi contratado como mecânico junto ao CRISA, propiciando ao mesmo e à sua família uma melhora na autoestima. Por diversos meses foi acompanhado sem que houvesse reincidência do mesmo.

Em contraposição, também a um outro egresso acompanhado pela Pastoral, foi oferecido inserção no mercado de trabalho através de contratação para prestação de serviços na Prefeitura Municipal de Pires do Rio. Mas neste caso, o trabalho foi recusado pelo mesmo.

Essa recusa foi objeto de reflexão na Pastoral Carcerária por algum tempo, acrescida a outras meditações futuras originaram a proposta da construção de um local de assistência à criança e ao adolescente, procurando oferecer condições mais dignas de vida e enfrentamento do futuro. Esse jovem que recusou o emprego era um usuário de drogas pesadas e recusava-se a se afastar das mesmas. Diversas vezes estive em reuniões da Pastoral Carcerária, até mesmo

nas reuniões reflexivas, fora do cárcere, mas encontrava dificuldades de inserção social.

Foram feitos diversos encaminhamentos de egressos para as clínicas especializadas em dependência, tendo em vista que, muitos destes solicitavam ajuda, pois na rua enfrentariam novamente o problema novamente do contato com as drogas de forma mais fácil.

3.3.1.3.3 Assistência religiosa

Semanalmente ocorriam – atualmente ocorrem também - visitas aos presos, com o objetivo de levar-lhes a Palavra, a leitura e a reflexão. Contudo, essas visitas não ficam somente ligadas à questão religiosa, mas se estendem as avaliações dos presos sobre sua situação de preso, suas necessidades materiais, sociais e psicológicas e, ainda, à observação das condições de saúde no sentido de prevenção, cura e levantamento das prioridades. Nestes momentos, são oferecidos também lanches aos mesmos, visando diversificar a alimentação do preso com apoio e doação de supermercados e panificadoras, que foram sensibilizados pela Pastoral Carcerária.

Aos policiais militares também era oferecida uma assistência religiosa, visando humanizar as relações no interior dos presídios, bem como, no trato com a população civil, visto que, existiam vários relatos de maus tratos aos presos, abuso de autoridade. A própria Pastoral acompanhou um momento de rebelião dos presos no dia 27 julho de 1997, relatado no item anterior. Cita-se, como exemplo de assistência aos policiais, a missa realizada no 11º Batalhão de Polícia Militar para a comemoração do dia do soldado.



Figura 18: Pastoral Carcerária em missa celebrada no 11º Batalhão de Polícia Militar

Aulas de catequese eram oferecidas duas vezes por semana aos presos que demonstravam interesse. Esse trabalho culminou em batizados e crismas e ainda permitiu mensurar a interação entre os detentos e membros da Pastoral Carcerária já que, os próprios leigos da pastoral foram convidados para padrinhos e madrinhas. Missas e Celebrações da Palavra eram alternadas quinzenalmente no presídio com a participação dos familiares, juiz de direito, delegado, assistente social, advogados, membros do AA (alcoólicos anônimos), ministros da eucaristia, da palavra e da leitura. Como exemplo, a missa de confraternização do ano de 1998.

A assistência religiosa tanto nos presídios como no 11º Batalhão de Polícia Militar conseguia tornar as relações mais humanas, entre estes, mesmo porque seja preso, ou seja, o cuidador do preso, todos estão vivenciando a mesma realidade brasileira, porém com uma ótica um pouco divergente. Em todos estes casos, a prática das missas e dos cultos, permite que sejam tomados de emoção, de desejo de maior participação, atuantes nas leituras sagradas, no ofertório e na organização das celebrações.

Também estas atividades religiosas permitiram uma integração maior entre a sociedade e a comunidade prisional, desmistificando o estigma sobre o cárcere

e o encarcerado, e criando maiores opções de trabalho e reinserção do egresso da prisão no cotidiano da vida diária, com maior oportunidade de trabalho para estes e os familiares.

3.3.1.3.4 Assistência judiciária e conquistas

Ainda durante este período a pastoral carcerária através da assessoria jurídica acompanhou 100% dos processos judiciais. Para os presos que não detinham recursos econômicos foi providenciado acompanhamento do processo até a última instância, bem como assistência judiciária, solicitação de progressão de regimes, benefícios como “indulto de Natal”, de “habeas corpus”, bem como a própria defesa do réu preso, do réu em regime liberdade assistida ou condicional e, ainda, nos casos de penas alternativas, como fica claro no anexo VIII, entrevista 1.

O desempenho de um trabalho intensivo junto aos encarcerados e suas famílias, sensibilizou as autoridades para a viabilização das penas alternativas, de restrição de direitos e prestação de serviços à comunidade. Como resultante desta articulação, aumentou-se o número de casos de penas de prestação de serviços à comunidade em detrimento das penas restritivas de liberdade.

Em 27 de julho de 1997, a então promotora de justiça, Dra. Miriam Belle, autorizou uma revista nas celas. Em função da revista e do fato de esta ter sido acrescida de maus tratos e abuso de autoridade praticada pelos policiais militares designados para tal, desencadeou-se uma rebelião, com queima de colchões e quebra-quebra, com vários presos machucados. Havia um clima ostensivo entre policiais e presos.

Neste momento, a Pastoral exigiu ao 11º Batalhão de Polícia Militar e acompanhou a instauração de inquérito policial, garantido os depoimentos dos detentos e sua fiel tomada a termo, visando o levantamento dos culpados que resultou em punição destes e não houve relatos posteriores de excessos no tratamento com o apenado. A Pastoral Carcerária neste conflito interveio, auxiliando no restabelecimento da ordem local e assegurando que os direitos dos presos fossem resguardados e garantir integridade física e psicológica dos mesmos, para tal, realizava visita em horários diversos, principalmente, no período noturno.

Após um trabalho de sensibilização do Executivo e do Legislativo Municipal, foi garantida a aprovação da Lei Municipal n. 2.528, 20 de março de 1998 que autorizou a contratação de pessoal sob custódia penal para prestar serviços em obras públicas municipais, tendo como pré-requisitos a participação em celebrações de cunho religioso, independente de qualquer denominação religiosa.

Nesta ótica de que a prisão segrega e dificulta a reabilitação do infrator, a Pastoral Carcerária conseguiu que fosse implantado um trabalho de Penas Alternativas, desenvolvido pela Agência Prisional de Goiás nos anos de 2000 a 2003, com os seguintes técnicos: 01 advogado, 01 assistente social e 01 psicólogo que acompanham o apenado desde o seu encaminhamento até o cumprimento total da pena, com relatórios mensais ao juiz de direito da comarca. O projeto em Pires do Rio teve interrupção porque a Agência Prisional priorizou as cidades de maior porte, visto que, a incidência de crimes acontece em maior número.

Desta parceria com o Judiciário, um dos apenados com penas alternativas e alcoólatra, tornou-se, juntamente com sua esposa, Encontrista. Eles efetivamente dedicavam às atividades da Pastoral Carcerária, o que foi determinante tanto para a recuperação da alta auto-estima deste apenado, como para a reconciliação do casal.

Ao detectar que havia crianças e adolescentes dentro do presídio, sem instalações adequadas para acolhê-los, sem qualquer acompanhamento técnico, seja de um assistente social ou de um psicólogo, e, ainda, convivendo na mesma cela com outros criminosos, desencadeou-se uma série de reflexões.

A primeira constatação foi a de que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente não tinha suporte para desempenhar suas ações, visto que estas dependem também de apoio do Executivo que, por sua vez não tinha - como ainda não tem - autonomia financeira.

Inexistia o Conselho Tutelar, previsto na Lei 8.069, título V, arts.131 a 140, desde julho de 1990. Na verdade, havia voluntários, só que estes não atendiam efetivamente às necessidades vivenciadas. Com a pretensão de resolver a questão e fazer valer o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei supracitada, no art. 132 e 134, no qual os membros são no mínimo em número de 05, escolhidos pela comunidade local e com remuneração pelas atividades desenvolvidas, podendo ser reconduzido por eleição novamente por mais um mandato, a Pastoral Carcerária desencadeou um movimento na comunidade, iniciando-o por uma reunião no dia 25 de março de 1997.

Foram convidados e participaram da reunião o Chefe do Poder Executivo, o Comandante do 11º Batalhão de Polícia Militar, representantes do Legislativo, o

Juiz da Comarca, o Delegado de Polícia, o Presidente do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, os membros voluntários integrantes do que denominava “Conselho Tutelar” e a sociedade civil. A pauta da reunião que discutiu a criança e o adolescente infrator, as péssimas condições de aplicabilidade das medidas sócio-educativas e acompanhamento do Conselho Tutelar desencadeou em novas reuniões como as dos dias 07 e 21 de maio de 1997.

O primeiro resultado foi a publicação de um novo edital para as eleições de Conselheiros Tutelares, com membros remunerados, com ampla divulgação em todos os meios de comunicação local. A Pastoral Carcerária e as diversas Igrejas evangélicas se mobilizaram na divulgação desta eleição, na organização do evento, levando, posteriormente, às urnas quase 4.000 eleitores (ressalta-se que essa votação não é obrigatória). Dos 05 eleitos conselheiros, 03 são membros atuantes da Pastoral Carcerária, e assumiram o caso no dia 06 de julho de 1997.

Esse foi o primeiro passo para o funcionamento do Conselho Tutelar que, atualmente, conta com local de funcionamento, com carro próprio, combustível, manutenção de veículo, computador, sendo as eleições para a composição deste, realizadas periodicamente, seguindo o preconizado no Estatuto da Criança e do Adolescente. Os conselheiros são, agora, capacitados com orientação do Ministério Público, num processo de espaço de trabalho mais dinâmico e ampliado, no qual houve melhoras para toda a comunidade piresina. Atualmente, toda criança e adolescente que, por ventura, cometa algum delito é acompanhado pelo Conselho Tutelar, com orientações às famílias, inclusive com plantões 24 horas (constatado em visita ao Conselho Tutelar).

Foi proposta também a reformulação do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente. Após eleições, assumiu um novo membro participante da Pastoral Carcerária que estabeleceu o novo Plano Municipal da Criança e do Adolescente e a criação do Fundo Municipal de Saúde que, atualmente, está atrelado a Secretaria de Ação Social do Município.

Desta reunião surgiram algumas resoluções imediatas tomadas através de propostas práticas como, por exemplo, um local no mesmo presídio para que os adolescentes pudessem cumprir a medida sócio-educativa. E, como projeto a um decurso de tempo médio, foi proposta a criação de uma Casa da Criança e do Adolescente. Tendo este tido o apoio de todos os presentes na reunião.

Visando concretizar a proposta supracitada, foram realizadas diversas reuniões, incluindo um encontro com o então Presidente do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, Dr. Joel Santana, que esclareceu que as medidas sócio-educativas, restritas de liberdade, eram de responsabilidade do Estado e deveriam ser cumpridas sob sua custódia, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente. Dessa forma, inviabilizou-se a proposta inicial. Mas foi, ao menos, uma denúncia dos acontecimentos e de todas as limitações que se encontravam na cidade de Pires do Rio para a efetivação das políticas públicas com relação à criança e ao adolescente.

Essas discussões com a comunidade foram frutíferas, pois conduziram a uma nova reflexão mais profunda sobre o cárcere e a necessidade de uma ação extensiva, voltada também para a prevenção de todas as formas de violência, bem como, para a promoção da criança e do adolescente de Pires do Rio.

Por vezes, os dados observados exclusivamente por estatísticas não elucidam as exatas causas do problema. Um réu, por exemplo, é acusado de crime de lesão corporal, mas quando é averiguado mais profundamente, percebe-se que esse ato foi cometido por rixas por espaço no tráfico ou por estar o acusado fazendo uso de algum tipo de droga. Por isto, foi imprescindível uma pesquisa informal com os presos, na qual se evidenciou que 99% de reincidências estavam voltadas para o tráfico ou consumo de drogas, mesmo que de forma indireta. Um dado obtido é que dos detentos de 1997 a 2003, somente 01 está atualmente preso, por homicídio. Desta forma, o que se percebe é que o nível de reincidências foi minimizado significativamente e que estas reincidências que ocorriam com uma freqüência de quase 90% caíram drasticamente, com a ação da Pastoral.

Outro aspecto observado é que os detentos em sua maioria, provinham de lares desestruturados, sem referências familiares profundas, com experiências desagradáveis na infância, e destituído de acesso à escola e qualificação profissional. Após essas reflexões e, frustrada a proposta inicial da Casa da Criança e do Adolescente, foi proposta a criação de uma Organização Não Governamental que pudesse atuar junto a crianças e adolescente levando-lhes condições mais dignas de vida e crescimento, nos diversos aspectos: biológico, psicológico, educacional, social. Que pudesse, enfim, oferecer-lhes condições de vida mais saudáveis do que aquelas que tinham até então. Assim, surgiu a Associação Sagrado Coração de Jesus que será abordada no item 3.3.1.5, como um desdobramento das ações da Pastoral Carcerária.

3.3.1.4 Fatores limitadores das ações da Pastoral Carcerária

Os obstáculos não são fatores que impedem a ação, mas são limitadores, dificultando a obtenção do resultado pretendido em sua íntegra. Contudo, esses mesmos obstáculos são, por vezes, molas propulsoras, exigindo esforços individuais e coletivos para sua superação. Diversas vezes foi possível a superação de tais obstáculos, já, outras vezes eles efetivamente limitaram e reduziram o trabalho.

Um dos fatores mais difíceis de superação é a ótica hegemônica do preso e do cárcere na cultura brasileira que discrimina o preso, sua família e até os membros da pastoral carcerária que se sentiam discriminados com relação às demais pastorais, portanto, existe um verdadeiro tabu com relação ao crime, ao preso, ao cárcere e aos membros da pastoral carcerária:

Um tabu só pode existir no seio de uma sociedade cujos membros ainda não têm consciência de sua individualidade. Vivem submetidos à lei do grupo por sua premente necessidade de solidariedade, que se exprime por meio da obediência a leis talvez arbitrárias, mas que asseguram ao grupo a indispensável coesão (LAGENEST, 1976, p. 51).

Desta forma, a ação do agente pastoral carcerário exige uma postura mais crítica frente aos problemas socioeconômicos, desmistificando a visão repassada pela mídia. As ações de debates produzidas pela Pastoral Carcerária no meio social, nas instituições parceiras, buscavam uma formação de consciência crítica sobre o tema da criminalidade, sobre o papel das Igrejas nos cárceres e embasamento teórico na área de penal e processual: "o indivíduo que contesta um tabu se apresenta como alguém que, realmente, questiona a ordem estabelecida e é, assim, um autêntico revolucionário"(LAGENEST, 1976, p.52).

Conflitos pessoais, principalmente no que concerne a compreensão do mero assistencialismo e de ações que podem transformar o meio foram causas

de afastamento. Visando chegar a um consenso entre o grupo, diversas reuniões, debates, leituras e orientações pessoais foram realizadas.

Outro fator limitante neste processo diz respeito à recuperação do preso uma vez que esta está ligada à sua própria situação de exclusão pessoal e de seus familiares. Concorrem para esta situação: as limitações quanto ao acesso na escola; a dificuldade de inserção num mercado de trabalho seletivo, concorrente e excludente; as péssimas estruturas físicas; a falta de recursos humanos e técnicos capacitados para compreender a problemática e a valorização da segregação do apenado, visando a manutenção da ordem estabelecida, sem questionamentos. Essas premissas não permitem que o trabalho pastoral fique adstrito ao encarcerado, mas que se projete em diversas ações fora do cárcere com os órgãos competentes e envolvidos e com a sociedade civil, de modo a evitar que essas ações tornem-se meramente assistencialistas e não resolutivas.

Conflitos de postura dentro do próprio clero da Igreja, culminando na transferência do assistente para outra ordem, em dezembro de 2000 causaram, igualmente, uma desaceleração nos trabalhos, pois este exige um líder com ideal, com afinidade, desprendimento e sensibilidade à problemática dos presidiários.

O fator limitante das pastorais é que elas estão de alguma forma, ligadas à Igreja. Portanto, o grupo está unido não em torno de um objetivo específico (no caso, do preso), mas em torno de um objetivo religioso que conduziu a uma outra ação específica (Deus quer que seja bondoso com o preso). Dependendo da visão e da opção do líder religioso ele vai priorizar, ou não, aquela pastoral que,

conseqüentemente, terá, ou não, êxito. Foi o que ocorreu com a Pastoral Carcerária de Pires do Rio.

Desde 2003, a Pastoral Carcerária de Pires do Rio, conta apenas com 10 membros, com visitas semanais, leituras do Evangelho e, Celebrações da Palavra ou Missas, já que não tem apoio efetivo do clero que atua na Paróquia Sagrado Coração de Jesus. Alguns processos ainda são acompanhados, mas sem assistência jurídica gratuita, providenciada pela própria pastoral. Ainda assim, permanece acesa a chama que fumeja, não com o vigor e força anterior, mas pronta para que seja acesa, desde que haja determinação dos líderes.

O grande desdobramento da Pastoral Carcerária foi a criação da Associação Sagrado Coração de Jesus que nasceu tendo em vista o alto índice de criminalidade vinculada ao uso e tráfico de drogas e à proposta de trabalhar também na prevenção da criminalidade.

3.3.1.5 Associação Sagrado Coração de Jesus

Findando o ano de 1997, após diversos encaminhamentos de dependentes químicos às clínicas e fazendas de recuperação, envolvidos com delitos e crimes e o acompanhamento das reincidências, foi percebida a necessidade de uma instituição que buscasse realizar a prevenção:

Se consideramos o aumento assustador do número de usuários de drogas; a diminuição crescente do limite de idade com que as pessoas se iniciam em seu uso; o número de mortes, acidentes e crimes em geral, causados direta ou indiretamente pelo consumo de drogas; a soma de sofrimentos que o drogado inflige a si mesmo e a todos que lhe são próximos; as dificuldades encontradas na recuperação dos farmacodependentes podemos avaliar facilmente a importância da ação preventiva.(SERRAT, 1996, p.169).

Naquele ano, na cidade de Pires do Rio, existia somente uma instituição que visava trabalhar com a criança e o adolescente. Denominada “APAI” (Associação de Proteção a Adolescência e a Infância), ela atendia somente crianças do sexo feminino. As crianças do sexo masculino de menor poder aquisitivo, ficavam a mercê da exploração do trabalho pelos pais ou vagando pelas ruas. Na época ainda não existia o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), implantado posteriormente.

Dessa forma, percebeu-se a possibilidade de criar uma instituição, com autonomia, participação de toda comunidade, de cunho ecumênico, porém com o direcionamento de ações voltadas para a ética e a espiritualidade, com atividades preventivas. O público a ser atendido era composto de crianças e adolescentes com maior exposição, visto a falta de oportunidades, de ocupação, de lazer, de formação profissional, espiritual e psicológica. Dessa forma, foi proposta a criação de uma associação, a qual foi denominada de Associação Sagrado Coração de Jesus (estatuto, anexo VI).

As lacunas deixadas pelo Estado em suas atribuições tem sido muitas vezes sanadas pelas Organizações Não Governamentais (ONGs), em forma de parceiras.

O objetivo desta associação é o de articular junto à sociedade piresina, aos órgãos federais, estaduais e municipais, sociedades não governamentais e clubes de serviços, meios de viabilizar um caminho possível, mais humano e mais digno para as crianças e adolescentes de Pires do Rio, principalmente, àquelas destituídas de qualquer acesso aos bens e serviços.

Visando concretizar o referido projeto, articularam-se diversas forças organizadas da comunidade piresina, como os clubes de serviços, Igrejas diversas, maçonarias e os três poderes, também o batalhão de polícia militar foi possível aglutinar forças políticas e sociais visando à construção de um Centro de Promoção Humana (CEPROH).

A lei de Organização de Assistência Social (LOAS) estabelece que, na organização dos serviços assistenciais, deve ser priorizado a criança e o adolescente em situação de risco pessoal e social, objetivando cumprir o disposto no art. 227, da CF de 1988 e no ECA , lei nº. 8069, de 13 de julho de 1990.

Após a constituição legal da Associação e elaboração de seu Estatuto, constituindo a primeira diretoria, o desafio foi conseguir um terreno para a construção da sede da Associação e do CEPROH, onde as atividades de apoio à criança e ao adolescente serão desenvolvidas.

Após reuniões com vereadores e prefeito, conseguiu-se um terreno para a construção desta no Conjunto Habitacional Dr. Nadim Saud. A conquista do terreno era de tal forma premente que a mobilização da comunidade propiciou, em 24 horas, realização de sessão da câmara com doação de terreno para a ASCJ.

Em seguida foi realizado o lançamento da pedra fundamental do prédio onde iria funcionar o Centro de Promoção Humana, com a participação de toda comunidade piresina, com apoio das entidades religiosas, dos clubes de serviços, das maçonarias e já, com parceiros como a Fundação Banco do Brasil.



Figuras 19 e 20: Apresenta o lançamento da pedra fundamental, com a participação do então Bispo de Ipameri, Dom Geraldo Espírito Santo e da Fundação Banco do Brasil e da comunidade de Pires do Rio que contou, inclusive, com diversos representantes de entidades religiosas.

Visando conseguir verbas para a construção do prédio, foram realizadas diversas reuniões e visitas em órgãos oficiais, em Brasília, Goiânia e nas cidades vizinhas. Um convênio com a Fundação Banco do Brasil possibilitou o início da construção de uma área de 771m². Já o término da construção foi possível graças a um convênio com a Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás (SEPLAN).



Fotos 21 e 22: Início da construção do prédio do CEPROH.



Figura 23: Comandante do 11º Batalhão de Polícia Militar, Juiz de Direito da Comarca de Pires do Rio, Presidente da ASCJ e o Vice-província da Vice-província Santíssimo Nome de Jesus do Brasil

A comunidade piresina também ajudou a angariar recursos econômicos através de: doações individuais; da promoção de vários eventos como bingos, leilões de gado doado pelos fazendeiros da região e organização de todo evento; pagamento de carnês e a realização de um baile denominado de “Baile da Fraternidade”. As multas pecuniárias foram revestidas à Associação Sagrado Coração de Jesus pelo Judiciário. Os clubes de serviços como o Lions Clube, o Rotary Clube, as Maçonarias, e o Batalhão de Polícia Militar fizeram doações, participando também do processo da construção do referido prédio.



Figura 24: Baile da Fraternidade



Figura 25: Leilão de gado, no parque agropecuário

No final do ano de 2002 foram concluídas as obras do prédio do CEPROH, e adquiridos os móveis por meio de um convênio com a Fundação Internacional de Lions. Já o início das atividades com as crianças e adolescentes se deu em março de 2003, atendendo, então, 100 crianças e adolescentes.



Figura 26: Vista lateral do prédio do CEPROH



Figura 27: vista frontal do prédio do CEPROH com os alunos atendidos

O momento da construção e de equipamento do Centro Comunitário de Promoção Humana completou-se com um convênio com a Secretaria Estadual de Saúde que possibilitou a compra de um gabinete odontológico para o atendimento de crianças e adolescentes que freqüentam o referido programa, bem como de moradores dos bairros vizinhos que são extremamente desassistidos.



Figura 28: vista do complexo do prédio do CEPROH

3.3.1.5.1 Proposta de atuação do Centro de Promoção Humana (CEPROH)

A proposta de atuação do CEPROH está voltada para a conjugação de esforços visando melhorar a situação de vida de crianças e adolescentes em condições de risco pessoal e social. Neste sentido tanto as crianças e adolescentes como os seus familiares devem ser acompanhadas e afastadas das situações que as colocam neste patamar de risco.

O CEPROH se propõe a desenvolver programas-projetos de âmbito comunitário, visando o fortalecimento do núcleo familiar e a intensificação terapêutica e preventiva de todas as formas de violência, exclusão, de forma ecumênica, com a participação de toda comunidade organizada, ou não.

Priorizar o ensino fundamental com incentivos à matrícula no ensino oficial e com reforço escolar. Oferecer serviço especial de prevenção e atendimento médico, odontológico e psíquico-social a todos os assistidos.

A metodologia utilizada para resgatar e promover a cidadania, a auto-estima das crianças e adolescentes em situação de risco, bem como de toda sua família, será o atendimento às necessidades físicas, psíquico-sociais.

Uma das primeiras preocupações deu-se com a alimentação destas crianças e adolescentes, que muitas vezes nas suas residências, não dispõem dessa para suprir as necessidades básicas da idade. Dessa forma, buscou-se convênio com a Secretaria de Cidadania do Estado para conseguir o pão e o leite diariamente, e ainda doações de empresas e doações de particulares visando diversificar o cardápio oferecido duas vezes ao dia, por turno.

O cardápio a ser servido foi acompanhado por uma nutricionista, por dois anos, ao realizar uma prestação de pena alternativa no CEPROH. Desta forma, observou-se também o crescimento pessoal, o envolvimento e a solidariedade dos próprios apenados, ou ex-presidiários para com seus colegas que ainda se encontram encarcerados.



Figura 29: Cozinha do CEPROH



Figura 30: Refeitório do CEPROH

Na perspectiva do sistema educacional brasileiro, exige-se a matrícula no ensino regular oferecendo, em contrapartida, no mínimo, duas horas diárias destinadas ao reforço escolar. Também ligada à formação foi oferecido aulas de computação a todos os integrantes do projeto, de forma a ofertar condições de aquisição de conhecimentos na área de informática, inclusive com acesso a internet.



Figura 31: oficina de computação do CEPROH

Os cronogramas de atividades priorizavam o reforço escolar, com até uma pequena biblioteca e sala própria disponíveis, porém as atividades culturais também foram valorizadas através de aulas de dança, taekwondo, futebol de salão e comemorações culturais, como festas juninas, natal, dia dos pais e das mães. E até, com atividades de integração, como a “noite do pijama”, onde todos os assistidos, com permissão dos pais, passavam o dia em atividades de

palestras, atividades lúdicas e a noite, dormiam todos no prédio do CEPROH. As atividades também possibilitavam trabalhar a questão da expressão corporal, apresentações de danças, teatros, que divertiam e contribuíam para o crescimento do assistido.



Figura 32: oficina de trabalhos manuais



Figura 33: oficina de trabalhos em gesso

Essas atividades proporcionam ao ser humano uma sensação de sentir-se integrante e importante para um determinado grupo; de sentir aceito e inserido no grupo, mesmo diante dos conflitos. Nestes momentos, percebia-se a interação entre todos. O teatro por diversas vezes é incentivado, com apresentações em outros locais, abordando assuntos pertinentes ao dia a dia destes.



Figura 34: comemoração da Festa de São João



Figura 35: participação no desfile de aniversário da cidade de Pires do Rio, ano 2003.

Outras atividades ocupacionais foram desenvolvidas como o trabalho em gesso, onde os jovens podiam expressar sua arte, bordados diversos, tapeçarias,

trabalhos em jornais e revistas. Os referidos trabalhos eram expostos para a comunidade e tornavam-se lembrancinhas para os pais nos dias festivos e para os próprios assistidos.

Inseridos neste cronograma de atividades eram programadas discussões com o tema: família e fraternidade, valores atuais, valores éticos, espiritualidade, sexualidade e a questão das drogas.

O acompanhamento familiar aconteceu de forma esporádica em função da dificuldade de recursos para o pagamento de técnicos especializados para a abordagem e orientação familiar, porém foram realizadas algumas reuniões com a participação destes, bem como, visitas domiciliares, conforme: relatório do ano de 2003; relatório das atividades de 2003 e propostas para o ano de 2004, que também foram concretizadas.

Diversas experiências interessantes conduziram à reflexões dos responsáveis e dos voluntários, mas uma, de forma especial levou-os a questionar a linguagem utilizada pelos técnicos e absorção desta pelo assistido.

No ano de 2004, o coordenador da ASCJ ao realizar uma visita ao CEPROH, lembrou os assistidos que aquele local era como sua casa, lá eles eram os donos por isto tinham de cuidar bem do local. No outro dia, um dos assistidos chegou para a aula chutando as carteiras e incomodando os colegas, inclusive na hora do lanche. Inquirido individualmente por um dos técnicos, relatou o seguinte: “essa não é a minha casa? Eu não sou o dono? Então, na minha casa meu pai é o dono, chega bêbado, bate em mim, nos meus irmãos e na minha mãe, quebra cadeiras, chuta tudo, mas é porque ele é quem manda”.

Essa pequena história, que na verdade é a história de vida de quase todos os assistidos, levou-os a uma reflexão sobre a divergência dos conceitos. Motivando-os a trabalhá-los a partir da realidade de cada assistido.

O projeto em questão, com a proposta de afastar crianças e adolescentes dos riscos das ruas, da ociosidade, da falta de oportunidade, preparando-os para enfrentar a realidade do amanhã, com melhores condições físicas, psíquicas, social e intelectual para que não tenham como opção o mundo do crime e do vício, exige um alto investimento econômico.

Para que estas ações fossem possíveis, houve convenio de manutenção com a Prefeitura Municipal que cedeu: 3 professoras, 1 pedagoga, 1 merendeira, 1 serviços gerais, com 30 horas por semana. Porém o número de profissionais era insuficientes para a quantidade de trabalho a ser desenvolvido. O CEPROH contava, ainda, com 1 agente administrativo custeado pela Associação Sagrado Coração de Jesus e, por seis meses, mais 1 assistente social e 1 agente administrativo. Conforme demonstra a fotografia abaixo era grande a quantidade de crianças assistidas e, mesmo com apoio dos parceiros, havia dificuldade em concretizar o projeto pela alta demanda.



Figura 36: crianças assistidas no CEPROH e entidades que apoiavam o projeto

Outros convênios puderam ser realizados com a Cáritas Brasileira e um convênio com a Ordem do Santíssimo Nome Jesus do Brasil, especialmente os chamados Grupo dos Cem, que repassaram R\$ 10.000,00 (dez mil reais) da Campanha da Fraternidade e R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) oriundos da própria ordem, respectivamente. Por um pequeno tempo esses convênios possibilitaram o custeio de material de consumo e de serviços de prestação de terceiros.

Observa-se que conforme relatório das atividades de 2003 da ASCJ, houvera 183 inscrições, num total de 100 crianças e adolescentes atendidos e nos anos subseqüentes também era esse número de inscritos, a demanda muito maior do que a possibilidade da oferta. Dessa forma, o recurso oriundo dos convênios, era insuficiente para a manutenção do projeto.

3.3.1.5.2 Dificuldades na execução do trabalho da ASCJ

Diversos fatores foram entraves para a ação da Associação Sagrado Coração de Jesus, sendo que, um dos mais fortes foi a questão econômica. Mesmo sendo uma ONG, a Associação Sagrado Coração de Jesus encontrou muitas dificuldades no levantamento de fundos para sustentar e dinamizar o projeto CEPROH em toda a sua plenitude. Contando sempre com apoio da comunidade e com alguns projetos de pequena monta, o projeto foi concretizando o ideal proposto pela Pastoral carcerária e pela Associação.

A participação efetiva e afetiva de funcionários da prefeitura nas atividades do CEPROH e a colaboração de voluntários foram de grande importância na condução e na manutenção do projeto, ficando a desejar uma melhor assistência técnica, uma vez que os voluntários não dispunham de tempo e qualificação para

determinadas atividades, tornando-se dispendioso, sobremaneira, a contratação de um quadro técnico para preencher todas as necessidades do projeto, tais como: assistente social, psicólogo, contador, entre outros, com dedicação de tempo integral.

Como o projeto era da iniciativa privada, os órgãos públicos não apoiaram com todos os seus recursos. Contudo, apesar de o projeto ser de iniciativa privada, ele não tinha fins lucrativos, o que gerava benefício à toda a comunidade. Com a implantação, na cidade, do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), que era subsidiado com verba federal, o interesse das autoridades pelo CEPROH , pois o PETI acabou por se tornar mais atraente em função da verba federal.

O engenheiro responsável pela construção do prédio do CEPROH, por negligência ou por erro, permitiu que o telhado da referida construção cedesse, causando um prejuízo de mais R\$ 12.000,00 (doze mil reais). Existe um processo judicial para que o mesmo reembolse a instituição.

Nestas ações concretas houve divergências dentro da própria Igreja que conduziram à rupturas e no qual houve o afastamento do coordenador da Pastoral Carcerária e da Associação Sagrado Coração de Jesus: “quando a religião fechada e estática tem o apoio das forças político-econômicas, os profetas são condenados à morte, os Padres da Igreja, exilados, e os reformadores atirados à prisão”(LAGENEST, 1976, p. 40).

Afirmou-se que, o coordenador da pastoral carcerária e idealizador junto com esta pastoral da Associação Sagrado Coração de Jesus não tiveram autorização para concretizar tal trabalho, contraditoriamente, as fotos 19 (foto com

o Bispo Dom Geraldo Espírito Santo, administrador apostólico da diocese de Ipameri, a qual a Paróquia pertence) e 23 (onde o vice-provincial da ordem franciscana na época, aparece em visitas) comprovam que essa premissa, não procede e que a crise, se trata, de conflitos de posição ideológica quanto as ações sociais da Igreja.

[...] os grupos religiosos são fatalmente submetidos a tensões internas, que se manifestam através de contestações individuais ou coletivas: “puritanismos” e “ortodoxias” reagem contra o “progressismo” de todos os matizes, tanto no plano doutrinal como no da expressão cultural ou da estrutura social [...] Essas tensões internas se acentuam ainda mais quando personalidades fortes, na ânsia de sua busca mística de união com as potências invisíveis que reverenciam, e no afã de aplacar as “íras” e despojar as “vontades” dessas potências, enfrentam, com violência, as injustiças sociais de sua época (LAGENEST, 1976, p. 39-40).

Dom Guilherme Antonio Werlang manifesta sua posição também na proposta de convênio com a Cáritas do Brasil. Fica evidente um conflito por questões pessoais, bem como, por fruto de ciúmes gerados dentro da própria Igreja e por opções ideológicas. Também na foto que se segue, observa-se que o atual bispo da diocese de Ipameri, apóia estas iniciativas, pois no momento desta foto, manifestava seu inteiro apoio à iniciativa.



Foto 37: Visita da Comissão da ASCJ ao bispo de Ipameri.

Presidente da Associação Sagrado Coração de Jesus (2000 a 2004), Dom Guilherme Ávila, Bispo de Ipameri; Ercy Rocha Saud, secretária da ASCJ e o então Juiz da Comarca de Pires do Rio, Dr. Antonio Fernandes.

Contraditoriamente, em dezembro de 2006, quando a comunidade de Pires do Rio não consegue manter o projeto do Centro de Promoção Humana, a antiga Vice-província e a atual Província do Santíssimo Nome de Jesus do Brasil, que

tenham se manifestado contrárias ao trabalho, concordam em receber o prédio, cede do CEPROH, com todas as instalações, para manter um novo projeto denominado Projeto Vida que mantém as mesmas características daquele.

Essas cisões e brigas internas da Igreja Católica, assim como em todas as igrejas, são próprias do ser humano, seja por suas vaidades pessoais e humanas ou em função de uma visão reducionista de parte do clero. Quando as instituições são independentes podem superar os limites territoriais, sociais, culturais, religiosos e aglutinar as contribuições advindas da sociedade, de forma includente. Essa é a forma mais contundente e eficaz de exceder os limites, pois são representantes da comunidade em geral. Entretanto, essa consciência deve ser aflorada para que este seja o alvo da luta.

É dentro desta ótica que foi constituída a Associação Sagrado Coração de Jesus. Porém com o afastamento do coordenador, a paróquia se omitiu em dar apoio ao projeto, pois o presidente que atuava já há quatro anos, não dispunha de tempo para assumir os compromissos. Ainda assim as atividades continuaram sendo desenvolvidas, porém com a dificuldade com convênios, ficaram escassos os recursos econômicos visando a contratação de técnicos e efetivamente realizar ações de mudanças.

A comunidade apesar de sensibilizada não conseguiu se organizar, instrumentalizar. Dessa forma, para que o Centro de Promoção Humana não perdesse o seu objetivo, antes que as atividades se resumissem em apenas acolhimento de crianças e adolescentes, sem atividades que pudessem auxiliar efetivamente no crescimento desses jovens, foi doado o prédio para implantação do Projeto Vida, que é um projeto similar, que seria implantado em Pires do Rio,

pela supracitada ordem, e que detém recursos econômicos para concretizar o trabalho de forma mais resolutiva.

Esta ação prova que a Pastoral Carcerária ao propor a criação de uma instituição que pudesse dar apoio à criança e ao adolescente estava no caminho correto, não importando a quem caberá o comando, mas sim, que sejam atividades participativas, com apoio da comunidade e que consigam valorizar o ser humano nos seus princípios e valores, de forma ecumênica e participativa.

CONCLUSÃO

Abordar o tema dos encarcerados e a atuação da Pastoral Carcerária é, sem sombras de dúvidas, um desafio de alta complexidade, pois a questão envolve diversas nuances. Num primeiro momento, a concepção e a ótica da sociedade sobre a prisão e o prisioneiro é discriminatória e imbuída de preconceitos, rotulando-os negativamente e segregando-os.

Essa concepção hegemônica, predominante em nossa sociedade, não é meramente ingênua ou inseqüente, mas é fruto de uma ideologia que se pretende mantenedora da ordem pré-estabelecida, sem repensar a estrutura social. Desta forma, o autor de comportamentos, não condicionados ou tidos como “anormais” pela sociedade, é considerado como uma “anomia”, como indesejado, sendo necessária a segregação e a readaptação dos mesmos aos padrões pré-estabelecidos. Este entendimento arraigado na cultura brasileira é um dos grandes obstáculos para um avanço nas respostas às verdadeiras causas desta situação analisada.

Partindo desta análise, o fenômeno religioso e a própria religião têm contribuições importantes para a legitimação do sistema (BERGER, 2004, p.52) ou para sua transformação (LEMOS, 2004, p.135-136), pois o mesmo está presente em todas as civilizações, das mais primitivas às atuais:

Podereis encontrar uma cidade sem muralhas, sem edifícios, sem ginásios, sem leis, sem uso de moedas como dinheiro, sem cultura das letras. Mas um povo sem Deus, sem oração, sem juramentos, sem ritos religiosos, sem sacrifícios tal nunca se viu (WILGES apud PLUTARCO, 1995, p.9)

Nas culturas modernas¹¹ e pós-modernas¹², diversos autores sugeriram a secularização da religião, ou seja, Deus seria substituído pela tecnologia e pela ciência, no entanto, o que se percebe é o crescimento das religiões e do espírito religioso entre todas as sociedades (WILGES, 1995, p.10)

Mesmo nos locais mais profanos, como o cárcere, o sentimento quanto ao sagrado está presente. Isto foi observado nos rituais religiosos. Observava-se o respeito dos presos nos e pelos momentos de celebração, quando estes tomavam banho, se perfumavam, vestiam as melhores roupas para freqüentar o momento do culto religioso.

No encontro com o sagrado, todos passam a ter o mesmo patamar. A não ser o clero, os pastores e os dirigentes; os demais participantes do rito encontram-se de forma igual. É um momento em que eles se sentem participantes, inclusos na comunidade e até detentores dos mesmos direitos dos bens espirituais.

Também fica visível esta religiosidade nas tatuagens. Estas são símbolos como nos fenômenos religiosos, pois têm significados importantes no imaginário dos presos, e são identificadas e interpretadas pela própria comunidade prisional, muitas vezes como um código entre seus participantes. Destaca-se que, nestes

¹¹ “um nome pra conotá-lo: Kant. É a representação ideal do indivíduo portador de uma razão única, de uma decisão soberana, que se exerce nos quadros de uma lógica universal. A consciência transcendental – no sentido precisamente ‘moderno’”(SANCHIS, 1999, p.104).

¹² uma construção eclética mais ainda do que um verdadeiro sincretismo, que recorta os universos simbólicos – o do seu grupo e os alheios todos igualmente ‘virtuais’ – e multiplica as ‘cologens’, ao sabor de uma criatividade idiossincrática (‘idiossincrática...), radicalmente individual, mesmo se articula em tribos de livre escolha...” (SANCHIS, 1999, p.104-105).

tipos de símbolos, aparecem também as imagens consideradas sacras, como o de N. S. da Aparecida. Tatuada nos presos, podem ter dois significados diferentes e contraditórios, um sagrado e o outro profano:

no peito ou nas costas em tamanho pequeno, significa símbolo de proteção e esperança dos presos. Tatuada em tamanho grande, acima da metade e bem ao centro das costas identifica preso que foi violentado durante o cárcere, e ao mesmo tempo marca um estuprador (OLIVEIRA apud SILVA, 2001, <http://www.fflch.usp.br/dl/semiotica/ES1R.%20T.%20OLIVEIRA.pdf>.)

A partir desta constatação, percebe-se que o fenômeno religioso tem diversos crivos e interpretações em todas as situações vivenciadas pelo ser humano, inclusive dentro do cárcere.

Como analisado anteriormente, no cárcere, os prisioneiros (pobres, negros, analfabetos) são duplamente discriminados: inicialmente quando são destituídos do acesso a qualquer bem relativo a serviços de saúde, educação e relativos à cidadania. Posteriormente, quando presos, perdem toda a cidadania, o direito de votar, a dignidade e a auto-estima, ficando sem qualquer direito de se manifestarem.

Os presos sujeitos as péssimas condições das prisões, destituídos dos seus direitos garantidos, amontoados em pequenas celas, somente são ouvidos nos momentos de motins e rebelião, mas suas vozes soam como a de “revoltados”, “desordeiros”, sendo reprimidos e castigados para que a “ordem” seja restabelecida. Portanto, ser a voz destes, nos órgãos governamentais, nos diversos poderes, em defesa dos mesmos é ter atitude profética, denunciando as mazelas em defesa do oprimido-excluído.

Apesar dos entraves de recursos físicos, financeiros, políticos, ideológicos, das limitações próprias do ser humano, inclusive limitações culturais, percebe-se

que a luta em prol de uma sociedade mais justa, mais digna, com menor exclusão é um dever de cada um dos integrantes desta sociedade onde todos são responsáveis, com ação ou omissão.

A graça e a salvação não caem como um raio do céu. Passam pelos caminhos dos homens. Cada pessoa vive dentro de um meio vital, cultural e histórico. Participa de um destino coletivo. Compartilha das chances e das realizações próprias da comunidade na qual está inserido. Seu caminho pessoal com toda arquetípica, psicológica, familiar, educacional que o caracteriza, os companheiros de vida, de trabalho, de profissão, etc. são todos veículos de sacramentos comunicadores da graça ou da desgraça. A cultura que respira a tradição de valores de seu povo, seus pensadores, os poetas, os humanitários, os religiosos, a forma concreta de sua religião: tudo isso compõe a forma concreta pela qual se historiza a graça divina, na qual o homem cresce, é levado a responder, a se decidir, a se abrir ao mistério de si mesmo, dos outros e de Deus (BOFF, 1997, p.146).

A importância da Pastoral Carcerária está relatada em diversos momentos. Destaca-se, no entanto, as entrevistas de dois ex-detentos acompanhados pela Pastoral Carcerária, ambos apenados por crimes considerados hediondos e que demonstram (anexo VIII, entrevistas 2 e 6) o quanto conseguiram compreenderem-se a si mesmos e superar as limitações pessoais e sociais, sentindo-se, atualmente, participantes e integrantes da sociedade.

Também uma carta enviada à Pastoral Carcerária por uma então encarcerada (autora da entrevista, n.6, anexo VIII), condenada por tráfico de drogas, reconhece o valor da Pastoral. Esta atividade era o único meio de vida ou o meio mais fácil que encontrava para manter-se e às suas filhas. Após o cumprimento da pena, apoiada pela Pastoral teve oportunidade de acesso a outras atividades que, passaram a lhe fornecer o seu sustento e o de sua família. Destaca-se que, dos que assinaram a carta citada abaixo, somente 01 dos assistidos, encontra-se atualmente preso, por reincidência. Quanto aos demais: alguns tiveram breves passagens, outros não mais reincidiram.

Pires do Rio, 16 de abril de 1998.

Em nome de todos meus irmãos carcerários, venho agradecer através desta,[...], as pastorais, ao coral e enfim, toda comunidade, a assistência que nos têm dado. As visitas, as orações, a Santa Missa que nos renova e dá forças para vencer nosso tempo aqui.

Nenhuma vida pode ser transformada se não tiver um encontro com Cristo. E é através desse trabalho de vocês (sic) que já está havendo essa transformação aqui.

Em agradecimento ao sacrifício de cada um, queremos lhes dar a certeza que não será em vão. Iremos sair daqui, pessoas realmente mudadas.

Em nome de todos, meu muito obrigada.

Lili e segue a assinatura de outros encarcerados. (VICE-PROVÍNCIA DO SANTÍSSIMO NOME DO BRASIL, *Informativo*, ano XIX, nº 2, maio de 1998)

Foram constatados outros desdobramentos da Pastoral Carcerária como a cobrança aos órgãos públicos no sentido de fazer valer os direitos dos presos, o cumprimento da lei, a conquista de empregos, a garantia de que não sejam torturados e, no caso de terem seus direitos lesados, a garantia de inquérito e punição aos culpados. Também lutas conflituosas, mas que permitiram inserção nas políticas da criança e do adolescente, nas políticas voltadas para o sistema carcerário e de assistência social, possibilitando ganhos na transformação e promoção da pessoa humana.

Alguns estudiosos poderiam entender essa ação como uma forma de ação meramente assistencial, apaziguadora, que mascara a realidade de modo a torná-la menos brutal, minimizando, assim, os conflitos de classes. De certo modo, isto seria até bem entendido partindo de uma sociedade de perfil conservador como é a sociedade aqui observada. Porém, os resultados obtidos dos estudos levantados em pesquisas mostram que houve conquistas verdadeiramente transformadoras que levaram presos e sociedade a uma nova postura: os presos resgatam sua auto-estima e a percepção de que há alternativas em suas vidas, inclusive a reconquista de sua cidadania; a sociedade se despe, senão

totalmente, mas em grande parte, de uma visão preconceituosa, discriminatória em relação à pessoa do preso e dos egressos. O que possibilita uma nova convivência de maior respeito e valorização da pessoa humana, o que sinaliza conquistas transformadoras.

Portanto, a luta pela justiça, pelos direitos, articula as forças da sociedade, discute sobre as causas, e propicia maior condição para que esses excluídos tomem consciência sobre si e sobre a sua situação. Como consequência possibilita o afloramento da consciência do cristão e até o engajamento destes na luta política. No caso, podemos citar a participação dos membros da Pastoral Carcerária nas eleições do Conselho Tutelar e, posteriormente, sua candidatura nas eleições para a Câmara dos Vereadores de Pires do Rio, com o intuito de legislar em prol das classes menos favorecidas, em suas lutas e reivindicações.

Os parceiros, como os clubes de serviços e as maçonarias, conhecem somente a filantropia pura e simplesmente e a pretendem no sentido de manter a situação existente, manter o “status quo”. Porém, mesmo diante deste objetivo que não culmina com o objetivo proposto, é sempre possível lançar mão destes recursos, voltando-os para uma ação libertadora. Essa ação conflituosa sempre gera divergências, desentendimentos e mesmo perseguições, como a que sofreu o coordenador da Pastoral Carcerária, mas em outras oportunidades também, conduz a uma reflexão mais profunda de pessoas que aderem ao pensamento crítico, mudando os paradigmas vigentes.

Uma atuação mais transformadora em uma cultura extremamente arraigada e conservadora, como a piresina, sempre gera controvérsias,

principalmente quando existe o envolvimento de uma instituição conservadora como alguns seguimentos da Igreja Católica.

Os desdobramentos da Pastoral Carcerária como: a existência eficaz do Conselho Tutelar; a aprovação da lei 2.528 de 20 de março de 1998, que possibilita ao apenado, com penas alternativas ou progressão de regime, cumprir o referido trabalho na Prefeitura Municipal de Pires do Rio; as denúncias realizadas; as reformas feitas no presídio, que possibilitou a confecção de material artesanal visando a auto-sustentação do preso e de sua família; os direitos que estavam somente em tese e que foram conquistados efetivamente; a construção de um grande projeto destinado a trabalhar na proposta da prevenção, que é a Associação Sagrado Coração de Jesus e o Centro de Promoção Humana, justifica a hipótese levantada no projeto de dissertação.

Na hipótese, nós nos desafiamos a comprovar ou não se “A atuação da Pastoral Carcerária possibilita uma nova visão do egresso (presidiário) e sua ressocialização junto à família e à comunidade”. Segundo as análises realizadas no decorrer desta dissertação podemos comprovar que a hipótese foi de veras alcançada, numa perspectiva de mudanças gradativamente conquistadas.

A atuação da Pastoral Carcerária instigou uma mudança de paradigma da sociedade em relação ao preso, possibilitando a uma nova visão e uma nova relação entre a sociedade piresina, os encarcerados e os egressos.

Ressalta-se que: o primordial foi a transformação da concepção do preso em relação a si mesmo, isto é, percebendo-se sujeito capaz de alcançar novos vãos e novas conquistas, desmistificando o preconceito e a discriminação impregnada na visão hegemônica. Desta forma, retomando as possibilidades de novas conquistas, da auto-estima, da cidadania e da própria capacidade de se

tornar um agente social, compreendendo-se como sujeito de mudança e conquista de seu espaço na sociedade.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. *Cenas Juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scritta, 1994.

AGÊNCIA PRISIONAL. *Cadeias Públicas do Estado de Goiás*. Disponível em: <http://www.aganp/cadeiaspublicas.com.br/>. Acessado em: junho de 2003.

ALBERGARIA, Jason. *Criminologia: teoria e prática*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Aide, 1988.

BAMBURG, Érika Gonçalves. Parcerias Sociais Estratégias entre o Segundo e o Terceiro Setor. In: *Rede de Informações para o Terceiro Setor*. Disponível em: http://www.rits.org.br/gestao_teste/ge_testes/ge_tmes_janeiro2007.cfm#. Acessado em: 30 de janeiro de 2007.

BARROS, José Manoel de Aguiar. Mais uma Vez: a utilização política-ideológica da delinquência. *Educação & Sociedade*. Cortez, ano II, n.6, junho/1980.

BERGER, Peter L. *O Dossel Sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. Tradução de José Carlos Barcellos. 5ª ed. São Paulo: Paulus, 2004.

BICUDO, Hélio. A Justiça Anda Devagar. *Lua Nova*. Distrito Federal: Brasiliense, vol 1, n.2, jul-set/84.

BOFF, Leonardo. *A Graça Libertadora do Mundo*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. *O Despertar da Águia: o dia-bólico e o sim-bólico na construção da realidade*. 13ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

BORGES, Carla. Cadeias Caindo aos Pedacos. *O Popular*, Goiânia, 16 junho 2003, cidades.

BRASIL. Lei Nº 7.210, de julho de 1984. *Lei de Execução Penal*. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 1984.

BRASIL. Lei Nº 8.069, de junho de 1990. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 1990.

CANCELLI, Elizabeth. *Carandiru: a prisão, o psiquiatra e o preso*. Brasília: Universidade de Brasília, 2005.

CARDIA, Nanci. Entrevista concedida a Vera Rilda da Costa. *Ciência Hoje*. Vol. 29, n.172, Junho 2001.

CARRARA, Sérgio. Singularidade, Igualdade e Transcendência: um ensaio sobre o significado social do crime. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. nº 16, jul. de 1991.

CARVALHO, José Jorge de. As tecnologias de segurança e a expansão metonímica da violência. In: *Violência Policial: tolerância zero?* Série Violência em Manchete, Volume III. OLIVEIRA, Dijaci David de [et. al]. Goiânia: UFG, 2001.

CHRISTIE, Nils. *A Indústria do Controle do Crime*. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

CONFERÊNCIA DO EPISCOPADO LATINO AMERICANO. *Conclusões da Conferência de Puebla: evangelização no presente e no futuro da América Latina*. São Paulo: Paulinas, 1979.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *A Fraternidade e os Encarcerados: Cristo liberta de todas as prisões: manual*. São Paulo: Salesiana Dom Bosco, 1997.

COSTA, Josué. Linguagem própria dos presos é objeto de estudo. *O Liberal*, Belém, Caderno Atualidades, Polícia, 13 jan 2002.

DATASUS. Disponível em: http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/cadernos/GO/GO_Goias_GeralUF.xls. Acessado em: 19 de janeiro de 2007.

DIÓGENES, Glória. *Cartografias da Cultura e da Violência: gangues, galeras e o movimento hip hop*. São Paulo: Annablume, 1998.

DURKHEIM, Émile. *As Formas Elementares de Vida Religiosa*. Trad.: Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ENCICLOPÉDIA, *Mirador Internacional*. São Paulo: Encyclopaedia Britânica do Brasil, 1999.

ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o Profano: a essência das religiões*. Trad.: Rogério Fernandes. Lisboa: Livros do Brasil, 1992.

_____, *Mito e Realidade*. Trad.: Póla Civelli. Ed. Perspectiva, 1972.

_____, *Imagens e Símbolos: ensaio sobre o simbolismo mágico-religioso*. Trad.: Sonia Cristina Tamer, Georges Dumézil. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Trad.: Raquel Ramallete. 23ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

FUJIWARA, Luis Mario; ALESSIO, Nelson Luis Nouvel; FARRAH, Marta Ferreira dos Santos(orgs). *20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania*. Disponível em: <http://inovando.fgvsp.br/conteúdo/documentos/20experiencias1998/7%20%20funap/>. Acessado em: 20 de janeiro de 2007.

GALETTA, Ricardo. et. al.(org.). *Pastoral Popular e Política Partidária*. São Paulo: Paulinas, 1986.

GUARESCHI, Pedrinho A. Pressupostos Psicossociais da Exclusão: competitividade e culpabilização. In: *As Artimanhas da Exclusão: análise*

psicossocial e ética da desigualdade social. Bader Sawaia (org.). 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

GUTIÉRREZ, Gustavo. *Onde Dormirão os Pobres?*. 3ed. São Paulo: Paulus, 2003.

KLOPPENBURG, Boaventura. *Compêndio Vaticano II: constituições, decretos e declarações* 22 ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

LACOSTE, Jean-Yves. *Dicionário Crítico de Teologia*. Trad.: Paulo Meneses...[et al.]. São Paulo: Paulinas, 2004.

LADISLAU, Waldineia. Opção pelas Grades. *O Popular*. Disponível em: <http://opopular.globo.com/antiores/17janeiro2007/colunas/direito.htm>. Acessado em: 17 de janeiro de 2007.

LAGENEST, J. P. BARRUEL. *Elementos da Sociologia da Religião*. Petrópolis: Vozes, 1976.

LANCELOTTI, Júlio R. Construindo Esperanças em Tempo de Violência. In: Construir e Celebrar a Paz em Tempos de Exclusão Social, *Curso de Verão- XIV*, São Paulo: Paulus, 2000.

LEÃO, Maria do Carmo. Os crimes do colarinho branco . *Jus Navigandi*, Teresina, ano 3, n. 27, dez. 1998. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=1043>>. Acesso em: 29 dez. 2006.

LEBAUSPIN, Ivo. Marxismo e Religião. In: *Sociologia da Religião: enfoques teóricos*. TEIXEIRA, Faustino (org). Petrópolis: Vozes, 2003.

LEMGRUBER, Julita. Quem paga a Pena. *Revista Veja*. São Paulo: Abril, 16 julho 1997.

LIPP, Marilda Novaes; SERRAT, Saulo Monte. Atos Violentos Contra Pessoas: estudo de fatores causais. *Estudo de Psicologia*, Campinas, SP, [ca.1997].

LÖWY, Michael. *Marxismo e Teologia da Libertação*. Trad. Myrian Veras Baptista. São Paulo: Cortez, 1991.

MADURO, Otto. *Religião e Luta de Classes*. Trad.: Clarêncio Neotti e Ephraim Ferreira Alves, Petrópolis: Vozes, 1980.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Trad.: GOLDWASSERM, Maria Júlia. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MARIZ, Loreto. Marxismo e Religião. In: *Sociologia da Religião: enfoques teóricos*. TEIXEIRA, Faustino (org). Petrópolis: Vozes, 2003.

MARTELLI, Stefano. *A Religião na Sociedade pós-moderna: entre a secularização e a dessecularização*. São Paulo: Paulinas, 1995.

MONLOUBOU, L. ; BUIT, F. M. DU. *Dicionário Bíblico Universal*. Petrópolis: Vozes, 1996.

MONTENEGRO, Érika. ALVES, Renato. Índice de criminalidade no Entorno é cada vez mais alto. *Correio Brasiliense*, Brasília, 07 de janeiro de 2007.

MOSCONI, Luís. *Atos dos Apóstolos.: como ser Igreja no início do terceiro milênio?*. São Paulo: Paulinas, 2001.

NETO, Pedro R. Gomes. *A Prisão e o Sistema Previdenciário: uma visão histórica*. Canoas, RS: Ulbra, 2000.

O'DEA, Thomas F. *Sociologia da Religião*. Trad.: Dante Moreira Leite. São Paulo: Pioneira Editora, 1969.

OLIVEIRA, Toffolli de Oliveira. *Corpos Tatuados: preliminares a uma abordagem semiótica*. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dl/semiotica/ES1R.%20T.%20OLIVEIRA.pdf>. Acessado em: 04 de dezembro de 2006.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro. A teoria do trabalho religioso em Pierre Bourdieu. In: *Sociologia da Religião: enfoques teóricos*. TEIXEIRA, Faustino (org). Petrópolis: Vozes, 2003

OLIVEIRA, Frederico Abrahão de. Criminologia Aplicada ao Direito Penal: aspectos históricos, teóricos e práticos. *Estudos Jurídicos*. São Paulo: 1989. vol.23, n.58.

OLIVEIRA, Edmundo. *As Vertentes da Criminologia Crítica*. Disponível em: http://www.ufpa.br/posdireito/caderno3/texto2_c3.html. Acessado em: 05 de janeiro de 2007.

OTTO, Rudolfo. *O Sagrado: um estudo do elemento não-racional na idéia do divino e a sua relação com o racional*. Trad. Velasques P. Filho. São Bernardo do Campo, SP: Imprensa Metodista, 1985.

PAULO II, João. *O Redentor do Homem: carta encíclica*. 2ed. São Paulo: Paulinas, ano XV, n.3, 1997.

PASQUALI, Luis. Comportamento Desviante. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, ano VIII, nº 14, dez., 1987.

PASTORAL CARCERÁRIA. *Corpo Doutrinário*. Pires do Rio: 1997.

PASTORAL CARCERÁRIA. Disponível em: <http://www.pastoralcarceraria.org.br/>. Acessado em: 05 de janeiro de 2007.

PASTORE, Alfonso. *O Iníquo Sistema Carcerário: sociedade brasileira x preso*. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 1991.

PEDRAZZINI, Yves. *A Violência das Cidades*. Trad: Giselle Unti. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

PERALVA, Angelina. *Violência e Democracia: um paradoxo brasileiro*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PEREIRA, Luís. Pastoral Carcerária. Disponível em: <http://www.pastoralcarceraria.org.br/>. Acessado em: 05 de janeiro de 2007.

PINHEIRO Paulo Sérgio. Governo Democrático, Violência e (dês)Aplicação da Lei. In: Construir e Celebrar a Paz em Tempos de Exclusão e Violência. *Curso de Verão*. São Paulo: Paulus, ANO XIV, 2000.

QUEIRÓZ, Maria José. Os Escritos da Prisão. *Revista de Estudos Políticos*. Livraria Ler, n.52, janeiro 1981.

RIFIOTIS, Theophilos. A Denúncia da Violência Policial na Imprensa de São Paulo: o leitor-modelo do caso da polícia militar na Favela Naval (Diadema). In: *Violência Policial: tolerância zero?* Série Violência em Manchete, Volume III. OLIVEIRA, Dijaci David de [et. al]. Goiânia: UFG, 2001.

ROCHER, Guy. *Sociologia Geral I*. Trad.: Ana. Lisboa Ranava. Lisboa: Editorial Presença, 1971.

RODRIGUES, C. A Cidade e a Morte: a febre amarela e seu impacto sobre os costumes fúnebres no Rio de Janeiro (1849-50). In: *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, VI(1): 53-80, mar.-jun. 1999.

RODRIGUES, Denise. Secretário anuncia diminuição da criminalidade em Goiás. *Central de Notícias da Secretaria da Segurança Pública*. Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, 09 de agosto de 2006.

SANTOS, Juarez Cirino dos. *Política Criminal: realidade e ilusões do Discurso Penal*. Instituto de Criminologia e Política Criminal, 2003. Disponível em: <http://cirino.com.br/artusi-politicacriminal.htm>. Acessado em: 24 de dezembro de 2006.

SANCHES, Pierre. O Campo Religioso Contemporâneo no Brasil. In: *Globalização e Religião*. ORO, Ari Pedro. STEIL, Carlos Alberto (orgs.). Petrópolis: Vozes, 1999.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS. Boletim Informativo Institucional. Disponível em: www.sspj.go.gov.br/boletim/2006/bol_info=001.pdf . Acessado em: 17 de janeiro de 2007.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DE GOIÁS, Disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br/sepin/perfilweb/mostraNew.asp>. Acessado em: 02 de janeiro de 2007.

SERRAT, Saulo Monte. *Programas Preventivos em Farmacodependência*. In: RAHM, Haroldo J., CORREIA, Luis Antônio. *Solução para Farmacodependentes: uma experiência terapêutica*. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 1996.

SILVA, Maria José. Crimes em Goiânia Crescem em 15% em um Ano. *O Popular*, Goiânia, 08 de fevereiro de 2003.

SILVA, Maria José. Crimes Impunes Crescem mais de 260% em Três anos. *O Popular*, Goiânia, 23 de fevereiro 2003.(a).

SIMIONATO, Ivete. A Concepção da Hegemonia em Gramsci. *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, ano IV, nº 43, dez. 1993.

SOARES, Francisco Soares Martins. *Pontos Históricos de Pires do Rio. Pires do Rio: s/e, 1967*.

SOUZA, Manoel do Bomfim Rodrigues. *Pastoral Carcerária: uma experiência da igreja de Pires do Rio, Goiás, Brasil, 1997 a junho de 2003*. Goiânia, 2003.

SPOTASI, Aldaíza. *A Menina LOAS: um processo de construção da Assistência Social*. São Paulo: cortez, 1991.

TEIXEIRA, Faustino. Peter Berger e a Religião. In: *Sociologia da Religião: enfoques teóricos*. Petrópolis: Vozes, 2003.

TRANCHES, Renata. Justiça Liberta 16 Presos da Operação Carga Pesada. *O Popular*, Goiânia, 11 de abril de 2003.

VARELLA, Drauzio. *Estação Carandiru*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

VICE-PROVÍNCIA DO SANTÍSSIMO NOME DE JESUS DO BRASIL. Pastoral Carcerária de Pires do Rio recebe carta de agradecimento. *Informativo*. Ano XIX, maio de 1998.

WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Trad: Walternsir Dutra. 5ªed. LCT, 1993.

_____, *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Trad.: Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Vol 1. Brasília: UNB, 1991.

WILGES, Irineu. *Cultura Religiosa: as religiões no mundo*. 6ªed. Petrópolis, Vozes, 1995.

WILSON, José. O crime pelo rádio. *Lua Nova*. Distrito Federal: Brasilense, vol 1, n.3, out-dez/84.

WYSE, Alexandre. *No Coração do Brasil: ensaio da história dos quarenta anos (1943-1984) da custódia do Santíssimo Nome de Jesus em Goiás*. Anápolis: produção autônoma, 1989.

RELAÇÃO DE ANEXOS

ANEXO I	Corpos Tatuados
ANEXO II	Normatização da PC
ANEXO III	Plano de Metas da PC, ano 1998
ANEXO IV	Relatório das notas dos encarcerados em nov/98
ANEXO V	Relatório das notas dos encarcerados em mai/99
ANEXO VI	Estatuto da Associação Sagrado Coração de Jesus
ANEXO VII	Projeto do CEPROH
ANEXO VIII	Entrevistas: <ol style="list-style-type: none">1. Célia Maria de Oliveira Mendes, advogada, membro da PC2. Júnio Luiz Passos Figueiredo, ex-detento3. Maria Aparecida Dias de Oliveira, membro da PC4. Roberval Alves Neves, membro da PC5. Noribes Ribeiro Bastos, membro da PC6. Maria Abadia Athaide, ex-detenta7. Aparecida Rezende, membro da PC8. Frei Luiz Alberto de Souza, o.f.m., pároco

ANEXO I

Alguns exemplos encontrados no artigo de Rodrigo Tofolli de Oliveira, intitulado: *Corpos Tatuados: preliminares a uma abordagem semiótica* (OLIVEIRA, <http://www.fflch.usp.br/dl/semiotica/ES1R.%20T.%20OLIVEIRA.pdf>)

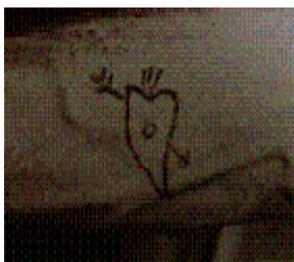


Foto 1: O de tatuagem scratch, um coração estilizado cortado por uma seta. Desenho comum na tatuagem criminal. Inicialmente, recordava amores, hoje em dia o significado dela, depende da orientação da seta que atravessa o coração. Recolhido do acervo de Moraes Mello. A reprodução fotográfica é nossa.



Foto 2: Outra forma de demonstrar o amor era tatuando nomes ou letras. Nesta foto, o nome AMÉRICA revela o nome da amada e sua orientação, nos mostra que, provavelmente, foi o próprio detendo quem se tatuou – hábito comum também para a época. Além disso, os pontos e o outro tracejado mostram desenhos não acabados. Imagem recolhida do acervo de Moraes Mello. A reprodução fotográfica é nossa.



Fotos 3 e 4 Os pontos tatuados indicam pertença do preso a um determinado grupo. Nesta foto, os 5 pontos da mão direita indicam roubo e os 4 da mão esquerda furto. Imagem recolhida do acervo de Moraes Mello.



Foto 5 Uma pistola tatuada na perna, traduz o elemento praticante de assalto com morte.

ANEXO I



Foto 6 “Imagem de N. S. da Aparecida, tatuada no peito ou nas costas em tamanho pequeno, significa símbolo de proteção e esperança dos presos. Tatuada em tamanho grande, acima da metade e bem ao centro das costas identifica preso que foi violentado durante o cárcere, e ao mesmo tempo marca um estuprador” (Esmael Martins da Silva, 2001)



Foto 7: Diferente do *scratch* “clássico”, a tatuagem criminal de hoje em dia, busca misturar elementos, cores e ideários. Na foto, um preso acusado de homicídio contra policiais, exhibe o boneco Chuck empunhando o punhal que atravessa um coração. O punhal atravessando um crânio humano ou coração é o símbolo clássico do matador-de-policia, como são conhecidos internamente esses homicidas.



Foto 8: A Cruz de Caravaggio e o crânio humano tatuados nas costas sincretizam devoção do preso à sua fé – através de um pedido de proteção contra mau olhado, bem como apontam para a periculosidade dele.